



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Nieves Bizarelo Martinez

O trabalho do assistente social em equipes pedagógicas no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) sob a perspectiva de um trabalho multifuncional

Rio de Janeiro

2020

Nieves Bizarelo Martinez

O trabalho do assistente social em equipes pedagógicas no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) sob a perspectiva de um trabalho multifuncional

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M385 Martinez, Nieves Bizarelo.

O trabalho do assistente social em equipes pedagógicas no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) sob a perspectiva de um trabalho multifuncional / Nieves Bizarelo Martinez. – 2020.
133 f.

Orientador: Ney Luiz Teixeira de Almeida.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Serviço Social.

1. Relações Internacionais – Teses. 2. República Democrática do Congo – Teses. 3. Conflitos – Teses. I. Almeida, Ney Luiz Teixeira de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

es

CDU 364(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Nieves Bizarelo Martinez

**O trabalho do assistente social em equipes pedagógicas no Centro Federal de
Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) sob a
perspectiva de um trabalho multifuncional**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de junho de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida (Orientador)
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof.^a Dr^a Ana Inês Simões Cardoso de Melo
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof^a. Dr^a Francine Helfreich Coutinho
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Ney Luiz Teixeira de Almeida, pelo processo de orientação, pelo respeito e pela liberdade com que trabalhou comigo.

Às professoras Ana Inês e Francine, por aceitarem o convite de participar da banca e pelas contribuições que ambas depositaram para a construção dessa dissertação. À primeira dedico um agradecimento especial pela gentileza das correções apontadas no texto.

À minha amiga desde a graduação Suellen Guariento fica o meu muito obrigada pelas trocas ao longo do mestrado, pelas conversas acadêmicas e pela leitura. Você não tem ideia do quanto te admiro!

À Thiara Alves, por ter sido a maior incentivadora para a minha entrada no mestrado. Minha gratidão é eterna!

À Renata Gomes, Josimere Costa, Liz Borges, Edson Gomes por terem me dado palavras de incentivo ao longo desse processo!

Ao meu mano Bruno Ennes, minha mana Carol, minhas amigas Camilla, Maria Carolina e Monica, fica a gratidão por amizades de toda uma vida!

A todos os meus incríveis e inteligentes companheiros de mestrado da turma 2018/1, em especial, Rosana Fernandes, Daniel Nascimento, Mariele Lima, Karine Bouças e Denises Manhães eu agradeço por ter encontrado vocês nessa vida. Fico feliz de ter passado tudo isso com o suporte de vocês!

Aos meus colegas e amigos de trabalho do CEFET-RJ, aqueles com quem trabalho e com quem já trabalhei eu agradeço por tudo. Não cito nomes porque sei que esquecerei de alguém e não quero ser injusta. Chegar até aqui dependeu, direta ou indiretamente, do trabalho, companheirismo, amizade e força dessas pessoas. Aprendo, cotidianamente, com vocês.

Ao corpo docente do PPGSS, em especial aqueles que foram meus professores: Valéria Forti, Vania Morales, Izabel Cardoso, Silene Moraes, Alba Castro, Ney Luiz Teixeira de Almeida e Maurílio Mattos. E, também, aos professores Gaudêncio Frigotto e Raquel Vilardi, do PPFH. Há uma marca de vocês em mim. Agradeço também a todos os servidores e funcionários da UERJ, por seu trabalho, que é fundamental para a formação de cada estudante.

Ao PPGSS, por dar a oportunidade de assistentes sociais abordarem o seu trabalho profissional como objeto de pesquisa.

A todos os amigos que não agradei aqui diretamente: carrego vocês comigo no coração e no pensamento!

Aos meus pais, Maria da Graça Bizarelo e Ramon Gomez Martinez pela loucura da minha existência. Agradeço pelo privilégio ter pais que são também horizontes de vida. Nos meus momentos mais cruciais, em que precisei fazer grandes escolhas, que me exigiram dolorosos sacrifícios, eu sempre pensei nas suas vidas e em tantos desafios que tiveram que ultrapassar para sobreviverem. É daí que vem a minha força!

O açúcar

O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro
e afável ao paladar
como beijo de moça, água
na pele, flor
que se dissolve na boca. Mas este açúcar
não foi feito por mim.

Este açúcar veio
da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira, dono da mercearia.

Este açúcar veio
de uma usina de açúcar em Pernambuco
ou no Estado do Rio
e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana
e veio dos canaviais extensos
que não nascem por acaso
no regaço do vale.
Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola,
homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos
plantaram e colheram a cana
que viraria açúcar.

Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

Ferreira Gullar

RESUMO

MARTINEZ, N. B. *O trabalho do assistente social em equipes pedagógicas no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) sob a perspectiva de um trabalho multifuncional*. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta dissertação busca compreender o trabalho do assistente social, requerido no bojo da recente expansão da rede federal de ensino. Sendo alocado em uma equipe pedagógica, cuja composição compreende menos servidores do que o previsto em organograma, entende-se que esse profissional sofre os rebatimentos da atual dinâmica de exploração da força de trabalho no atual contexto do capitalismo. Entende-se que a configuração do processo de trabalho coletivo e a forma de gerir a força de trabalho no caso analisado, demandam ao assistente social, um trabalho multifuncional. A multifuncionalidade, que consiste em absorver novas atividades e responsabilidades, é uma característica que vem sendo identificada como requisição ao trabalho de assistentes sociais há quase duas décadas, no entanto, poucos trabalhos vem refletindo sobre o tema. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, orientada por uma perspectiva da totalidade, com base no método do materialismo histórico dialético. É um estudo de caso, em que o trabalho profissional é analisado a partir de um roteiro estruturado elaborado pelo professor Ney Luiz Teixeira de Almeida. As principais considerações apontadas pela pesquisa são que, além da multifuncionalidade, outras características, como a intensificação e a racionalização do trabalho, ou multiatividade, também foram observadas no trabalho do assistente social. Essas características, originárias do setor produtivo, podem ser percebidas no âmbito do trabalho no Estado, reforçando que a maneira de gerenciamento da força de trabalho daquele setor, atinge e redinamiza o trabalho de assistentes sociais no serviço público.

Palavras chave: Trabalho. Assistente social. Multifuncionalidade. Polivalência. Serviço público.

ABSTRACT

MARTINEZ, N. B. *The Social workers' job within the pedagogical teams at the Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suco da Fonseca (CEFET-RJ) under the multifunctional work perspective*. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This dissertation seeks to understand the social worker's labour, required due to the recent expansion of the Federal Educational System. Allocated in a pedagogical team, whose composition comprises fewer civil servants than the quantity projected by the organizational chart, it is understood that the social worker suffers the consequences from the current dynamics of labour force's exploitation, under the capitalism. It is understood that the collective work process' configuration, and the workforce's management in the present case study, demand a multifunctional work from the social worker. Multifunctionality, which consists of incorporating new tasks and responsibilities in one's job, is a characteristic that has been identified as a request to social workers' labour for almost two decades. Despite this fact, few studies have reflected about the theme. This is a qualitative research, guided by a perspective of totality, based on the Dialectical & Historical Materialism method. It is a case study, in which a professional's work is analyzed according to the Professor Ney Luiz Teixeira de Almeida's structured script. The main considerations pointed out by the research are that, in addition to multifunctionality, other characteristics, such as the work's intensification and rationalization, or multitasking were also observed. These characteristics derived from the productive sector can also be noted in the scope of the State's work, reinforcing that this workforce's management of the social worker's sector affects the dynamics of the social workers' in the civil service.

Keywords: Work. Social worker. Multifunctionality. Multipurpose. Civil service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET-RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
COC	Conselho de Classe
GRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DEMET	Departamento de Ensino Médio e Técnico
DIREX	Diretoria de Extensão
DIAPE	Divisão de Apoio Pedagógico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GERAC	Gerência Acadêmica
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IF	Instituto Federal
IFET	Instituto Federal de Educação e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NGP	Nova Gestão Pública
ONG	Organização Não Governamental
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
RJU	Regime Jurídico Único
SAPED	Seção de Articulação Pedagógica
SASE	Serviço de Apoio Socioeducacional
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior
SISTEC	Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS	18
1.1	Trabalho no modo de produção capitalista	18
1.2	O trabalho no atual contexto do Capitalismo Monopolista	25
1.3	O trabalho atrelado à lógica da reestruturação produtiva	31
1.4	Serviço Social e o vínculo com o capitalismo monopolista através dos serviços sociais prestados pelo Estado	39
2	NEOLIBERALISMO, GERENCIALISMO E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	49
2.1	As políticas sociais do contexto neoliberal	49
2.2	O Gerencialismo na Educação: o avanço da lógica neoliberal	53
2.3	A atual Política de Educação Profissional no Brasil e o trabalho de assistentes sociais no CEFET-RJ	62
3	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CEFET-RJ	74
3.1	O trabalho do assistente social na SAPED como parte do trabalho coletivo do CEFET-RJ	74
3.2	Multifuncionalidade ou aparente polivalência? A análise do trabalho do assistente social na SAPED	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	120
	ANEXO A – Roteiro de observação e descrição do processo de trabalho coletivo no qual se inserem as assistentes sociais	128
	ANEXO B - Organograma	130
	ANEXO C - Atividades de orientação e supervisão educacional	131

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta dissertação está relacionado a minha trajetória profissional e, mais especificamente, à dinâmica do meu trabalho nos últimos anos. No ano de 2014, assumi o cargo de assistente social no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), através de concurso público. Assim que cheguei, fui alocada num setor organizado para ter uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas, a chamada Seção de Articulação Pedagógica (SAPED). Apesar de compor uma equipe com perfil diferente do qual estava acostumada e ter outro tipo de vínculo empregatício (com melhor remuneração e garantia de direitos trabalhistas), uma questão me inquietava: a sensação de que o assistente social vem assumindo tarefas que não são suas atribuições privativas, e, por vezes, nem mesmo são suas competências profissionais. Me perguntava se o fato de realizar ações pontuais estranhas ao bojo das competências e atribuições profissionais, descaracterizava a minha identidade profissional.

Tendo esse ponto de partida, comecei a refletir que essa característica do trabalho, poderia ser um aspecto relacionado às requisições do atual mercado de trabalho, bem como das requisições dos processos de trabalho no qual se inserem assistentes sociais e que, portanto, essa questão precisava ser tratada teoricamente. Percebi que não bastava concordar ou discordar com a realização daquelas tarefas e, nem tão pouco, negá-las como demanda institucional. Era necessário entender o contexto na qual estão sendo requisitadas, refletir teoricamente sobre elas e redirecioná-las para um horizonte de fortalecimento dos direitos dos usuários, bem como para o fortalecimento da profissão.

É nesse momento de vínculo estável de trabalho, podendo gozar da possibilidade de fazer o mestrado com licença parcial, que me sinto motivada, madura e confortável para encarar a questão que me inquietava. Meu horizonte de pesquisa é desvelar as dinâmicas em torno do processo de trabalho coletivo no CEFET-RJ, aonde estou inserida na Seção de Articulação Pedagógica (SAPED) do Campus de Itaguaí¹.

Algumas questões justificam a realização dessa pesquisa. A primeira tem relação com aquilo que Lamamoto (2011) chama atenção em seu livro “Serviço Social

¹ Daqui para frente, sempre que nos referirmos à SAPED, estaremos tratando da SAPED do CEFET-RJ Campus Itaguaí.

em Tempo de Capital Fetiche” sobre ter a profissão como objeto de pesquisa. Para a autora a categoria profissional está relegando a profissão como objeto de pesquisa a uma posição desprestigiada, e, sua hipótese é de que a imagem social da profissão está sendo subalternizada “redundando numa relação envergonhada com o Serviço Social”, deste modo, os pesquisadores optam por temas com “maior relevo acadêmico e social” (IAMAMOTO, 2011, p. 244).

Dada a relevância desta autora para o Serviço Social, entende-se esta observação como uma convocação à categoria para que mergulhe na pesquisa sobre a profissão, tomando um “banho de realidade” em relação ao trabalho profissional. É importante entender a dinâmica recente da profissão na sua relação de assalariamento, seja vinculada ao Estado, seja com Instituição privadas (dentre outras)² para entender o lugar que ela ocupa nessa sociedade e qual a função social que ela cumpre no atual contexto do capitalismo, entendendo que em cada tempo há mudanças não só na forma como se estrutura o capital, mas nas expressões da questão social, que é matéria do Serviço Social (IAMAMOTO, 2012), e nas condições objetivas de dar respostas a elas.

Além disso, o trabalho do assistente social inserido em equipes pedagógicas é o que pode haver de comum no exercício profissional de assistentes sociais em escolas. Diferentemente do trabalho com bolsas de auxílio, que é algo próprio das instituições federais, o trabalho em equipes pedagógicas pode ser realizado no âmbito municipal e estadual.

Outra questão é a pouca produção bibliográfica sobre o trabalho multifuncional de assistentes social, embora seja uma característica que vem sendo apontada como demanda ao Serviço Social há quase duas décadas. Entender as demandas do mercado e dos processos de trabalho se faz necessário para que se possa tomar medidas que não só resguardecem a profissão, como para que se possa garantir serviços de qualidade ao usuário conforme preconizado o Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1993).

Neste sentido, o objeto de pesquisa desta dissertação é o trabalho do assistente social requisitado no bojo da expansão da rede federal de ensino, sendo

² Para ter acesso a uma síntese dos espaços sócio-ocupacionais em que atuam assistentes sociais ver ponto 3.2.1 do livro “Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas” (ALMEIDA e ALENCAR, 2011)

alocados em equipes pedagógicas e que sofrem, em maior ou menor medida, os rebatimentos da atual dinâmica de exploração da força de trabalho.

O objetivo geral desta dissertação é analisar a particularidade do trabalho do assistente social na SAPED no CEFET-RJ, a partir do contexto de expansão da Rede Federal de Ensino, de dezembro de 2014 até abril de 2019, em que se acredita ser requisitado como um trabalho multifuncional.

Os objetivos específicos compreendem analisar da relação entre a Política Nacional de Assistência Estudantil e seus efeitos no trabalho do assistente social alocado na Seção Pedagógica do CEFET-RJ; examinar do processo de trabalho no qual os assistentes sociais se inserem na Seção de Articulação Pedagógica no CEFET-RJ; refletir sobre a relação entre os rebatimentos da reestruturação produtiva e as requisições profissionais para assistentes sociais; e contribuir teórica para a categoria profissional a respeito da multifuncionalidade no trabalho do assistente social, inserido no atual contexto do mundo do trabalho.

A hipótese da pesquisa é a de que, ainda que seja característica da identidade da profissão a “fluidez e indefinição” (IAMAMOTO, 2014), a multifuncionalidade (CESAR, 2006, 135-137), que significa a “interdependência de responsabilidades e a capacidade de absorver novas atividades”, requerida pelo mundo do trabalho, não está vinculada a questões endógenas à categoria.

Algumas questões atravessam a nossa hipótese, quais sejam: ao ser submetido a realização de funções que não seriam suas atribuições privativas, o assistente social está aumentando o espectro de suas competências profissionais ou, ao contrário, elas estão diminuindo na medida em que, possivelmente, se distanciam das atribuições privativas? A multifuncionalidade é um aspecto positivo para a valorização de sua força de trabalho, reconhecimento institucional e possibilidades diversas de intervenção com vistas à garantia de direitos dos usuários, já que supostamente aumentaria o espectro de suas competências? Há uma possibilidade de outros horizontes para profissão a partir da multifuncionalidade?

Esta dissertação orienta-se por uma perspectiva da totalidade com base no método do materialismo histórico dialético elaborado por Karl Marx. Esse método consiste em compreender “as coisas enquanto ‘processo’, enquanto realidade em movimento, em perpétuo vir-a-ser, consideradas na onda ininterrupta da vida” (CHEVALLIER, 1993, p. 295). A noção dialética supõe três ideias centrais: movimento, contradição e superação. Neste método, a teoria é o conhecimento radical do objeto,

é a “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011, p.21). E essa interpretação será verdadeira na medida em que o pesquisador é fiel ao seu objeto.

Para alcançar as particularidades do trabalho do assistente social na SAPED, será realizada uma pesquisa qualitativa, de onde se parte de uma “pesquisa concreta de situações concretas” (IAMAMOTO, 2009, p. 274). A pesquisa foi norteada pela utilização de partes dos eixos do *Roteiro de observação e descrição do processo de trabalho coletivo no qual se inserem as assistentes sociais* construído pelo professor Dr. Ney Luiz de Almeida (ANEXO A). Foram privilegiados os eixos força de trabalho, condições de trabalho e divisão social e técnica do trabalho e cooperação, entendendo que trariam elementos suficientes para tratar do trabalho do assistente social no trabalho coletivo do CEFET-RJ. A análise da pesquisa também contou com a utilização de documentos institucionais que orientam o trabalho do setor.

A pesquisadora é uma profissional que está inserida na dinâmica em que fará as observações, portanto, não há um sujeito distanciado do objeto. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa autoimplicada, pois a observação e a análise do processo de trabalho serão realizadas por um sujeito que participa dele. Para Minayo (2009, p.21), a pesquisa qualitativa trabalha com um conjunto de questões (significados, valores, aspirações, crenças, atitudes, dentre outros) que não podem ser quantificados.

Trata-se de estudo de um caso, o que pode ajudar a estabelecer relações entre totalidade e as particularidades da realidade social. “Atribui-se a esta abordagem metodológica a vantagem das múltiplas fontes de evidência para solucionar problemas de pesquisa que ressaltam o “como” e o “por que” (MAFFEZZOLLI; BOEHS, 2008, p.96). Portanto, entende-se o estudo de caso como ferramenta para analisar a relação entre particularidade e a totalidade no processo de trabalho em que se insere o assistente social na SAPED. Pretende-se captar as “totalidades parciais” relacionadas a totalidade mais complexa da realidade (GUERRA, 2009).

O campo de pesquisa será a SAPED do CEFET-RJ Campus Itaguaí, localizado no município de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, onde trabalho. A observação sistemática e direta sobre o cotidiano profissional será a principal ferramenta da pesquisa. Através de um diário de campo, serão organizadas minhas observações, buscando ir além da aparência dos fenômenos que identifica todos os dias em sua

dinâmica do trabalho. Para Guerra (2009) investigar a realidade institucional exige uma postura crítica inspirada na pergunta “o que há para além disso?”. Também fará parte do trabalho de campo a consulta de documentos oficiais e institucionais para que se tenham dados complementares às observações.

Para responder a esse objetivo, foi necessário abordar, no primeiro capítulo, os aspectos ontológicos sobre a categoria trabalho, portanto, mostrando que, por ser social, o trabalho é sempre coletivo, e, conseqüentemente, que trabalho é um processo, que depende de trabalhos passados e combinados (MARX, 2017). Com o avanço da sociedade capitalista, à medida em que, pelo trabalho, os seres sociais têm suas necessidades atendidas, outras necessidades são geradas, havendo o imperativo de uma racionalização do processo de trabalho que resulta na divisão social (LUKÁCS, 2013) e, posteriormente, técnica do trabalho (TAUILE, 2001).

A divisão social e técnica do trabalho gera a especialização do trabalhador, numa tendência à simplificação do trabalho (TAUILE, 2001). Em todas as sociedades, o trabalho sempre teve uma utilidade (valor de uso), mas é próprio da sociedade capitalista a sua utilização como valor de troca, ou seja, a capacidade de seu resultado ser trocado pelo resultado de outro trabalho. Em sociedades mercantis, o valor de troca encontra um equivalente universal, que é o dinheiro (MARX, 2017). O valor de troca se transforma na relação dominante no capitalismo, subsumindo o trabalho à condição de valor de troca (RUBIN, 1987). Neste sentido o trabalho concreto, vinculado ao valor de uso, fica subsumido ao trabalho abstrato, associado ao seu valor de troca, o que transforma o trabalho, em trabalho indiferenciado (MARX, 2017; RUBIN, 1987).

Posteriormente, foi preciso entender como o trabalho se dava no contexto da expansão do setor de serviços (BRAVERMAN, 1987), que demanda trabalhadores improdutivos, cujo valor de uso se confunde com o próprio trabalhador (MARX, 2004). Tratou-se de pontuar que a lógica de gerir o setor produtivo avança para todas as esferas (BRAVERMAN, 1987), inclusive, para o setor de serviços e para as formas de gerir o Estado. O capitalismo monopolista impõe a ampliação do Estado e de seus aparatos, para garantir as condições de reprodução social (MANDEL, 1982). O atendimento das necessidades de reprodução social da sociedade capitalista, no seu estágio monopolista, abre espaços sócio ocupacionais, na divisão social e técnica do trabalho, para profissões como o Serviço Social (IAMAMOTO, 2014).

Diferentes períodos históricos trazem mudanças no âmbito da produção e da reprodução do capital, que interferem no modo de regulamentação do capital, do mercado e da força de trabalho. A crise estrutural do capital iniciada nos anos de 1970 trouxe mudanças para o modelo econômico, político e social com a instauração do neoliberalismo (ANDERSON, 1995). Nesse contexto, o padrão de acumulação capitalista, a partir da reestruturação produtiva, significou uma transformação no que se refere a gestão da força de trabalho (TAUJLE, 2001). Na “acumulação flexível” (HARVEY, 2004) os ganhos do capital dependem de fatores da organização social da produção. Os processos de trabalho estão articulados a uma nova “concepção gerencial e mentalidade empresarial” em que é preponderante que haja o engajamento do trabalhador com uma mudança da forma de exploração e subordinação da subjetividade ao trabalho. Pressupõe-se que para isso o trabalhador transfira força intelectual e manual para o processo de trabalho. Na acumulação flexível, a forte característica de separação entre planejamento e execução do trabalho (BRAVERMAN, 1987) é confrontada com a necessidade do capital de encontrar as duas características (ou mais) no mesmo trabalhador, otimizando os ganhos de produção (TAUJLE, 2001).

No que se refere ao trabalho de assistentes sociais, resgatou-se a perspectiva de lamamoto (2014) que permite que o trabalho profissional seja analisado sob a dupla ótica de valor de uso e valor de troca. Numa sociedade com a predominância do valor de troca, a relação de assalariamento investe o profissional de alguns constrangimentos. Constrangimentos vinculados à forma de gestão da força de trabalho no atual estágio do capitalismo, atualmente, tangenciado pelos valores trazidos pela reestruturação produtiva, que adentram o setor de serviços, bem como os processos de trabalho das instituições estatais.

Neste sentido, foi importante trazer algumas reflexões sobre o trabalho do Serviço Social no âmbito empresarial, que já haviam refletido sobre essa relação. Por isso, foram selecionados textos sobre o trabalho do Serviço Social em empresas (MOTA, 2006, 2010; CESAR; AMARAL, 2010), pois entende-se que foi nesse espaço onde se primeiro divulgou os rebatimentos da reestruturação produtiva na profissão, que redinamizam a dinâmica do seu trabalho, de suas atribuições e competências. As autoras chamam atenção que nesse contexto o assistente social é chamado a intervir, junto à classe trabalhadora, a fim de construir uma nova cultura do trabalho nas empresas que fosse internalizada pelo trabalhador. Mas, destacamos que essa cultura

do trabalho está inculcida também no assistente social. Esse é um dos fatores que possibilitam que a categoria desempenhe trabalhos multifuncionais.

No segundo capítulo se fez necessário entender o pano de fundo do trabalho do assistente social na SAPED. Ou seja, quais são as determinações para a atual conformação do trabalho do assistente social. Primeiramente, abordou-se as atuais perspectivas e características das políticas sociais, que sob a vigência do governo de Luis Inácio Lula da Silva, assumiram um perfil do “social-liberalismo”, de base tecnicista, combinando “equidade e eficiência”, princípios que tentam aglutinar uma agenda social ao projeto neoliberal, com a focalização nos grupos mais “vulneráveis” (CASTELO, 2012).

Seguiu-se com a abordagem sobre como o serviço público é permeado, através do gerencialismo (NEWMAN; CLARKE, 2012), o *ethos* de negócios do setor privado. A “abordagem mercadocêntrica” cria um processo complexo de reestruturação e desregulação da força de trabalho e um privilegiamento da figura do “cliente” ou “consumidor” no serviço público, centrado nas pessoas e orientado por valores de qualidade e excelência.

O “gerencialismo” no Brasil tem suas raízes, portanto, na concepção do neoliberalismo e na ideia de Estado mínimo, e teve início com a Reforma Gerencial do Estado, que começou na década de 1990, com o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Era uma resposta ao modelo vigente de “administração burocrática”, com o objetivo de aumentar a eficiência e a efetividade dos órgãos e agências do Estado e diminuir seus custos (SILVA; SILVA; SANTOS, 2016). O conceito seguiu vigente com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Seguindo esse horizonte, observamos que o CEFET-RJ, a partir de algumas mudanças internas (normativas e planos institucionais), adota um modelo de gestão que inclui aspectos gerenciais.

Analisou-se o contexto da política de educação profissional que abre espaço para o trabalho de assistentes sociais. Mas antes, foi necessário entender, através da revisão das legislações vigentes à época, que a rede federal de ensino foi, durante a maior parte da sua existência, destinada a uma elite da classe trabalhadora. É muito recente sua ampliação para um público mais diversificado, ou seja, mais preto, pardo e indígena; mais pobre, cuja renda per capita familiar atinge o máximo de 1,5 salário mínimo; e que é egresso da rede municipal ou estadual de ensino. Fato possibilitado pela associação de três fatores: a expansão da rede federal de ensino (lei nº

11.892/2008); o Programa Nacional de Assistência Estudantil (decreto nº 7.234 de 2010) que estabeleceu condições mínimas de permanência aos estudantes pobres; e a chamada lei de cotas (lei nº 12.711/2012) que, a partir de 2013, fez ingressar estudantes com o perfil citado anteriormente. Coube ressaltar que a educação é mediada por interesses de classe, portanto, participa da dinâmica da reprodução de relações sociais (LUKACS, 2013) ao mesmo tempo em que é um campo de disputas (ALMEIDA, 2013).

No terceiro capítulo realizou-se a análise do trabalho do assistente social na SAPED, a partir do roteiro de observação e descrição do processo de trabalho coletivo no qual se inserem assistentes sociais, elaborado pelo professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Ney Luiz Teixeira de Almeida. Tivemos como ponto de partida o pressuposto de que o assistente social não tem um processo de trabalho exclusivo. O profissional está envolvido num processo de trabalho coletivo (MARX, 2017) do CEFET-RJ, especificamente, alocado na Seção de Articulação Pedagógica (SAPED) e isso traz implicações ao trabalho do assistente social, porque é o que organiza as suas atividades. Aqui, a partir das mediações realizadas com as categorias analíticas postas nos capítulos anteriores, observou-se que o trabalho do assistente social assume formas de um trabalho multifuncional (CESAR, 2006), devido à baixa complexidade do trabalhador coletivo da SAPED, sobretudo por conta da intensificação e racionalização do trabalho (CESAR, 2006) ou multiatividade (RAICHELIS, 2018) do processo de trabalho coletivo ao qual se vincula.

Finalmente, trouxemos o texto de Netto (2011), cujo ponto de vista se contrapõe à multifuncionalidade aqui defendida. Era necessário trazer uma ideia que destoava da nossa, para conseguirmos obter uma análise mais completa, saturando o nosso objeto de complexidade. Neste sentido entendemos que a multifuncionalidade a qual nos referimos não é um processo endógeno, mas exógeno ao Serviço Social.

Entendemos que com esse percurso, a dissertação compreende todos os seus objetivos, dando a possibilidade de atestar ou refutar a sua hipótese, trazendo elementos que podem contribuir para elucidar a resposta das questões colocadas.

1 TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1 Trabalho no modo de produção capitalista

Não é possível analisar o trabalho de assistentes sociais, sem antes entender o horizonte marxista sobre a interpretação do trabalho no modo de produção capitalista. A partir disso, se faz necessário entender o que é trabalho e sua conformação sob a égide do capital. Marx (2017) afirma que a partir do contato direto com a natureza³, através de meios de nela intervir, homens e mulheres produzem um valor.

O trabalho humano é diferente da ação dos animais porque homens e mulheres possuem uma capacidade teleológica. Eles conseguem idealizar o objeto do seu trabalho antes de produzi-lo e o fazem através de conhecimentos adquiridos por intermédio de instrumentos. Com o passar do tempo, os instrumentos são cada vez mais desenvolvidos, pela capacidade humana de criação.

Diferentemente dos animais que produzem apenas para atender suas exigências imediatas e realizam atividades determinadas unicamente por seu instinto, o ser humano modifica a natureza de acordo com suas possibilidades se utilizando de sua racionalidade.

Pressupomos o trabalho numa forma em que diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o dado de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la (MARX, 2017, p.255).

Marx (2017) observa que, ao longo da história, a evolução gradativa do trabalho corresponde a evolução mesma da humanidade, tendo em vista a necessidade de suprir suas carências frente ao meio em que se vivia. Portanto, a partir do desenvolvimento do trabalho, que é o desenvolvimento da sua própria criatividade, o homem transforma a si mesmo.

³ No livro “Capítulo VI Inédito de O capital”, Marx deixa claro que entende que trabalho tem formas ampliadas. É trabalho, inclusive, aqueles trabalhos improdutivos do setor de serviços, cujo próprio trabalhador representa o valor de uso, ou seja, são “trabalhos que só se disfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores” (MARX, 2004, p. 116). Alguns autores como Lukács (2013) e Lessa (1999) consideram trabalho o estrito ato metabólico de transformação da natureza. Ainda que seja interessante a discussão de ambos, essa não é a visão defendida neste trabalho, dessa forma essa discussão não aparecerá como tema desta abordagem.

Com o objetivo de apropriar-se da natureza a fim de construir algo novo, orientado por uma finalidade e a partir da interferência num objeto, os homens e mulheres desenvolvem um processo de trabalho. A partir do desenvolvimento dos processos de trabalho faz-se necessário meios de trabalho cada vez mais sofisticados capazes de atendê-los. Para Marx, “o uso e a criação de meios de trabalho [...] é uma característica específica do processo de trabalho humano [...] (MARX, 2017, p.257). E são os meios de trabalho que diferenciam as épocas econômicas, pois informam “não só o grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 2017, p.257).

O processo de trabalho resulta num produto, sendo assim, o trabalho é incorporado ao objeto. A finalidade do processo de trabalho, o produto, é o seu valor de uso. “Quando um valor de uso resulta do processo de trabalho como produto, nele estão incorporados, como meios de produção, outros valores de uso, produtos de processos de trabalho anteriores” (MARX, 2017, p. 258).

Num determinado momento do processo de trabalho, um valor de uso pode ser matéria-prima, meio de trabalho ou produto final, ou seja, os valores de uso podem mudar de posição conforme as necessidades de cada processo. O que vai definir seus lugares na cadeia de produção é o trabalho vivo; ele quem determina que um valor de uso possível, se transforme num valor de uso real.

Dessa forma, entende-se que os processos de trabalho se entrelaçam e se tornam dependentes, portanto, o produto do trabalho sempre será resultado de um trabalho coletivo, porque sempre haverá trabalho de processos passados nos produtos de um novo trabalho.

O processo de trabalho orientado à produção de valores de uso para suprir necessidades humanas é condição de existência do gênero humano, não sendo, portanto, especificidade de nenhum modo de produção. O que caracteriza o modo de produção capitalista, é que o detentor dos meios de produção compra a força de trabalho do seu vendedor, fazendo com que este trabalhe em troca de um salário. Deste modo, todo o processo de trabalho será controlado pelo capitalista, e a produção dos valores de uso pelo trabalhador é propriedade daquele.

O objetivo do capitalista não é, exclusivamente, produzir valores de uso, mas transformar os produtos do trabalho em mercadoria para gerar lucro. A produção de valores de uso se justifica na medida em que é suporte para que sejam produzidos valores de troca. Essa é outra característica do modo de produção capitalista: o

vislumbre pela produção de valores de troca e esta será a forma dominante da reprodução social (LUKÁCS,2013).

A mercadoria é de um lado objeto útil produzido pelo trabalho humano, pois satisfaz determinadas necessidades sociais (objetivas ou imaginárias); de outro, pode ser trocada por outra mercadoria. Assim, a mercadoria é, simultaneamente, valor de uso e valor de troca.

O valor de troca é aquele capaz de igualar mercadorias que possuem propriedade e quantidade distintas. Para encontrar o valor de troca é preciso abstrair seu valor de uso. Então, o que resta? O que há nas mercadorias que tenha essa capacidade de igualação? O que existe de comum nas mercadorias é que todas são frutos do trabalho. O trabalho vivo de homens e mulheres é o que gera seu valor.

O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, trabalho humano abstrato (MARX, 2017, p.116).

Como comparar o valor da força de trabalho usada em cada produto? Todo valor de uso para ser produzido demanda um determinado tempo. Então, a comparação do valor da força de trabalho ocorre através de um tempo médio de trabalho gasto para sua produção. Trata-se do tempo socialmente necessário para se produzir um valor de uso que determina seu valor de troca. E a forma valor comum às mercadorias é a forma dinheiro. O dinheiro é um equivalente universal de valor. Portanto, o dinheiro tem a capacidade de tornar equivalente aquilo que é desigual, e também de retirar a qualidade social dos valores de uso.

Lukács (2013) observa que “quanto mais universal a disseminação do valor de troca, tanto mais clara e nitidamente o tempo de trabalho socialmente necessário ocupa o lugar central enquanto fundamento econômico de sua respectiva magnitude”. E, de acordo com Marx (2017), o valor de troca de um objeto existe porque nele está corporificado o trabalho humano abstrato. O valor e o preço da mercadoria são medidos através da quantidade de trabalho nela contida, e, então, o trabalho é transformado em mera mercadoria.

É preciso entender que a mercadoria é um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. “A natureza

dessas necessidades - se, por exemplo, vêm do estômago ou da imaginação- não altera em nada a questão” (MARX, 2017, p. 113).

Nota-se que, num dado momento da história, o trabalho criador foi capturado⁴ pelo modo de produção capitalista, que se alicerça, desde a sua gênese, na divisão entre quem trabalha e quem tem a propriedade das condições de realização desse trabalho, em outras palavras, trata-se da divisão entre “produtor e meios de produção”⁵ (MARX, 2017, p. 786).

Marx (2003) deixa claro que o ato de produzir não é exclusivo do modo de produção capitalista, mas é socialmente determinado. A produção é determinada a partir do modo como as pessoas se organizam em cada momento histórico. Quanto mais se recua na história, mais se percebe a necessidade de ajuda mútua para produzir. Nos tempos capitalistas, em que as relações sociais e os meios de produção atingiram seu pico de desenvolvimento, é possível ter produção a partir do isolamento do trabalhador. O que permite isso é a relação de assalariamento, pois ganha-se um salário em troca do tempo gasto numa ou em várias etapas do processo de trabalho.

Para análise da dinâmica do capitalismo feita por Marx (2003), a esfera da produção não está limitada a produção de objetos. Para o autor, com seu método histórico-dialético de explicação da vida social, a produção tem um significado amplo, e não se pode explicá-la sem falar em consumo e distribuição, portanto, “o ato de produção é, em todos os seus momentos e ao mesmo tempo, um ato de consumo” (MARX, 2003, p. 234). Existe uma relação intrínseca entre produção e consumo. A sociedade capitalista é estruturada pelo consumo. Sem produto não é possível que haja consumo, e, sem consumo, não há realização de mais valia. Se não há mais-valia, não existe lucro e, portanto, não há acumulação de capital.

Um dos apontamentos interessantes feitos por Marx (2003) é que se estabelece uma relação simbiótica na produção do capitalismo, pois ele não cria apenas o objeto que será consumido, a produção também cria o modo como se consome. Segundo o

⁴ É preciso esclarecer que essa “captura” foi um processo histórico de implantação do capitalismo que durou séculos, como se pode comprovar no texto “A chamada acumulação primitiva” (MARX,2017) e se baseou na violência e na expropriação de terras comuns, e contou com o apoio jurídico-político do Estado e suas leis, fato ilustrado por Marx (2017) no texto “Os despossuídos”. Cabe ressaltar que até hoje sobrevivem no capitalismo práticas pré-capitalistas, como por exemplo, o artesanato. Por uma questão de didática e para não fugir do tema em questão, optou-se por uma sintetização dessa fase.

⁵ Portanto, para Marx (2017) há duas classes sociais: a que detém os meios de produção e aquela que precisa vender a sua força de trabalho como uma mercadoria, por lhe faltar os meios para se produzir por si própria.

autor: “A produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade: fornece ainda uma necessidade ao objeto material [...] a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto” (MARX, 2003, p. 237). Dessa forma, a produção também se refere ao estabelecimento de determinadas relações sociais que, nesse modo de produção, se baseiam no consumo. Afinal, criam-se novas necessidades e novos sujeitos a partir do imperativo do capital de autovalorização permanente que se dá através do ato do consumo.

É dessa mesma forma ampliada, que este autor olha para a distribuição. Ela não significa apenas distribuição das mercadorias produzidas. “A distribuição é um produto da produção [...] determinando como o produtor participará na distribuição” (MARX, 2003, p. 241). Trata-se da distribuição de capital, das classes sociais e dos lugares que cada um vai ocupar nessa cadeia produtiva. A sociedade capitalista exige uma determinada forma de distribuição da força de trabalho e impõe aos trabalhadores uma condição de liberdade condicionada à venda da sua força de trabalho para quem detém os meios de produção. Para Marx (2003), em certa medida, a distribuição acaba precedendo e determinando a produção e, portanto, é a sociedade organizada nessas duas classes essenciais, possuidores dos meios de produção e detentores de sua força de trabalho, que determina esse modo de produzir.

Lukács (2013), quando aborda a reprodução do ser social, defende que a esfera da reprodução se caracteriza por um conjunto de práticas sociais que derivam do trabalho e que se desenvolvem com relativa autonomia, porém, suas funções reincidem sobre o próprio trabalho. Ou seja, o ato da reprodução está vinculado inicialmente às necessidades biológicas do ser social, mas ao mesmo tempo, essas necessidades precisam, cada vez mais, da mediação do trabalho para serem supridas, pois, a partir dela surgem novas necessidades. Para este autor todas as atividades humanas derivam do trabalho e o seu desenvolvimento exige novas práticas sociais.

De modo imediato trata-se de que o ser social ao reproduzir a si mesmo, torna-se cada vez mais social. E esse processo social de reprodução impõe uma divisão social do trabalho intimamente ligada a diferenciação entre classes na sociedade.

Segundo Lukács (2013), a divisão social do trabalho se baseia inicialmente nas diferenças biológicas dos seres sociais, mas ao longo do tempo, com a sua socialização há o afastamento dessa característica, e a divisão do trabalho se torna

cada vez mais social. A relação mercantil pressupõe uma divisão do trabalho sofisticada por dois motivos: a sociedade produz valores de uso para além das necessidades imediatas, e porque as pessoas têm necessidades para além do que elas mesmas podem produzir. A própria diferenciação entre as profissões pressupõe que as pessoas possam reproduzir-se sem ter produzido pessoalmente tudo o que precisam.

TAUILE (2001) enfatiza a divisão técnica do trabalho na sociedade capitalista, para além da social. Isso porque é a partir dessa divisão que se engendra a “quebra do monopólio que o trabalhador tinha do conhecimento sobre o processo de trabalho e a conseqüente capacidade de executá-lo” (TAUILE, 2001, p. 63). Segundo ele, atribuir “tarefas diferentes para pessoas diferentes “ (TAUILE, 2001, p.64), não traz vantagens apenas em termos de redução de tempo na produção e aumento de produtividade.

A divisão social e técnica do trabalho gera, sobretudo, redução de custos e maior controle do capitalista sobre o processo de produção a partir da tendência à simplificação e à desqualificação do trabalho manual. A especialização, a segmentação e, portanto, a desqualificação dos trabalhadores leva a perda de barganha do trabalhador na relação entre capital e trabalho. Ou seja, uma das características da divisão capitalista do trabalho é a cisão entre aqueles que concebem e os que executam o trabalho, em que há a predominância hierárquica dos primeiros em relação aos segundos.

É preciso entender que produtores individuais não produzirão tudo o que precisam para sobreviver, por conseguinte, farão parte de um trabalho social, cujo objetivo é valorizar o capital. Tendo em vista que a grande necessidade é a valorização e acumulação de capital, não importa qual será o trabalhador ou o trabalho. Dessa forma, Marx (2017) apoia-se na categoria do trabalho indiferenciado, em que o que de fato importa, é o trabalho abstrato, o valor de troca.

O que Rubin (1987) reforça é que na medida em que se vive numa economia mercantil, o processo de igualação de todos os trabalhos – o valor de troca - se torna preponderante, ou seja, o valor de uso, e, por sua vez, o trabalho concreto, perdem a centralidade. O que o autor enfatiza é que, por um lado o trabalho é isolado, individual, privado e autônomo, por outro, ele somente tem valor quando pode ser entendido como uma “massa” de trabalho (RUBIN, 1987, p. 158). Assim, o trabalho é indiferenciado pela troca, que torna todo trabalho humano em mercadoria abstrata,

transformando o trabalho privado, em trabalho social. Desta forma, a troca pelo dinheiro faz do trabalho uma relação social.

A relação de assalariamento é o novo ingrediente que condiciona a subsunção formal do trabalho ao capital, ela é “a coerção necessária para garantir a produção do excedente” (TAUILE, 2001, p.49). Neste sentido o trabalhador “perde a propriedade dos meios de produção e o controle sobre o produto, tanto qualitativa, quanto quantitativamente” (TAUILE, 2001, p.50).

Para Rubin (1987), a diferença entre trabalho simples e trabalho qualificado está na educação. Um trabalhador qualificado será aquele com maior grau de qualificação que a média dos trabalhadores. Essa diferença vai se expressar em duas situações: “1) no maior *valor* dos *produtos* produzidos pelo trabalho qualificado, e 2) no maior *valor* da *força de trabalho* qualificada, ou seja, no salário maior do trabalhador assalariado qualificado” (RUBIN, 1987, p.176, grifos do autor). E por que o trabalho qualificado cria um produto com maior valor? Porque entra no valor do produto produzido por ele o trabalho dispendido no treinamento de sua força de trabalho - o trabalho passado.

Mas essa tendência, própria da economia mercantil, à redução do trabalho complexo a trabalho simples é um processo que se efetiva através do processo de troca com a igualação das diferentes formas de trabalho e dos produtos do trabalho. O valor das mercadorias se expressa no dinheiro, que, por sua vez, representa a condensação de uma determinada forma de trabalho (RUBIN, 1987, p.185).

Há, finalmente, uma categoria criada por Marx (2017), que é produzida nessa nova relação entre capital e trabalho, com a transformação do trabalhador em mercadoria: a alienação. O caráter fetichista da mercadoria envolve e encobre dois processos, vela as relações sociais estabelecidas nesse modo de produção, além de trazer um estranhamento do trabalhador em relação aos produtos de seu trabalho

O trabalho alienado traz uma inversão do sentido do trabalho nessa sociedade: a vida é um meio para o trabalho. Marx (2008) chama atenção para o estranhamento causado pelo modo de trabalho nessa sociedade: o trabalho, que deveria ser um meio da satisfação de carências e que possibilitaria a fruição da vida, se transforma em finalidade da vida de trabalhadores.

O auge desta servidão é que somente como *trabalhador* ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador. O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa [...] em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais

valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2008, p. 82).

Mészáros (1981) chama atenção para o fato de que na sociedade capitalista as relações de propriedade sempre vão, em algum grau, alienar os sujeitos (seja na relação com a natureza, com outros homens e consigo mesmo) e, portanto, vão apartá-lo da real liberdade, que se tornou um conceito abstrato, pois não está associada a noção de igualdade nessa sociedade. Para o autor a alienação é como um “divórcio entre o individual e o social, o natural e o autoconsciente” (MÉSZÁROS, 1981, p.157). Numa sociedade não alienada essas características devem andar juntas, formando uma “unidade complexa” (MÉSZÁROS, 1981, p.157).

O que se quer chamar atenção aqui é para o fato de que a alienação, que emerge da relação de propriedade, inclusive sobre o trabalho humano, estabelece o tom da sociabilidade nessa sociedade, de modo que nenhum ser humano está alheio a ela e que só é possível um ser não alienado numa outra sociedade. E qual é esse tom? É aquele em que o ter (através da mediação e universalidade do dinheiro) se sobrepõe ao ser, ou que o objeto domina o sujeito.

Uma vez desvelado a importância da categoria trabalho, do seu fator ontológico e social, fundando não apenas o ser social, mas relações sociais e de como o capitalismo a captura, é necessário entender o trabalho no setor de serviços e sua importância para a valorização do capital e para a ampliação dos serviços sociais. Isso se dará no próximo ponto.

1.2 O trabalho no atual contexto do Capitalismo Monopolista

Se no tópico anterior foram mostradas as bases do trabalho no modo de produção capitalista, antes de analisar o trabalho concreto de assistentes sociais, é necessário entender o trabalho do ponto de vista do contexto histórico em que diversas profissões emergem: o capitalismo monopolista com a expansão do setor de serviços e dos serviços sociais prestados pelo Estado mediados pelas políticas sociais.

Uma característica do “capitalismo tardio”, segundo Mandel (1985) é que não se consegue aumentar a taxa de consumo da mesma forma que se aumenta a

produtividade do trabalho, o que gera um acréscimo na dificuldade de realização da mais-valia contida nos bens de consumo. Há uma contradição entre o desenvolvimento contínuo das forças produtivas e a limitação da demanda e do consumo, afinal, os consumidores finais são cada dia mais trabalhadores assalariados.

Portanto, é uma necessidade desse modo de produção a redução do tempo de giro do capital, ou seja, a necessidade da diminuição do tempo de valorização do capital. Para que isso ocorra se faz preponderante que haja o aumento das funções intermediárias na economia, como o setor de comércio, transporte e serviços em geral. Esse fenômeno, por sua vez, gera uma interdependência desses setores. Para dar conta de vender a produção generalizada de mercadorias, as funções intermediárias precisam racionalizar ao máximo a divisão social e técnica do trabalho.

Por conseguinte, é próprio do capitalismo tardio a expansão do setor de serviços e o aumento do trabalho nesse setor. O setor de serviços não gera em si mais-valia e, por isso, tampouco são produtivos⁶ seus trabalhadores, mas ele pode levar a um aumento da massa de mais-valia. O capitalismo monopolista tem nesses setores uma maneira de abrir novos horizontes de investimento e de criação de novos produtos, aumentando sua capacidade de lucrar.

O fato é que a expansão do setor de serviços funciona para dar escape a própria sociedade de consumo inventada pelo capitalismo que, como já se viu, incutiu novas necessidades nos seres sociais, cuja demanda não ocorre na mesma proporção em que esses valores de uso são produzidos. Sobre a expansão do setor de serviços nas palavras de Mandel (1985):

Reflete a enorme expansão das forças produtivas sócio-técnicas e científicas e o crescimento correspondente das necessidades culturais e civilizadoras dos produtores, exatamente como reflete a forma antagônica em que essa expansão se realiza sob o capitalismo: pois ela se faz acompanhar de uma supercapitalização crescente (dificuldade de valorização do capital), de dificuldades crescentes de realização, de desperdício crescente de valores materiais e de alienação e deformação crescentes dos trabalhadores em sua atividade produtiva e em seu âmbito de consumo (MANDEL, 1985, p. 282).

Para Braverman (1987), a expansão no setor de serviços só foi possível porque a sociedade de consumo se expandiu de tal maneira que penetrou nos diversos setores da vida social. Nas palavras do autor: “é somente na era do monopólio que o

⁶ Segundo Marx (2004) só é produtivo aquele trabalho/trabalhador que produz diretamente mais-valia, logo, é aquele consumido nos processos de produção.

modo capitalista de produção recebe a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e, ao subordiná-las ao mercado, também os remodela para servirem a necessidades do capital” (BRAVERMAN, 1987, p. 231). Ou seja, o autor reforça uma perspectiva⁷ já apontada por Marx (2017) de que o capitalismo cria necessidades e cria um sujeito que precisa delas, fato já abordado nesse trabalho no tópico anterior.

Braverman (1987) informa que a mudança tecnológica, trazida pelo uso da ciência na organização da produção, e a produção de novas mercadorias deram origem a novos processos de trabalho e, dessa forma, a uma classe trabalhadora transformada, sujeita a todas as condições de trabalho do modo capitalista de produzir e reproduzir riqueza.

Mas é preciso deixar claro o que caracteriza o trabalho nos serviços⁸: o fato de ser improdutivo. Mas o que é trabalho improdutivo? Em primeiro lugar, o trabalho improdutivo tem uma semelhança com o produtivo: é assalariado. Daí a constatação “todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalho assalariado é produtivo” (MARX, 2004, p. 111). O trabalho improdutivo é aquele cujo produto do trabalho não se separa do trabalhador, portanto, o seu valor de uso se confunde com o próprio trabalhador.

Marx (2004) observa que um mesmo trabalho pode ser produtivo ou improdutivo, portanto, não é o conteúdo do trabalho que distingue este fato. São as circunstâncias em que é contratado que o definem, e mais do que isso, a forma como é pago diferencia os trabalhos: trabalho produtivo é pago com capital e improdutivo é pago com renda.

Ainda que nenhum autor discorde de Marx (2004) quanto a classificação dos trabalhos como produtivos e improdutivos, o que alguns autores mostram (COSTA, 1998; ANTUNES, 2018) é que há cada vez mais, uma forte imbricação entre essas esferas, o que comprova a importância de se compreender o trabalho coletivo no modo de produção capitalista.

⁷ No capítulo 13 de seu livro, Braverman (1987) consegue aprofundar como o trabalho domiciliar e familiar foi sendo substituído por padrões de produção de mercado. Como as relações foram sendo mediadas ou mesmo substituídas por relações de compra e venda, e como isso se tornou universal, sendo a característica da condição de existência do capitalismo monopolista. Segundo ele, isso ocorreu de tal modo que não gerou consequências apenas econômicas e sociais, mas também, nos padrões de extrema subjetividade, como o psicológico e afetivo.

⁸ Marx define serviço da seguinte forma: “Serviço não é, em geral, mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade” (MARX, 2004, p.118)

Cabe destacar que o espraiamento do setor de serviços está vinculado tanto a esfera privada quanto a pública. Aliás, em relação aos serviços na esfera pública, Mandel (1982) traz algumas reflexões importantes. O autor inicia sua reflexão sobre o Estado com uma frase categórica: “o Estado é fruto da divisão social do trabalho” (MANDEL, 1982, p.333). A partir dela o autor mostra como o Estado burguês na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista sofreu modificações a respeito de seu papel por conta da entrada da classe operária no cenário político pela luta por melhores condições de vida e trabalho.

O Estado, ainda que tenha uma função de dar sustentação a uma estrutura de classe e relações de produção, não se sustenta apenas por coerção, portanto, precisará criar medidas de consenso. Para isso, exige-se dele um “papel integrador” (MANDEL, 1982, p.338). A ampliação das legislações sociais foi uma resposta do Estado que atendia tanto a luta de classes, quanto aos interesses gerais do capital, na medida em que assegurava condições mínimas de reprodução da força de trabalho que se vê superexplorada.

Assim como o Estado se amplia para atender às demandas da classe trabalhadora, Mandel (1982) afirma que ele também se estende para atender ao capital privado, pois é convocado a assumir os custos do processo produtivo, tornando-se “esteio do capital privado” (MANDEL, 1982, p.339). Portanto, nota-se nesse estágio do capitalismo a crescente intervenção do Estado na economia.

O autor observa que na medida em que há a ampliação do campo da intervenção do Estado, existe a necessidade do aumento da estrutura de seu aparato, a ponto de virar uma profissão (MANDEL, 1982, p.343-344). A máquina estatal capitalista possui uma organização hierárquica que corresponde à ordem capitalista, em que os funcionários com cargo mais elevados ou são de origem burguesa, ou estão intrinsecamente integrados a ela (MANDEL, 1982, p.345).

Braverman (1987), ao refletir sobre o papel do Estado lembra da forte imbricação entre este e o desenvolvimento do capitalismo. Mas na fase monopolista esta relação se complexifica e se expande nas atividades estatais na economia, assumindo funções que beneficiam o capital. Uma delas é de dar respostas a “complicações” causadas pela própria expansão do capitalismo, como a miséria e a insegurança, através dos serviços sociais. E, à medida que há a urbanização da sociedade e o aceleração do ritmo da vida econômica e social, a necessidade de outros serviços governamentais aumenta e se refina.

Braverman (1987) se dedicou a refletir sobre algumas características do capitalismo monopolista. Uma delas diz respeito a diversificação da classe trabalhadora. Para o autor, nesse estágio de avanço do capital houve o aparecimento da nova classe média de trabalhadores que são os funcionários, distintos dos funcionários que predominavam até o século XIX⁹. São os trabalhadores de escritório, cujo perfil é de maioria mulheres com salários mais baixos. O serviço de escritório começou a deixar de ter características de profissão e passou a ser um processo de trabalho com divisões de funções.

Em seus aspectos mais gerais, o trabalho em escritório inclui contabilidade e arquivo, planejamento e correspondência e entrevistas, registros e cópias etc. Mas com o desenvolvimento da empresa moderna essas funções assumem formas especiais e dividem-se entre departamentos diversos, setores e seções da empresa (BRAVERMAN, 1987, p. 254).

Com a ampliação do capitalismo monopolista expandem-se as empresas que, fora dos processos de produção, se desenvolvem a partir do trabalho em escritório. A função operante do capitalismo passou de tarefa pessoal, a uma prática que envolve a compra de trabalho assalariado de muitos trabalhadores. E o trabalho se organiza de acordo como se dá no “chão de fábrica”

Se havia uma separação dura entre trabalho mental (no escritório que tinha o monopólio da concepção) e o trabalho manual (na oficina, aonde cabia a execução daquilo que havia sido pensando no escritório) essa separação ficou mais fluida, uma vez que o escritório foi submetido a racionalização. Isto fez com que as funções de planejamento ficassem restritas a grupos pequenos e à massa dos trabalhadores dos escritórios restou o trabalho manual. Isso porque a gerência passou a ser processo de trabalho administrativo.

Segundo Braverman (1987) um dos pioneiros da separação entre planejamento e execução foi Charles Babbage. Foi dele, inclusive, duas posições muito importantes: a primeira de que pessoas com maior instrução e melhores salários não deveriam ser “desperdiçadas” ao se envolver com questões simples que poderiam ser executadas por aqueles com menor instrução. A segunda é que trabalhadores com menos instrução desempenhavam melhor as funções rotineiras, porque não teriam suas mentes ocupadas por outras preocupações. Dessa forma, o trabalho em escritório foi

⁹ Segundo o autor, os funcionários de escritório que predominavam na maior parte do século XIX. O perfil desses trabalhadores era o fato de que eles eram poucos, tinham uma relação pessoal com o contratante, quase familiar, com bons salários e semi-gerencial.

transformado em trabalho manual, ou seja, o trabalho foi reduzido a trabalho abstrato. Com isso, houve, por exemplo, o crescimento da profissão de secretárias.

Portanto, o autor aponta uma tendência do trabalho nos serviços que é o fato do capitalismo moderno absorver uma massa de trabalhadores que, resumidos em valor de troca e trabalho abstrato, ocuparão vagas de trabalhos indiferenciados.

A eliminação progressiva do pensamento no trabalho de escritório assume a forma, assim, da redução do trabalho mental à execução repetitiva da mesma pequena série de funções. O trabalho ainda é feito no cérebro, mas o cérebro é usado como equivalente da mão do trabalhador no pormenor na produção, pegando ou soltando uma única peça de dados vez por outra. O passo seguinte é a eliminação do processo pensante inteiramente – ou pelo menos na medida em que é sempre retirado do trabalho humano – e o aumento das categorias burocrática nas quais nada mais que trabalho manual é executado (BRAVERMAN, 1987, p. 270).

O autor afirma que não é que o trabalho mental é totalmente desprezado, mas os processos mentais ficam reduzidos a um fator muito pequeno no processo de trabalho, de modo que o trabalho manual é predominante no trabalho:

Os processos mentais tornam-se repetitivos e rotineiros, ou são reduzidos a um fator tão pequeno no processo de trabalho que a rapidez e destreza com a qual a parcela manual da operação pode ser efetuada domina todo o trabalho (BRAVERMAN, 1987, p.275).

Ao abordar o trabalho na área de serviços, Braverman (1987) considera que há aqui uma nova concentração da massa homogênea de trabalhadores em relação à falta de qualificação, baixo salário e intercambiabilidade de pessoa e função. O setor de serviços é o que mais cresce no capitalismo monopolista. O autor lembra que para o capitalista não faz diferença a forma do trabalho, mas sim a sua “forma social”, ou seja, a capacidade de o trabalho assalariado ser funcional a esse modo de produção, gerando lucro para o capitalista

Se a classe trabalhadora na produção era resultado de vários séculos, o trabalho em escritório é próprio do capitalismo monopolista. O desenvolvimento científico e as máquinas também adentram o espaço do escritório, o que, segundo Braverman (1987), representa que a lógica da produção chegou nos serviços. Na comparação entre trabalhadores das fábricas e dos escritórios há mais similitudes que diferenças.

Dessa forma, pode-se entender como o modo de produção capitalista exige do setor de serviços um determinado processo de trabalho racionalizado, simplificado. Nessa etapa salienta-se três coisas: a primeira é em relação às exigências ao trabalho

em escritório em que se buscou um trabalho especializado, ou seja, uma divisão entre os trabalhos com maior ou menor exigência e qualificação. A segunda questão diz respeito ao fato de que o limite do capitalismo no que se refere as formas de gerir o trabalho é o custo. Ou seja, o capitalismo vai se adaptar as suas próprias necessidades, e não a necessidade dos processos de trabalho. A outra questão é em relação às similitudes do trabalho produtivo e improdutivo. A necessidade do capital é de reduzir todo trabalho a valor de troca. De transformação do trabalho em trabalho abstrato, que em última instância gere lucro ao capital.

Em linhas gerais o que se quer enfatizar é que em determinados momentos históricos os processos de trabalho podem mudar, mas a tendência que se percebe é sempre a da redução do trabalho em valor de troca.

1.3 O trabalho atrelado à lógica da reestruturação produtiva

É preciso enfatizar que o trabalho está sempre vinculado a um período histórico em que as mudanças no âmbito da produção e da reprodução do capital interferem nas relações de trabalho e, portanto, afetam a forma como se trabalha. Nesse tópico será analisado o ponto de inflexão do capital com a adoção de um sistema de acumulação flexível e os impactos causados para a classe trabalhadora.

O percurso do capitalismo e das formas de produção não é linear e depende da sua capacidade de responder às crises cíclicas intrínsecas à essa sociedade, em que o capital sempre busca novas maneiras de extrair o excedente e se valorizar.

O capitalismo é marcado por momentos de crises econômicas, que são sempre expressões da queda da taxa de lucro e de superprodução de mercadorias. No entanto, esse modo de produção também apresenta períodos de rearticulação e retomadas de crescimento. O que Mandel (1982) argumenta é que a partir da década de 1970, o capitalismo começa a apresentar índices medíocres de crescimento, com grandes ondas de estagnação, o que significa uma crise profunda e permanente de valorização de capital. Por isso, o autor entende que a partir desse período tem-se uma crise estrutural do capital.

Diante desse cenário de crise, o capitalismo se reorganiza e tem como principal característica o robusto desenvolvimento das forças produtivas e a incapacidade de generalização desse desenvolvimento (ALMEIDA; ALENCAR, 2011). Uma das

consequências é que a valorização do capital depende da diminuição dos níveis de emprego, fato que reforça a face contraditória desse modo de produção.

Especificamente no Brasil, essa crise começou a ser encarada de forma pujante a partir da década de 1990, em que o capital se vê intimidado a mudar o *script* e criar alternativas a seu padrão de acumulação.

TAUILE (2001) observa que até então a produção se apoiava num sistema de consumo de massa, baseado regime de acumulação “rígido” propiciados pelo taylorismo¹⁰ e fordismo¹¹, que deram origem a chamada “gerência científica” do trabalho, capaz de majorar a produtividade do trabalho a partir da padronização, tanto dos produtos quanto da forma de produzi-los.

Foi com a chegada da crise dos nos anos 1970 e, por conseguinte do modelo econômico vigente, que as ideias neoliberais ganharam força. De acordo com Anderson (1995), o Neoliberalismo teve como texto de origem o livro “O Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek, escrito em 1944. A ideia central é o ataque a todos os tipos de intervenção do Estado na tentativa de limitar os mecanismos do mercado. O texto foi escrito numa época em que o Estado de Bem Estar Social criava suas bases, portanto, intervia diretamente na economia e na vida social.

Anderson (1995) explica que os neoliberais entendiam que as raízes da crise se davam pelo grande poder dos sindicatos e do movimento operário de pressionar e reivindicar melhores salários e maiores investimentos nas políticas sociais. Para os neoliberais isso prejudicava as bases da acumulação capitalista, interferindo nos lucros das empresas , desencadeando um processo inflacionário que acabava numa crise generalizada do mercado. Além disso, o projeto neoliberal conta com o sistema de privatização das empresas públicas e a desregulamentação financeira que cria espaço para as especulações financeiras.

¹⁰ Para TAUILE (2001, p.98), as características do taylorismo são: “separar marcadamente as atividades de concepção das de execução; retirar todo o poder decisório do chão da fábrica; concentrar esse poder de decisão nos escritórios, em que profissionais supostamente mais competentes e certamente mais identificados com os interesses dos empresários poderiam e deveriam prescrever novas e mais produtivas maneiras de executar cada uma das tarefas. Em outras palavras, tratava-se de mais um importante movimento de expropriação do saber trabalhador, aqui estritamente por meios gerenciais”. Era necessário dividir as tarefas em seu máximo e atribuir um tempo e que elas deveriam ser executadas, de modo a diminuir a “porosidade” do trabalho. Para realização de tarefas tão repetitivas e tediosas, o trabalhador deveria ter a mesma inteligência de um animal irracional, segundo o autor.

¹¹ Para o mesmo autor citado na nota anterior o fordismo é “a versão aperfeiçoada” do taylorismo, agora com esteira rolante. Ou seja, nesse sistema o trabalhador só precisaria se concentrar na sua tarefa, não devendo se preocupar com o controle do processo de trabalho em si e, tampouco com a qualidade dos produtos, afinal, há setores responsáveis por isto.

Se o ciclo de expansão do desenvolvimento econômico capitalista entrou em colapso a partir de 1973, o mercado não podia ser regulado pelo Estado e a transição para um novo regime de acumulação importaria na alteração do modo de regulamentação do capital, do mercado e da força de trabalho. Daí a necessidade da desregulamentação tributária, mercadológica e trabalhista. O mercado passou a ser instável, e a produção em massa não podia ser mantida. Um mercado instável é flexível, conforme as exigências de consumo.

Anderson (1995) informa que a justificativa que se dava em relação a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter a crise se resumia na palavra “rigidez”. Havia demasiada “rigidez” nos investimentos do capital fixo e em sistemas de produção em massa; na realização dos contratos de trabalho e no compromisso do Estado com as políticas públicas.

Deparando-se com a baixa do consumo, em consequência das altas taxas de desemprego e da queda dos salários, e da necessidade de restabelecer o crescimento capitalista, a burguesia substituiu a produção rígida por um padrão mais flexível¹², a fim responder o mercado consumidor (ANTUNES,1999). No roteiro da chamada reestruturação produtiva, deveria constar a flexibilização dos padrões, tanto da acumulação do capital quanto da regulação do trabalho. Isso significou uma grande inflexão do capital e trouxe consequências diretas para o mundo do trabalho, inclusive, com o redimensionamento da exploração da força de trabalho.

Através desse quadro de crise, mudanças ocorrem no campo dos processos produtivos, como o avanço da tecnologia (especificamente a microeletrônica), que, associados a uma nova racionalidade do trabalho resultaram numa alternativa aos modelos de produção do tipo taylorista e fordista. Ou seja, tem-se um sistema baseado na sobrepujança da produtividade a partir, principalmente, de um novo modo de gerenciamento da força de trabalho e não, exclusivamente, pela introdução de novas técnicas de produção (TAUILE, 2001).

Neste novo padrão de acumulação a difusão de uma nova base técnica implica a necessidade de novas qualificações dos trabalhadores. TAUILE (2001) argumenta

¹² Segundo, Antunes (1999) os novos métodos, caracterizados, sobretudo, pelo toyotismo, iniciado pelos japoneses, e tornado possível pelas tecnologias da década de 1970, teria estoques muito menores, produziria o suficiente para abastecer os vendedores *just in time*, e com uma capacidade maior de variar a produção de uma hora para outra, a fim de enfrentar as exigências das mudanças contemporâneas, para tanto era preciso desempregar, subcontratar, explorar, terceirizar, enfim, “enxugar” gastos.

que há uma polêmica envolvendo a questão: por um lado acredita-se que as novas tecnologias exigem um maior nível de qualificação do trabalhador, que precisam interpretar a simbologia da tecnologia. Por outro lado, há os que defendem que as tecnologias são *user friendly*, o que dispensa grande nível de qualificação e torna o processo de trabalho mais simplificado. O autor entende que ambas ideias são verídicas, mas, para ele, o importante desse processo é reconhecer que há uma “mudança na natureza das qualificações” (TAUILE, 2001, p.124).

O caráter transitório da qualificação exigida do trabalhador é o ponto crucial. À medida que a tecnologia e a automação do processo produtivo evoluem, e que o trabalhador empresta (ou entrega) seu conhecimento à evolução do processo, - ou seja, ocorre “a materialização do conhecimentos técnico-científicos nos produtos e processos de produção que propicia incrível velocidade de transformação de processos produtivos e dos produtos que consumimos” (TAUILE, 2001, p.125) - o processo produtivo impõe novas exigências ao trabalhador.

Para Tauile (2001), na acumulação flexível, mais importante do que a difusão de uma nova base técnica fundada na incorporação da tecnologia aos processos de trabalho, está o fato de que ela implica uma nova concepção gerencial e uma nova mentalidade empresarial. A via japonesa de mudança na organização do trabalho se apoia sobre novas tecnologias de organização social da produção (TOSP). Foi o fator organizacional o preponderante para os ganhos de produtividade que aquele país obteve quando comparado aos Estados Unidos e aos países da Europa no mesmo período.

Para o autor, essa novidade dependia de uma nova relação entre capital e trabalho¹³, agora cooperativa, além de uma cooperação interempresarial. Essa relação pode ser resumida em um fator: consenso, ao qual se chega através de uma nova forma de contrato de trabalho baseada numa relação de credibilidade entre as partes envolvidas e através de uma cultura que requer (e que ao mesmo tempo gera) o engajamento do trabalhador no processo de trabalho, uma vez que esse é

¹³ Essa relação cooperativa perpassa alguns fatores, como por exemplo: uma nova lógica de sindicalismo – por empresa e não mais por categoria profissional, emprego vitalício e salário por antiguidade. Esses fatores geram, segundo TAUILE (2001) uma forte relação de lealdade, criada por “laços de solidariedade e compromisso ético” (ibidem, p. 157) entre capital e trabalho a ponto de constringer o trabalhador a não provocar o dissenso. Para mais informações ver TAUILE (2001) capítulo 6.

consultado quando e pretende tomar uma decisão cujo objetivo é melhorar aquele processo.

TAUILE (2001) chama atenção que esses fatores subvertem a tradicional tendência do capitalismo de alienar o trabalhador do processo de produção com a clássica separação entre execução e concepção. A marca do padrão japonês se refere

À capacidade que o trabalhador passa a ter de definir o seu próprio ritmo de trabalho no processo de produção em que está engajado. Para usar a terminologia marxista, é como se os trabalhadores passassem a ter não só o poder como também a obrigação de determinar o seu próprio grau de subsunção real. Em outras palavras, é como se os trabalhadores passassem a definir a taxa de extração de excedente do seu próprio trabalho (TAUILE, 2001, p. 158).

Para Antunes (2007), as características do “novo trabalhador” exigidas pelo mercado de trabalho pós reestruturação produtiva estarão mais vinculadas à desespecialização que dá margem à polivalência. Nas palavras do autor:

Primeiro, ele deve ser mais ‘polivalente’ do que o trabalhador ou trabalhadora da empresa de tipo taylorista e fordista. O trabalho moderno, buscado progressivamente pelas empresas, não é mais aquele fundamentado na especialização taylorista e fordista do passado, quando uma profissão era centrada em uma atividade específica. O novo trabalho deu origem à chamada ‘desespecialização multifuncional’, ao ‘trabalho multifuncional’, que, de fato, expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos laborais. Como resultado, o trabalho dos nossos dias é mais desespecializado e multifuncional, cujos ritmos e processos, tempos e movimentos são mais intensamente explorados. **Esse trabalho perdeu a especialização adquirida em décadas anteriores, quando havia o predomínio da empresa de tipo taylorista e fordista, e tornou-se cada vez mais multifuncional, polivalente, segundo a terminologia dominante. Isso inclui tanto o mundo fabril, industrial, quanto o chamado setor de serviços**, ainda que seja importante dizer que essa divisão ‘setorial’, dada a penetração do capital em todos os setores, é cada vez mais inexistente. ” (ANTUNES; POCHAMANN, 2007, p.198-199, grifo nosso)

Antunes (2007) e Tauile (2001) apontam para o fato de que o capitalismo se utiliza do máximo de saberes e capacidades do trabalhador para desempenhar o trabalho. Neste sentido, o conceito de transitoriedade a respeito das características do trabalho, apontada por Tauile (2001), talvez seja a mais apropriada para classificar as exigências do capitalismo em relação ao trabalho. Se por um lado, no taylorismo/fordismo se exigiu um perfil de trabalhador mais especializado, seja do ponto de vista do trabalho manual, seja do ponto de vista do trabalho intelectual; o capitalismo contemporâneo exige um trabalho mais dinâmico, por vezes

multifuncional, que não excluiu as características dos períodos anteriores, mas que engloba novas características.

Para Pedroso (2007), o toyotismo busca instaurar um novo consentimento operário, um maior envolvimento dos trabalhadores no processo de produção, valorizando aquele trabalhador “participativo” e “inovador”. No novo modelo a capacidade intelectual do trabalhador assume um papel de fundamental relevância. Mas entende que a multifuncionalidade seja a grande característica do novo momento do processo de trabalho.

O novo paradigma produtivo [...] os trabalhadores deixam de ser profissionais especializados para se transformarem em especialistas multifuncionais, qualificados, dotados de uma maior realização no espaço de trabalho, o que vem a ser a característica dessa nova fase mais apropriada a uma interação entre o capital e o trabalho [...]. Assim, considero a flexibilidade e a polivalência como elementos condicionantes desse padrão de produção (PEDROSO, 2007, p.126).

Pensar numa nova interação e num consenso entre capital e trabalho exige refletir sobre a criação de novas habilidades do trabalhador. Pressupõem-se que para transferir a sua energia vital para o trabalho, ou seja, a sua força intelectual e manual, é preciso um engajamento do trabalhador que se assenta numa nova forma de captura da sua subjetividade. E Pedroso (2007) aborda a questão:

Nesse processo, o silêncio e a fragmentação de tarefas dão espaço à comunicação e à interatividade, nas quais as habilidades como *savoirfaire* e a capacidade subjetiva do indivíduo passam a ter grande destaque. Aspectos antes desconsiderados, como os componentes cognitivos e os componentes sócio afetivos, passam a ser valorizados na formação e no exercício do trabalhador. As implicações do novo paradigma produtivo vêm assentadas em novas bases, incorporando novos requisitos de qualificação, um conjunto de grandes aptidões, capacidades e atitudes que só seriam compreensíveis ampliando-se o conceito de qualificação para uma definição mais extensa que incorpore não só o conhecimento técnico e formal, mas também o conhecimento tácito informal, a escolaridade e, sobretudo, uma nova postura dos trabalhadores em face ao trabalho (PEDROSO, 2007, p.129).

Enfim, para a autora a utilização de uma mão de obra polivalente ou multifuncional dá a sustentação necessária para o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, que baseadas na tecnologia, requerem um trabalhador mais ágil, que responde mais eficientemente às demandas do trabalho.

Entende-se, portanto, que a polivalência ou multifuncionalidade é a característica exigida dos trabalhadores no atual momento do modo de produção capitalista. A polivalência determina a criação de novas habilidades do trabalhador, a partir da implicação ativa da sua subjetividade no processo de trabalho. Dessa forma,

o seu saber intelectual deve estar associado à sua capacidade de responder às demandas práticas do trabalho da maneira mais genérica possível.

Pedroso (2007) observa que uma das características dessa fase é a ascendente relevância que vem sendo atribuída às ideias, mais do que a valorização dos ativos físicos. Isso não significa que o “trabalho material, pesado, o trabalho dos operários, dos sujeitos com as mãos calejadas tenham desaparecido” (PEDROSO, 2007, p.127), mas há uma tendência à valorização do trabalho intelectual¹⁴.

A nova organização flexível do trabalho aponta para a formação de um novo tipo de trabalhador que tenha como requisitos fundamentais a habilidade em transferir conhecimento de uma área para outra, facilidade em se comunicar e entender o que lhe está sendo comunicado, capacidade de trabalhar em grupo e com autonomia para tomada de decisões. Nesse processo, o silêncio e a fragmentação de tarefas dão espaço à comunicação e à interatividade, nas quais as habilidades como *savoir-faire* e a capacidade subjetiva do indivíduo passam a ter grande destaque. Aspectos antes desconsiderados, como os componentes cognitivos e os componentes sócio-afetivos, passam a ser valorizados na formação e no exercício do trabalhador (PEDROSO, 2007, p.128-129).

O novo paradigma produtivo enseja um tipo de trabalhador que seja capaz de incorporar novas habilidades que requerem a ampliação do conceito de qualificação: para além do conhecimento técnico e formal, é necessário a absorção do conhecimento tácito informal e, principalmente, uma nova postura dos trabalhadores diante do trabalho. Essa nova postura exige dos trabalhadores um saber mais universalista, em contraposição ao “especialista enrijecido”. Dessa forma, se aponta para a centralidade do aprendizado crescente que acompanhe a evolução tecnológica (PEDROSO, 2007).

Para Antunes (2018) o que se percebe é a doação total da subjetividade do trabalhador ao trabalho: o trabalhador torna-se, assim, “déspota de si mesmo” e exerce, além do seu cargo, o de chefia de si e dos colegas. Portanto, as rebeldias são rechaçadas. O saber intelectual do trabalhador é capturado pelo capital, sem este dar contrapartidas, e disso resulta um processo produtivo com máquinas “mais inteligentes” que requer trabalhadores mais qualificados. O que gera, contraditoriamente, desvalorização do trabalhador, que perde postos de trabalho em vista do crescente investimento de trabalho morto.

¹⁴ Esta autora define trabalho intelectual como trabalho inteligente, ou, “trabalho do cérebro” - “é o trabalho em que o instrumento é o instrumento que não se gasta, mas se reproduz cognitivamente” (PEDROSO, 2007, p. 127 apud NEGRI, 2003, p. 12).

É importante ressaltar que a classe trabalhadora hoje é formada por esse perfil de trabalhador muito diverso. Segundo Antunes (2018) ela inclui a clássica formação que Marx apontou em seus estudos: trabalhadores que precisam vender a sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção; por um núcleo central que são os trabalhadores produtivos, mas também é composta por trabalhadores improdutivo. Mas se incluem também o trabalhador precarizado, o novo proletário informal, os *part-times*, etc. A classe trabalhadora hoje é mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX (ANTUNES, 2018).

Ao analisar a particularidade do capitalismo e da “nova morfologia” da força de trabalho no Brasil, Antunes (2018) observa que se até a década de 1980 a principal característica da economia brasileira apoiava-se na expansão industrial, a partir de 1980 o setor de serviços cresceu vertiginosamente, afetando a composição da classe trabalhadora no país. A expansão dos *call-centers*, *telemarketing* e empresas TIC, possibilitou a ascensão de um novo proletariado, “o infoproletariado ou o cibertariado” (ANTUNES, 2018, p.119). Mas a era digital, da informatização do trabalho, é caracterizada pela

informalização do trabalho (trabalhadores sem direitos), presente na ampliação dos terceirizados/subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, potencializando exponencialmente o universo do trabalho precarizado (ANTUNES, 2018, p.120).

Ainda que haja diferenças entre o trabalho produtivo e improdutivo, Antunes (2018) se debruça a pensar na precarização estrutural do mundo do trabalho e identifica, em escala global, o crescimento exponencial do proletariado da era de serviços, identificado por ele como uma “escravidão digital”, que além da precarização, flexibilização, baixa remuneração, inclui, através do desenvolvimento da informática, a “disponibilidade perpétua para o labor” a partir do trabalho *on line* e dos aplicativos (ANTUNES, 2018, p.34). Para este autor o que ocorre é que cada vez mais há uma simbiose entre trabalho produtivo e improdutivo de modo que o capital opera a tentar converter todo o trabalho em potencial gerador de mais-valor.

1.4 Serviço Social e o vínculo com o capitalismo monopolista através dos serviços sociais prestados pelo Estado

A chave interpretativa sobre o Serviço Social inaugurada por Iamamoto (2014) nos anos 1980, a partir da aproximação com a concepção teórico-metodológica marxista, serviu para entender a posição da profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho operando na esfera da reprodução social¹⁵.

O desenvolvimento do capitalismo, com a passagem da era da concorrência para os monopólios, logo, com o desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais capitalistas, abriu espaços sócio-ocupacionais para os quais se exigiu profissionais qualificados para atender as novas demandas desse modo de produção.

Dessa forma, o mercado de trabalho abriu espaço para que o assistente social atuasse diretamente com as expressões da questão social, que são:

As expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 2014, p. 84).

As expressões da questão social são consequência dos antagonismos de classe dessa sociedade. Portanto, o assistente social, segundo a autora, é requisitado pelo Estado e por instituições privadas para assumir uma função de mediação dos interesses dessas classes, tendendo a ser cooptado pela classe dominante. Dessa forma, o assistente social

Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO, 2014, p.81).

Nesse contexto o Estado (ou instituições privadas), através dos serviços sociais, operacionalizados (e muitas vezes formulados) por profissionais como o assistente

¹⁵ Nas palavras de Marilda Iamamoto: “a reprodução das relações sociais é a *reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida* que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade” (IAMAMOTO, 2014, p. 79). Cabe ressaltar que neste aspecto perpassa a reprodução das relações de classe e a contradição que é própria delas.

social, intervém nos processos de pauperização da classe trabalhadora, favorecendo a sua reprodução social (IAMAMOTO, 2014).

Portanto, lamamoto (2014) observa que o Serviço Social se consolida como profissão com uma forte aproximação com o Estado e, conseqüentemente, com a expansão de suas estratégias de controle e do aumento de seu espectro. E também estabelecendo um vínculo com as Instituições privadas.

Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação profissional (IAMAMOTO, 2014, p. 86).

Ao entender que o assistente social participa da mediação dos conflitos de classe, seja como parte do Estado, seja por Instituições privadas, a autora admite que esse profissional participa dos mecanismos de controle social que uma classe exerce sobre a outra e de difusão da ideologia da classe dominante, participando, junto a outras profissões, da “tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto” (IAMAMOTO, 2014, p.93), através dos serviços sociais.

lamamoto (2014) reconhece esse profissional como um trabalhador assalariado. Assim, aponta a relação que é o principal motivo limitador da realização do projeto progressista da profissão: a relação de assalariamento. O assistente social, ao vender a sua força de trabalho para o contratante, fica subordinado a ela e aos seus interesses que, muitas vezes, não coincidem nem com as reais necessidades dos usuários dos serviços e suas demandas mais implícitas, nem com o projeto ético político da categoria. Neste sentido, lamamoto (2014) deixa de entender a profissão exclusivamente por do seu valor de uso e passa a interpretá-lo também a partir do seu valor de troca. A partir dessa interpretação a profissão rompeu com suas protoformas vinculadas a ações caritativas e confessionárias e pôde se posicionar enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Ao identificar o Serviço Social como trabalho, a referida autora deixa claro dois pressupostos importantes para a categoria profissional: em primeiro lugar que assistentes sociais, enquanto trabalhadores, sofrem as mesmas conseqüências que qualquer outro trabalhador, tais como alienação, exploração, tendência ao trabalho simples, etc. Em segundo lugar, ao trocar a sua força de trabalho por um valor

monetário, o assistente social não é autônomo no seu exercício profissional, possui, sim, uma autonomia relativa.

Mas há algo fundamental no entendimento da autora que é o destaque para o fato do assistente social ser um intelectual, por isso, diante de sua autonomia relativa é possível fazer a escolha de, ao compreender o significado social da profissão, optar pelo fortalecimento da classe trabalhadora.

Portanto, o que se quer reforçar, é que: 1) o trabalho do assistente social precisa ser analisado dentro de um contexto histórico e as mudanças no capitalismo trarão rebatimentos para a profissões, inclusive para o Serviço Social; 2) não é o assistente social que forja suas demandas, e as respostas que serão dadas por ele perpassam as condições anteriores.

Cabe salientar que outro autor relevante para o Serviço Social, Netto (2011) compartilha da visão de lamamoto¹⁶ no que se refere a pelo menos três questões: 1) o fato do Serviço Social ser indissociável do capitalismo monopolista; 2) de sua profissionalização ter se dado a partir da abertura de um lugar sócio ocupacional na divisão social e técnica do trabalho, 3) mesmo chamado a ocupar um lugar conservador no seio da sociedade, há a possibilidade de “desincumbir-se” desse teor, contemplando os diferentes protagonistas da luta de classes.

Entendendo o vínculo entre capitalismo monopolista e Serviço Social, é preciso pensar quais mudanças instauradas no primeiro, sobretudo, em relação a forma de gestão da força de trabalho, e como elas trarão consequências para a profissão. E é isso que Mota (2006) defende como hipótese: a reestruturação produtiva, ao mudar as formas de produção (que, por sua vez, mudam a maneira de gerir e consumir a força de trabalho), e, portanto, de reprodução social, gera impactos na experiência profissional dos assistentes sociais em relação a duas questões: 1) sobre as condições em que se exerce a profissão, seja em relação às alterações no mercado de trabalho, seja sobre às condições de trabalho; 2) sobre as novas demandas que chegam ao assistente social.

Para Mota (2006) os desafios para o assistente social frente as mudanças do mundo do trabalho, englobam a atual configuração do mercado de trabalho. Mas a autora chama atenção para o fato de que as demandas do mercado nem sempre

¹⁶ É preciso destacar que Netto (2011) e lamamoto (2014) divergem sobre alguns aspectos da profissão. Como lukacsiano, em alguns textos, como veremos no capítulo 3 desta dissertação, o autor possivelmente não analisa o Serviço Social como trabalho.

correspondem às necessidades sociais dos sujeitos demandantes dos serviços propriamente dita. Dessa forma, as requisições do mercado de trabalho apontam “tendências da realidade profissional, porém, estão longe de evidenciarem as conexões de natureza política que atravessam as novas exigências a que está submetido o exercício profissional” (MOTA, 2006, p.25-26).

A autora entende que todas as profissões surgem e se reproduzem pela sua utilidade social e pela capacidade em respondê-la ao longo do tempo. E o Serviço Social é chamado pelas necessidades do capital a reforçar a adesão da classe trabalhadora às suas exigências, e, ao mesmo tempo precisa responder à classe trabalhadora cujas necessidades, na maioria das vezes, é conflitante com o interesse do contratante do seu trabalho (MOTA, 2006; IAMAMOTO, 2014). Mas esse não é um dilema novo, ao contrário, faz parte da forma de ser da profissão numa sociedade de classes.

Amaral e Cesar (2010) ressaltam que o que caracteriza o novo contexto do mundo do trabalho é que a nova lógica do trabalho e da gestão da força de trabalho exige um profissional de Serviço Social cada vez mais “eficiente” em termos do mercado, e que, portanto, seja uma ponte para o consenso entre capital e trabalho. Ainda que as autoras estejam refletindo sobre os profissionais que trabalham em empresas, acredita-se que esse apontamento é mais geral, porque a lógica empresarial domina os diversos espaços da vida social hoje.

Sendo assim, nas empresas, o exercício profissional é perpassado por uma nova racionalidade técnica e ideopolítica, no âmbito do gerenciamento de recursos humanos, que refuncionaliza o ‘tradicional’ em prol do ‘moderno’ e conjuga, no campo das atividades profissionais, ‘velhas’ e ‘novas’ demandas, exigindo dos assistentes sociais estratégias que assegurem sua legitimidade social (AMARAL; CESAR, 2010, p.9)

Uma outra questão importante trazida pelas autoras é o fato de apreenderem o trabalho do assistente social vinculado a um contexto sócio histórico que rebate nas requisições profissionais no âmbito das empresas. Portanto, indicam que nos anos de 1980, o Serviço Social nas empresas, dado o contexto dos movimentos sociais e sindicais que dinamizavam o cenário político brasileiro, era chamado (e teve participação importante) para dar respostas e negociar, junto às direções empresariais, o atendimento às necessidades fundamentais à reprodução da força de trabalho, sem perder de vista a noção contraditória da profissão.

Por outro lado, no contexto do trânsito da década de 1990 para os anos 2000, a requisição para o trabalho do assistente social é a da dimensão pedagógica da intervenção profissional com o cunho da neutralização das tensões entre capital e trabalho a partir da colaboração entre eles. Mas novamente, isso se deu não sem tensões.

É desse modo que o assistente social intervém na reprodução material e espiritual da força de trabalho, por meio da prestação de serviços sociais e da orientação sobre um determinado modo de ser, sentir, pensar e agir, em relação ao trabalho, à sociedade e à vida (AMARAL; CESAR, 2010, p. 163).

É preciso pensar que essa requisição do trabalho, ocorre num ambiente em que o próprio assistente social, sendo trabalhador, está sendo imbuído dos valores e da cultura do capital, porque não é um agente blindado à alienação. O discurso da eficiência das instituições afeta o assistente social no exercício profissional, redinamizando a sua relação com o trabalho, e, portanto, no atendimento à população usuária.

Mota (2010), ao refletir sobre o Serviço Social nas empresas, destaca que a condição de trabalho nessas Instituições se apresenta com a “inflação participativa” das empresas, o que significa que a subjetividade e a individualidade do trabalhador é moldada a partir de uma subjetividade empresarial em prol de uma harmonia deles com a empresa, o que, segundo a autora, é responsável por adoecimento e sofrimento no trabalho, em que “a responsabilidade pessoal do trabalhador é condição de êxito da empresa” (MOTA, 2010, p.21).

A autora entende que o grande desafio para o assistente social é tornar “visíveis e coletivas [...] as novas expressões da exploração do trabalho, identificando as novas determinações do sofrimento e do adoecimento social e mental dos trabalhadores” (MOTA, 2010, p. 22). Mas, aqui, entendemos que o desafio do assistente social vai além: é perceber que as novas expressões da exploração do trabalho, que causam sofrimento e adoecimento, incidem sobre ele mesmo, e, podem redinamizar a dinâmica do seu trabalho, de suas atribuições e competências.

Para Netto (1996), tendo em vista a dinâmica das relações capitalistas no Brasil, que implica em concentração brutal de renda, urbanização descontrolada, perfil demográfico do país, etc., tudo isso garante, objetivamente, um espaço sócio ocupacional para assistentes sociais. Mas a conversão da “possibilidade objetiva” à realidade, depende de uma efetiva resposta profissional ao que lhe é demandado. Demanda essa que está sujeita à hegemonia política das forças em presença.

É evidente, porém, que hegemonias políticas diferentes, concretizando projetos sociais diversos no marco nacional, direcionarão distintamente o processo social brasileiro e demandarão diferenciadas perspectivas e estratégias de ação profissional (NETTO, 1996, p. 115).

Para o autor, o Serviço Social, ao romper com o conservadorismo, assumiu uma direção social profissional que se confronta com a hegemonia política que o grande capital deseja efetivar. Direção esta, que se materializa no Código de Ética (BRASIL, 1993) e que, em última instância, se vincula à construção de uma outra sociedade.

O autor entende que a curto prazo a direção social da profissão será questionada, não a partir de um confronto direto, mas travestido pelo argumento sobre as demandas do mercado. Ainda que Netto entendesse que, àquela altura, o conhecimento sobre o mercado de trabalho e suas tendências fosse “precário” (NETTO, 1996, p. 120), admitira que as transformações societárias o estivessem modificando e que disso decorreria uma imbricação entre “as demandas ‘tradicionais’ e as ‘novas’, tornando o universo de usuários do Serviço Social muito mais heterogêneo e complexo exigindo dos assistentes sociais mais criatividade e eficácia operativa” (NETTO, 1996, p. 120).

Serra (2001) propôs como questão pesquisar a forma como a reestruturação produtiva incidia na profissão reorientando sua função social e seus padrões de produção no mercado de trabalho, partindo do pressuposto (apoiada em Antunes, 1999) que o setor de serviços cada vez mais se submete à racionalização do capital.

Assim, realizou uma pesquisa sobre mercado de trabalho do Serviço Social, nas instituições privadas, públicas e entidades sem fins lucrativos no estado do Rio de Janeiro. Os dados que mais chamam atenção, observando, sobretudo, os da esfera pública federal, que é o foco dessa dissertação, são os seguintes: 1) o fato da carga horária semanal ser de 40 horas¹⁷; 2) o índice de diminuição do número de assistentes sociais é maior do que seu índice de aumento. Fatos que levam a autora a compreender que está havendo uma sobrecarga desses profissionais no que se refere ao exercício profissional.

Isso ocorre porque o aumento das demandas dos usuários não é acompanhado, nem pelo aumento da contratação desses trabalhadores, nem pelo

¹⁷ E esta tendência ainda permanece, tendo em vista que, via de regra, as Instituições Federais não reconhecem a lei 12.317/2010 que estabelece a carga horária de 30 horas semanais para assistentes sociais.

aumento do volume de recursos para operacionalização dos serviços sociais. Além disso, encontram-se programas sociais cada vez mais fragmentados por público alvo, por segmentos de políticas sociais e por problemáticas seccionadas. Ou seja, o reordenamento do Estado, segundo a autora, é um dado do qual não se pode prescindir ao analisar as condições e relações de trabalho do assistente social.

Mas, segundo os dados dessa pesquisa, o assistente social alocado na esfera do serviço público federal é o que tem, sobretudo pelos indicadores de estabilidade e salário, uma das melhores condições de trabalho do mercado. As piores ficam para profissionais de entidades filantrópicas, organizações não-governamentais e outras porque apresentam uma multiplicidade de cargas horárias, em geral de até 30 horas, e para Serra (2001) essa pode ser uma alternativa para os empregadores diminuïrem salários, na lógica da compressão do tempo do trabalho desses profissionais.

Uma das tendências apontadas por essa autora para o Serviço Social nas empresas é a sua atuação mais em nível gerencial, uma vez que as políticas sociais geridas pelas empresas vêm se esvaziando seguindo a tendência de redução de custos e da terceirização nessas instituições. Outra questão relacionada a este segmento é a tendência da diminuição da contratação de assistente sociais por empresa, se restringindo a um, ou no máximo dois profissionais, o que “implica a constituição de um profissional com múltiplas funções e habilidades para atender às diversas demandas” (SERRA, 2001, p. 171).

É muito importante refletir sobre o que a autora aponta como tendências gerais para a profissão, que são: a desqualificação do profissional para atender as demandas a ele encaminhadas, na medida em que as condições necessárias para a realização do trabalho são cada vez mais precarizadas, e a redução da institucionalização estatal da profissão e de sua inserção fragmentada no setor privado.

Isso posto, Serra (2001) entende que o enfrentamento a essa questão se dá de uma forma coletiva e com um intenso trabalho das Instituições de ensino. Para ela é preciso

[...] sintonizar criticamente a formação e a qualificação profissional com as tendências de mercado, conhecendo-as e, ainda mais, potencializando estratégias para o seu equacionamento/enfrentamento e para a busca de novas respostas profissionais. Cabe às unidades de ensino [...] por meio de investigações e políticas específicas de capacitação profissional, para além do espaço universitário, produzindo subsídios não só para responder criticamente às demandas no mercado, mas também àquelas potenciais que

permitam ampliar o raio de atuação e o alcance das intervenções do Serviço Social (SERRA, 2001, p. 173).

Dedicada a pesquisar a nova morfologia do trabalho no Serviço Social, em especial, quando aborda este aspecto sob a hegemonia das políticas neoliberais, Raichelis (2018), entende que a partir do contexto da emergência da reestruturação produtiva no mercado de trabalho do Serviço Social, ampliam-se os processos de subcontratação ou terceirização por parte de empresas, instituições não governamentais, cooperativas, etc. cuja intenção é configurar o exercício profissional por projeto, tarefa, enfim, por um trabalho temporário.

Segundo Raichelis (2018, p.52), assistentes sociais com empregos estáveis experimentam a precarização do trabalho, a insegurança laboral, a baixa remuneração, o assédio moral e, mesmo os profissionais estáveis são afetados pela “precariedade subjetiva”.

A “precariedade subjetiva” é um conceito que Linhart (2014) utiliza para tratar da precarização dos trabalhadores assalariados com empregos estáveis. O conceito exprime os sentimentos desses trabalhadores que se veem “sozinhos”, “sem ajuda”, tendo que se submeter às realidades impostas pelo trabalho e encontrar soluções para os objetivos cada vez mais exigentes e desafiadores do trabalho (LINHART, 2014, p. 52). Esses trabalhadores

são confrontados com exigências cada vez maiores no trabalho e estão permanentemente preocupados com a ideia de nem sempre estar em condições de responder a elas. [...] é o sentimento de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se. (LINHART, 2014, p. 46)

Segundo Linhart (2014, p. 46) o trabalho moderno se caracteriza pela “hiperpersonalização”. A empresa moderna, segundo ela, utiliza um discurso de valorização da pessoa, do investimento em competências íntimas, não só intelectuais, quanto emocionais. Torna-se indispensável para o trabalho contemporâneo a mobilização integral da pessoa para a realização do trabalho. O trabalhador precisa identificar-se totalmente com a empresa, a “defender a causa” (LINHART, 2014, p.50). O objetivo das direções é criar um ambiente cooperativo, consensual, em que os trabalhadores tenham “disciplina, espírito de abnegação e autonomia” (LINHART, 2014, p.50).

A autora entende que a “precariedade subjetiva” toma formas difusas e “imperceptíveis” (LINHART, 2014, p.51), e pode ser entendida como uma das

características do sofrimento do trabalho moderno. A autora observa que o discurso de que servidores públicos são “privilegiados” corrobora para esse sentimento.

Raichelis (2018) entende que o Estado Neoliberal impõe uma mercadorização da instituição pública que funciona seguindo regras empresariais, inclusive, no que se refere à gestão do trabalho. O setor público-estatal vem incorporado a ideologia do gerencialismo, que, segundo a autora “esvazia conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadrando processos e dinâmicas às metas de ‘qualidade’ e de produtividade a serem alcançadas” (RAICHELIS, 2018, p. 57).

Diante do contexto, especificamente sobre o Serviço Social, a autora compreende que há uma tensão em relação a relativa autonomia profissional, que vem de estratégias racionalizadoras do aparato técnico-burocrático do Estado, cuja tendência é a crescente rotinização de atividades com a combinação de mecanismos de controle do trabalho e a adoção de uma base técnica e conceitual voltada para a padronização dos processos interventivos, que ocorre com o suporte da informatização dos processos de trabalho institucional.

O que se percebe no seio das Instituições é a intensificação do trabalho que ocorre de forma paulatina. “Elas ganham concretude no ritmo e na velocidade do trabalho, na polivalência e multiatividade, nas cobranças de metas de produtividade, no maior volume de tarefas, no peso da responsabilidade” (RAICHELIS, 2018, p.59). Isto comprova, segundo a autora, que o processo de alienação e estranhamento do trabalho submete a categoria profissional e que as particularidades dessa ocorrência precisam ser ainda desveladas.

Cesar (2006) ao refletir sobre o trabalho de assistentes sociais em empresas captura algo que parece comum ao trabalho de assistentes sociais. A autora observa que

a prática profissional sofre um profundo processo de perda de autonomia e organicidade em relação as reais necessidades dos trabalhadores [...] parece que o público-alvo do Serviço Social não são mais os trabalhadores “necessitados” e sim, as gerências polivalentes (CESAR, 2006, p.142).

Tudo indica que no que se refere às demandas das instituições, o assistente social precisa lidar com as novas requisições dos processos de trabalho, que requerem o aumento do leque de suas competências, sobretudo, no âmbito do trabalho multifuncional.

A reestruturação produtiva, sendo uma resposta do capital à sua crise, traz como principais consequências para a classe trabalhadora o desemprego, o aumento

do trabalho informal e a flexibilização das leis trabalhistas. Há uma necessidade de novos ganhos de produtividade, e a saída no Brasil não foi a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, foi mesmo a demissão de uma massa de trabalhadores (MOTA, 2006).

Cria-se uma “sociabilidade harmoniosa” entre classes, em que o capital instaura uma “reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital” (MOTA, 2006, p. 29). Cultura essa que o Serviço Social é chamado não só a imbuir nos usuários através dos serviços sociais, mas, também, está nela imbuído porque não é um ator externo à classe trabalhadora.

É por isso que, para além das tendências sobre o trabalho do assistente social tão bem apontados por Cesar (2006), o assistente social terá que lidar com um novo *ethos* do trabalhador em tempos de pós-flexibilização produtiva, em que sua subjetividade está totalmente atrelada ao trabalho numa ótica de parceria e engajamento (TAUILE, 2001).

Portanto, se o caráter contraditório da profissão não pode ser pensado sem o entendimento da importância da autonomia relativa do assistente social, que irá determinar o direcionamento ético-político do trabalho desse profissional (IAMAMOTO, 2011); essa autonomia relativa hoje, a nosso ver, é tensionada pela incorporação dos valores do capital pelo assistente social, porque no atual estágio do modo de produção capitalista a gestão da força de trabalho perpassa uma adesão subjetiva de novo tipo do trabalhador ao trabalho.

2 NEOLIBERALISMO, GERENCIALISMO E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

2.1 As políticas sociais do contexto neoliberal

O pano de fundo da análise do trabalho do assistente social na SAPED perpassa considerar o perfil das políticas sociais do contexto atual do capitalismo, porque, em última instância, é o que influencia na delimitação do público alvo das instituições onde estes profissionais se inserem, e, conseqüentemente, dos que serão alvo do seu trabalho.

Para a compreensão da política social, hoje, é necessário historicizá-la e compreendendo-a como fruto da correlação de forças entre as classes e dessa relação na sua dinâmica com o Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.44)

Para as autoras, o modelo fordista keynesiano deu sinais de esgotamento no início da década de 1970 e, a partir de então, uma contraofensiva do capital se inaugura. Uma das principais características dessa mudança foi a implementação do modelo neoliberal de Estado. O mercado, então, ganha protagonismo no que tange à regulação da vida social, com a diminuição da intervenção estatal na garantia de direitos sociais e políticos. Em contraposição, o Estado assume a liderança na defesa das garantias de marcos legais para a expansão do mercado e da valorização do capital.

Neste sentido, ainda que promulgação da Constituição Federal, de 1988, no Brasil, conhecida como “Constituição Cidadã”, possa ser considerada um avanço, não houve correlação de forças para sustentar um sistema garantidor de direitos universais. O neoliberalismo impôs ao Brasil assumir uma agenda de reformas que redirecionou os gastos do fundo público da política social para a política econômica.

Diante do cenário social, político e econômico do início dos anos 80, impõe-se o discurso da necessidade de ajustes e planos de estabilização em toda região latino-americana. Na verdade, tratou-se de um ajuste global, reordenando as relações entre centro e periferia do mundo do capital. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.140)

O modelo neoliberal chegou com força no país nos anos 1990 e os ataques neoliberais seguiram nefastos à lógica dos direitos sociais. Para Almeida e Alencar (2011) o pacto social democrático expresso na Constituição de 1988 nasceu com uma contradição. A experiência de luta por direitos e políticas sociais universalistas trazia

obstáculos aos objetivos neoliberais, de redução dos gastos sociais em nome do crescimento econômico. O projeto neoliberal se baseava numa “cultura política de crise” exigindo a diminuição do Estado para a classe trabalhadora.

Essa redefinição do papel do Estado teve início, principalmente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) de 1995 até 2002, com a revisão constitucional para a realização dos ajustes e contrarreformas neoliberais através do então chamado Plano Diretor da Reforma do Estado.

Tratou-se como se pôde observar de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 80”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.148).

A partir de 2003 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a política social se organizou em moldes neoliberais, mas com um viés mais “social”. A política social foi reduzida a ações no combate à pobreza com foco “nos mais pobres”. A partir de então, ganharam contornos cada mais seletivos e focalizados no contexto do neoliberalismo.

Castelo (2012), ao analisar a política social brasileira recente, afirma que, em meados da década de 1990, o projeto neoliberal enfrentou uma crise conjuntural com rebatimentos nas expressões da “questão social” em todo o mundo. Do ponto de vista da classe dominante houve uma necessidade de revisão dos pilares desse projeto como resposta às tensões vindas do acirramento da questão social. Esse processo impactou diretamente a política social.

Segundo o autor, essa revisão trouxe à tona o chamado “social-liberalismo”, que consiste em aglutinar uma agenda social ao projeto neoliberal. A natureza da questão social, para esse pensamento, se reduz ao pauperismo absoluto, que deve ser enfrentado através de políticas sociais assistencialistas (preferencialmente de transferência de renda), do empoderamento dos indivíduos e na distribuição equitativa do “fator” educação.

Para o autor, não há um consenso em relação ao momento em que se iniciou no Brasil a vigência do “social-liberalismo”, alguns autores apontam que foi ainda com Fernando Henrique Cardoso, outros com Luiz Inácio Lula da Silva. Mas o autor enfoca na força com a qual os governos petistas aderiram ao projeto neoliberal. Esse modelo social-liberal traz uma ideologia baseada em três ideias principais: 1) O crescimento econômico em si não reduziria desigualdades e, por isso, era necessário a

implementação de políticas sociais, 2) Os gastos sociais deveriam ser “mais eficientes”, sobretudo com a focalização nos grupos mais “vulneráveis”, 3) a necessidade de investimento em capital humano, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e aumento do microcrédito.

Para Castello (2012) não se pode perder de vista que a política social no neoliberalismo é fruto da junção entre uma agenda neoliberal e social. Na tentativa do projeto liberal incorporar uma agenda social a política social passa a ser fruto de um sincretismo entre ações públicas do Estado e as ações da sociedade civil e “terceiro setor”. Surge então uma tônica de política social que reconhece as falhas do mercado e combate apenas as expressões mais “explosivas” da questão social, o já citado “social liberalismo” brasileiro.

As políticas sociais passam a ser parte de uma agenda tecnicista combinando “equidade” e “eficiência”. As políticas sociais universais são consideradas ineficientes, de alto custo e atrapalham o crescimento econômico. O foco dessa política social não é reduzir ou acabar com a desigualdade, mas sim distribuir melhor renda. Há uma ideia importante trazida pelo autor e que dialoga com o objeto da dissertação: a preocupação de economistas aliados a essa ideia está na importância das instituições educacionais. Essas instituições seriam espaços para desenvolver o chamado “capital humano”. Ou seja, é fundamental capacitar indivíduos no nível formal de educação para fazer com que eles possam competir no mercado de trabalho.

Iasi (2018) quando analisa os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) afirma que a classe trabalhadora sofreu uma inflexão na sua constituição, contrariando o que se previa, que era o seu fortalecimento e organização em torno de uma consciência de classe num ambiente democrático. O autor chama atenção que, para ser eleito, o referido partido informou à população um programa “anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário” (IASI, 2018, p.144), mas entregou uma política de conciliação e pacto de classes. Essa conciliação gera uma hegemonia baseada em momentos de coerção e consenso, entendendo que o Estado é expressão dos interesses das classes dominantes, que forjam a ideia de que esses interesses são gerais.

Iasi (2018) defende a tese de que, no atual estágio da consolidação da sociedade burguesa, a ideia de luta por direitos perde espaço para o consentimento de que as garantias sociais podem ser mediadas pelo mercado. E sinaliza que, no atual estágio do capitalismo imperialista, com o novo papel do Estado frente às

necessidades do capital financeiro, a apropriação da riqueza socialmente produzida é redinamizada de uma forma particular.

Esse processo é mediado pela difusão de uma ideologia: da concepção de ineficácia do serviço público e da eficácia do serviço privado e de que o acesso aos serviços, bens e direitos pode ser feita pelo mercado a partir da ideia da meritocracia. E cabe ao Estado atender apenas os “incapazes”, de forma “compensatória, fragmentada, focalizada e refilantropizada” (IASI, 2018, p.149) da miséria absoluta.

Behring (2008, p.157) afirma que nunca houve no Brasil um tom de bem-estar social e de política universal, mas que, no contexto neoconservador, regride-se à lógica de um Estado de tipo penal que responsabiliza e criminaliza o pobre. A lógica da política social foca naqueles que estão em “desvantagens de capacidade”, em especial, aos que não têm condições de ingresso no mercado formal de trabalho.

Sendo assim, a política social do Estado capitalista brasileiro contemporâneo é baseada no redirecionamento do fundo público com maior sobrepujança para as condições de produção e reprodução do capital, em detrimento do investimento nas necessidades dos trabalhadores, ainda que se entenda que o fundo público seja reflexo de uma arena de disputas, e que concessões são feitas para ambas as classes, mas, como lembra Behring (2009, p.56), em condições desiguais entre elas.

Diante desse contexto, as políticas sociais seguem sendo profundamente afetadas. A lógica da integralidade entre as políticas sociais prevista pela Constituição Federal vem sendo substituída para ações específicas sobre as expressões mais urgentes da questão social e para um público beneficiário cada vez mais limitado. Ou seja, a lógica da política social é selecionar e limitar o acesso à direitos e serviços sociais apenas para os “mais pobres”. Para Behring (2016) a política social segue ainda mais “residual, ultraliberal e neoconservadora”.

Com a configuração da política social no neoliberalismo, ganham força os discursos provenientes do “terceiro setor” e na ideia de “responsabilidade social” por parte de empresas, fundações e ONG’s, desresponsabilizando ainda mais a função do Estado na promoção de proteção social para todos, conforme aponta Behring (2016).

Segundo Behring e Boschetti (2011) no contexto neoconservador, regride-se a um “Estado penal” que responsabiliza os pobres a partir de uma lógica policial, promovendo medo e violência, sobretudo, nas periferias. As autoras citam como

exemplo o encarceramento da população mais pobre como uma das formas de atuação desse modelo.

A tendência da linha de atuação das políticas sociais, no Brasil, se baseia no trinômio: “privatização, focalização e descentralização” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156). Essa descentralização diz respeito a transferência para entes da federação ou instituições privadas, a responsabilidade pelas políticas sociais.

Nesse sentido, podemos afirmar que há um giro das políticas sociais ao mercado ao mesmo tempo que se mantém reduzida aos mais pobres. Fica cada vez mais distante o horizonte de uma política social universalista e redistributiva. Como analisam Behring e Boschetti (2011) há uma relação de difícil coexistência entre universalidade e hegemonia neoliberal, pois a necessidade neoliberal de extração de superlucros tenciona a noção universalista e redistributiva de proteção social.

Além disso, Almeida e Alencar (2011, p.75) nos lembram que mesmo as políticas sociais existentes, que se estruturam por meio de sistemas unificados, com previsão de criação de etapas de planejamento, execução e avaliação, que demandam processos de coordenação dos programas, serviços e ações, não exploraram esforços nesse sentido. Fatos que tornam o trabalho com as políticas sociais um grande desafio, sobretudo, para aqueles cujo horizonte profissional se ancora no fortalecimento da noção de cidadania como direito

2.2 O Gerencialismo na Educação: o avanço da lógica neoliberal

O objetivo deste tópico é entender como o discurso neoliberal adentra as instituições públicas, inclusive as escolas, e toma a forma de uma prática de perspectiva “mercadocêntrica”. Em outras palavras, as instituições públicas começam a ser administradas com uma lógica própria de empresas privadas, o que traz consequências diretas para a forma de gerir a força de trabalho dessas instituições.

Newman e Clarke (2012) dão o nome de gerencialismo aos processos de transformação cultural e política que ocorreram na Grã-Bretanha na década de 1980 e 1990 sob o comando de Margaret Thatcher (1979-1992) e John Major (1992-1997). O gerencialismo – ou o mais convencionalmente denominado Nova Gestão Pública (NGP) – revelou-se um elemento-chave das pautas de reformas do Estado e foi promulgada por órgãos transnacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras agências de desenvolvimento.

Segundo os autores, o neoliberalismo trouxe, dentre tantas questões, uma nova ênfase sobre “abordagens mercadocêntricas”, um processo complexo de reestruturação e desregulação da força de trabalho; e um privilegiamento da figura do cliente ou consumidor de serviços públicos. Estas mudanças eram sustentadas “por uma crença ideológica no poder da gestão” que produzia “mudanças transformadoras como a dispersão do poder do Estado para um quadro de agentes gerenciais *empoderados*” (NEWMAN; CLARKE, 2012, p.358, grifo do autor).

O gerencialismo traduzia um *ethos* de negócios do setor privado para o Estado e o setor público, sendo fundamental como ideologia para promover o processo de reformas das décadas de 1980 e 1990 no Reino Unido. Segundo os autores, mesmo onde os serviços públicos não foram totalmente privatizados, era exigido que tivessem um desempenho tal qual num mercado competitivo. Este *ethos* era personificado na forma do gerente; num contraponto a figura do político, do profissional ou do administrador. Isto deu margem a novas lógicas de tomada de decisão que privilegiavam a economia e a eficiência em detrimento de outros valores baseados no bem comum.

Para Newman e Clarke (2012), a figura do gerente, nesta perspectiva, representa o herói do mundo da ação de mercado; o empreendedorismo e o dinamismo próprios dessa natureza. Além disso, o gerente é aquele que oferece todo um conhecimento das práticas em negócios que, se entende, as organizações do setor público precisam aprender.

Dessa forma, estabelece-se um clima de rivalidade entre o imaginário de um burocrata e de um gestor, em que o primeiro representava o paternalismo, o dogmático, interferente; e os segundos, os gestores, eram centrados no consumidor, de perfil realista, capazes de assumir a instituição com uma visão estratégica, com bom desempenho e eficiente.

O sustentáculo do gerencialismo é que as organizações – e os gestores – devem se liberar dos controles governamentais para buscar estratégias flexíveis e adaptativas, permitindo competir e responder às condições sempre cambiantes da vida moderna. Ou seja, é necessário liberdade para gerenciar, o que para o autor, significa que o gerencialismo é a base para a dispersão de poder do Estado. Esta dispersão é fundamental para o aparecimento de uma nova forma de Estado: o Estado Gerencial.

Segundo os autores há uma dupla variação em relação ao gerencialismo: o chamado neotaylorismo, que está acompanhado de sistemas rígidos de controle, metas em cascata e rígido monitoramento de desempenho; e o novo gerencialismo, mais centrado nas pessoas e orientado para qualidade e excelência, em que a promoção de uma mudança de cultura procura dar liberdade à força de trabalho para inovar e aperfeiçoar os serviços e para introduzir organizações mais centradas no cliente. Em geral, na prática, as instituições costumam associar as duas características.

É interessante quando os autores tratam especificamente do gerencialismo na escola, que foi introduzido na Grã-Bretanha¹⁸ pelo *Education Reform Act* de 1988, e significou que os orçamentos seriam manejados pelas escolas, ao invés de serem mantidos por autoridades locais de educação buscando políticas para toda uma área municipal.

Dois dispositivos “empoderaram” gestores de escolas locais (diretores): a introdução de uma maior diversidade de tipos de escola, permitindo especialização local e gerando maior liberdade para algumas escolas. O segundo foi o princípio da escolha dos pais, que colocou as escolas em competição direta umas com as outras para atraírem os pais de alunos em potencial.

Newman e Clarke (2012) chamam atenção para o fato de que neste modelo de gerenciamento de escola, a ideia principal é que a liberdade de gerenciar cria um imperativo de privilegiar o desempenho e o sucesso de uma escola individualmente, passando por cima de valores éticos centrados na coletividade. O Estado não perde completamente o seu papel, mas se limita a estabelecer regras gerais, que podem ser subvertidas em nome do “sucesso do negócio” pelas gerencias locais.

Os autores informam que o foco sobre o entendimento da escola como um “quase-negócio” (NEWMAN; CLARKE, 2012, p.366) traz profundas consequências para a sustentabilidade da noção de educação como um bem público mais amplo. Além disso, aumentam a exploração da força de trabalho levando a uma maior carga de trabalho ao corpo docente, oferecendo-lhes menor satisfação no emprego.

Segundo os autores, o gerencialismo nas escolas resultou na penetração de valores e da racionalidade capitalista no sistema de educação e um conseqüente

¹⁸ É importante lembrar que não se quer aqui transferir automaticamente o gerencialismo nas escolas da grã Bretanha para o Brasil, mas a relevância é mostrar a proporção que tal gerencialismo pode ter nas estruturas institucionais.

distanciamento da ideia de escolarização como um meio de reparar padrões estruturais de injustiça social. Produziu um clima em que as crianças eram encaradas como mercadoria que era valorizada de forma diferenciada.

Especificamente ao que se refere ao contexto brasileiro, é preciso refletir que o final do século XX, foi marcado por grandes mudanças na forma como o Estado se reorganiza na tentativa de superar as crises intrínsecas a esse modo de produção. O neoliberalismo foi a resposta do capitalismo para esse momento e o gerencialismo pode ser entendido como uma das formas de operacionalizar essa concepção política (social, econômica e cultural) no seio das instituições públicas (HYPÓLITO, 2008).

O gerencialismo no Brasil tem suas raízes, portanto, na concepção política do neoliberalismo e na ideia de Estado mínimo. Ele ganhou força na década de 1990, com o debate da reforma gerencial do Estado e o desenvolvimento da administração pública gerencial, em que a ênfase está na descentralização das responsabilidades do Estado e na busca de mecanismos de eficiência e eficácia, mas sem perder de vista algum nível de controle por parte do Estado (SILVA; SILVA ; SANTOS, 2016).

A Reforma Gerencial do Estado, que começou na década de 1990, tendo como responsável o então ministro Bresser Pereira nos governos de Fernando Henrique Cardoso, era uma resposta ao modelo vigente de “administração burocrática” e tinha como objetivo aumentar a eficiência e a efetividade dos órgãos e agências do Estado, diminuir os custos (inclusive com “enxugamento” de pessoal¹⁹), criar novos serviços sociais e científicos, melhorar a qualidade das decisões estratégicas do governo e sua burocracia e assegurar o caráter democrático da administração pública. Essas medidas receberam o apoio tanto da alta administração do governo, quanto da população. O próprio Bresser Pereira admite que o fator cultural, ou seja, o fato da medida ter arrebatado “os corações e mentes” (PEREIRA, 2009, p. 3) da população em geral, foi essencial para o seu sucesso.

O ponto de apoio da reforma gerencial é a busca da eficiência, pela redução e controle dos gastos públicos, pela demanda de melhor qualidade de serviços públicos, pela descentralização administrativa, concedendo maior autonomia às agências e departamentos. Há preocupação, portanto, com o produto em detrimento dos processos (CABRAL NETO; CASTRO, 2011, p. 748).

¹⁹ Destaca-se aqui as emendas constitucionais nº 19 e 20 de 1998, em que o governo estabelece o limite para gastos com o funcionalismo, flexibiliza o regime jurídico de vinculação dos servidores e introduz a eficiência como um dos princípios do direito administrativo em qualquer esfera do poder público (FONTOURA, 2019).

Ou seja, o gerencialismo entende que o foco dos problemas do Estado é a maneira como ele administra as políticas sociais. Por outro lado, a crítica ao Estado gerencialista gira em torno do fato de que equivar eficiência pública à forma de gestão, sem suporte financeiro e universalização das políticas públicas, não se traduz como um mecanismo de democratização da coisa pública, ao contrário, é um instrumento de exclusão (SILVA; SILVA; SANTOS, 2016).

O gerencialismo entrou nas políticas sociais de maneira geral, e, em particular, no campo educacional brasileiro balizado por legislações, especificamente, quando tratam de gestões descentralizadas, cuja promessa é dar mais agilidade e aprofundar a participação da sociedade, mas, o que de fato ocorre é que através da descentralização ocorre a responsabilização das escolas pelos melhores resultados (CABRAL NETO; CASTRO, 2011).

Segundo Cabral Neto e Castro (2011, p.753), embora a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394) (BRASIL, 1996) se refiram à gestão democrática (a primeira no artigo 206, sobre as diretrizes da política de educação sessão; a segunda no artigo 3º como um de seus princípios) os programas e projetos desenvolvidos pelos últimos governos transmutaram essa perspectiva para o horizonte da gestão gerencialista.

Cabe ressaltar que, embora tenham iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso, essas medidas gerencialista foram perpetuadas no governo Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive, no âmbito da educação (BRESSER PEREIRA, 2009). As legislações desse período comprovam essa tendência. Em 2009 a Constituição Federal (BRASIL, 1988) sofreu uma alteração no artigo 214, que trata sobre o Plano Nacional de Educação, com o acréscimo de um objetivo que, na prática, a nosso ver, se afinou com a gestão gerencial, pois instituiu um sistema nacional de educação que até hoje não existe e, portanto, se foca em metas e diretrizes que fragmentam a noção de educação como direito, dando mais ênfase às questões quantitativas. Ou seja, novamente a noção de eficiência de uma política pública está dissociada da sua capacidade integrativa e sim em metas quantitativas fragmentadas, a saber:

com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas [...]” (BRASIL, 1988, artigo 214).

Neste sentido, um programa de peso para a instituição da gestão gerencialista na política de educação, segundo (CABRAL NETO; CASTRO, 2011) é o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), decreto nº 6.094, de 2007. O PDE foi um grande projeto do governo Lula, que embora tenha sofrido uma descontinuidade, trouxe consigo programas em vigência até hoje. Também conhecido como Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, havia nele um sentido de ser um regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

Além de trazer vinte e oito diretrizes com um perfil de metas, a lei informa no artigo 3º que haverá a aferição da qualidade da educação básica pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP); no artigo 8º vincula-se o nível de qualidade ao financiamento suplementar aos entes que assumam esse compromisso.

Segundo Voss (2011) o PDE apresenta um conjunto de programas que visam dar sequência às metas do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo-se as formas de execução das ações que vão incidir sobre a qualidade da Educação. Além da definição do PDE como a que possui visão sistêmica, ele fundamenta-se nos princípios de regime de colaboração, transparência, controle social, responsabilização, mobilização e territorialidade. Chama atenção, em especial, o fato de que o estabelecimento do nome “todos pela educação” reafirma a responsabilização de todos os agentes no processo, dando a entender que todos os envolvidos têm a mesma carga de responsabilidade, o que tira o foco da responsabilização do Estado.

Segundo Hypólito (2008), o Estado assume o controle da política de educação implementando medidas de avaliação em larga escala, evidenciando a eficiência, a eficácia e a produtividade, realizando o ranqueando das escolas e diversos outros indicadores a fim de orientar o financiamento das políticas gerenciais de educação.

Neste sentido, Voss (2011) chama atenção para o fato da adoção de políticas restritas à mensuração e classificação dos resultados obtidos no ensino por meio de sistemas de controle como o IDEB e de como isso concentra a noção de que os esforços institucionais e sociais pela qualidade da Educação devem ser guiados por

processos gerenciais de controle e regulação que enfatizam e associam pura e simplesmente a eficiência e eficácia da educação à gestão escolar e educacional.

Especificamente no caso do CEFET-RJ, o decreto nº 5.224 de 2004 que dispõe sobre a organização dos centros federais de educação tecnológica, em seu artigo 18, reconhece que os cursos de graduação serão renovados após avaliação do Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior (SINAES)²⁰ e no artigo 19 que o seu credenciamento e o recredenciamento, assim como a aprovação de seus estatutos e alterações, serão efetivados pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Por ser uma instituição que também engloba o ensino técnico integrado ao ensino médio e cursos técnicos de nível pós-médio, a supervisão e regulação dessas modalidades de curso ocorrem através da SETEC, como acima mencionado. Dessa forma, o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) é o responsável pelo controle desses dados.

Portanto, o que se quer mostrar nas linhas acima é que o CEFET-RJ, ainda que tenha reconhecida autonomia institucional via decreto, está totalmente submetido ao controle de gestão do Ministério da Educação, e, portanto, a lógica gerencial do Estado, que verifica, através de dados alimentados por sistemas tecnológicos da própria instituição, os indicadores de qualidade.

Dessa forma, no âmbito da educação, a descentralização é entendida como um princípio que dimensiona poder para os agentes no interior da escola, desconcentrando as atividades, responsabilizando a comunidade escolar pelas normatizações dos programas. Para Silva, Silva e Santos (2016, p.535)

As reformas oriundas da reestruturação do Estado viabilizaram mecanismos favoráveis à produtividade, à eficiência e à eficácia, justificados pela modernização e pelas novas roupagens que a sociedade incorpora em suas práticas culturais, sociais, políticas e educacionais.

Hoje no CEFET-RJ, entendemos que essa gestão gerencialista se materializa pelo menos a partir de mais dois eixos: pelo estatuto do CEFET-RJ (portaria nº 3.796

²⁰ Cabe ressaltar que o SINAES instituído pela lei nº 10.861 no seu artigo 1º indica que suas finalidades são a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

de 2005) , em que no artigo 3º o CEFET/RJ tem como uma de suas características básicas “a estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos” e no seu artigo 5º, como um de seus princípios norteadores está “a estrutura orgânica que lhe permita manter-se fiel aos princípios fundamentais de planejamento, coordenação, descentralização pela delegação de competência e o indispensável controle”.

E, principalmente, pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) instituído pelo artigo 5º do decreto nº 5.225, de 2004, revogado pelo decreto nº 5.773 de 2006, por sua vez este também revogado, e em vigência pelo decreto nº 9.235 de 2017. O PDI é um instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da instituição para o estabelecimento de objetivos, metas e estratégias para suas ações num horizonte de cinco anos.

O primeiro PDI do CEFET-RJ foi o da gestão de 2005 a 2009 e continha traços do gerencialismo, informando que o documento estava afinado com as legislações vigentes. Um dos pontos abordados era que a filosofia orientadora da ação no CEFET/RJ compreendia que todos os servidores eram responsáveis pela Instituição e com ela estabelecem um movimento simbiótico de educar e serem educados permanentemente. No que se refere aos princípios norteadores do seu projeto político-pedagógico, se encontram, dentre outros fatores, a defesa da educação pública e de qualidade; autonomia institucional; gestão democrática e descentralização gerencial; probidade administrativa; valorização do trabalho e responsabilidade funcional. Chama atenção que em relação as suas seis diretrizes, três circundavam direta ou indiretamente os trabalhadores: o compromisso com o desenvolvimento de pessoal, a melhoria de infraestrutura para realização das atividades institucionais, democratização do planejamento e gestão institucional. Mas não se mencionou no documento a necessidade de contratação de novos servidores.

O último²¹ PDI vigente do ano de 2015 a 2019, ainda que não apresente grandes divergências em termos de valores do primeiro PDI apresentado, traz algumas mudanças. A primeira que ele é um documento mais detalhado, ainda que um pouco vago, porque não informa como esse plano institucional será desenvolvido. Portanto, já aqui percebe-se que a democratização do planejamento não significa democratização da construção das ações. Seguindo na pontuação das mudanças,

²¹ O PDI 2020-2024 ainda está em fase de construção, sem previsão para conclusão por conta da Pandemia de Covid-19.

neste PDI também está materializada a interiorização do CEFET-RJ com os multicampi, além de uma nova visão institucional que é transformar-se em Universidade. Em relação aos seus valores estão:

Integração; Responsabilidade; Comprometimento (ambiental, social, sustentável, com desenvolvimento do país); Busca pela excelência; Autonomia; Ética e transparência; Respeito (humano e à diversidade); Compartilhamento de ações e decisões; Meritocracia (PDI,2015-2019, p.19).

Em relação aos seus treze objetivos específicos, no que se refere ao “Aperfeiçoamento Institucional & Planejamento e Gestão”, cinco deles são voltados especificamente a questões que interferem no processo de trabalho coletivo, sua centralidade está no trabalhador e na responsabilidade que este tem de zelar pela qualidade da Instituição. São elas.

Consolidar as ações de capacitação dos docentes e dos servidores técnico-administrativos através da implementação de um programa de desenvolvimento, avaliação, desempenho e alocação, que respeite as habilidades de caráter pessoal e profissional, com reflexos na melhoria dos serviços essenciais às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Criar programas de valorização, reconhecimento e motivação das pessoas – servidores públicos – a fim de se perceberem como sujeitos da missão da universidade. Priorizar a contratação e fixação de doutores na instituição. Implementar oficinas de línguas estrangeiras e portuguesa para estudantes e servidores. Fortalecer a comunicação como estratégia institucional. Dar continuidade à atuação, junto aos órgãos competentes, com vistas a buscar o aumento do número de vagas de pessoal técnico-administrativo e docente, assim como do aumento/redimensionamento dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas (CD e FG), no intuito de adotar o modelo proposto para a transformação do Cefet/RJ em universidade (PDI, 2015-2019, p.21).

Portanto, o que se percebe no CEFET-RJ é que o gerencialismo dá o tom da maneira como esta instituição é gerida, seguindo uma tendência da política de educação em geral, e chama a atenção que a “eficiência e a qualidade” da instituição esteja associada ao esforço e do compromisso de cada servidor, dependendo do comprometimento das pessoas aos valores institucionais.

É importante ressaltar que a instituição possui uma forma de aferir a “eficiência e qualidade” dos servidores, que ocorre a partir da avaliação de desempenho. O CEFET –RJ tem como balizas o artigo 41 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que determina que os servidores públicos passarão por avaliação de desempenho, cuja nova redação se deu em 1998; e a lei nº 11.091/05 (BRASIL, 1995) que dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino. Esta lei aponta que o desenvolvimento do servidor na carreira deve ocorrer de duas maneiras: pela progressão por

capacitação profissional, que depende que o servidor comprove que realizou cursos de capacitação, e pela progressão por mérito profissional. Esta última vincula a mudança do padrão de vencimento a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício profissional, a um determinado resultado em programa de avaliação de desempenho.

A operacionalização dessas diretrizes ocorre no CEFET-RJ, atualmente, pela resolução 58/2018. O documento indica no artigo 12 que o desempenho de cada servidor será avaliado pelo chefe ou gestor, pelo próprio servidor (autoavaliação) e pelos pares. Dentre os fatores a serem avaliados, quatro são pré-determinados no artigo 14, são eles: comprometimento e orientação para resultados; conhecimento técnico ou do trabalho; desenvolvimento pessoal e qualificação profissional; qualidade do trabalho e produtividade.

Aqui se percebe que a lógica da instituição em relação ao desempenho de sua força de trabalho é voltada aos resultados e a produtividade, e que, portanto, a qualidade do serviço está intimamente ligada à ideia de quantidade.

2.3 A atual Política de Educação Profissional no Brasil e o trabalho de assistentes sociais no CEFET-RJ

Se no primeiro capítulo se entende a base de sustentação da profissão e o seu intrínseco vínculo com o capitalismo monopolista; e, anteriormente, o perfil das políticas sociais e, particularmente, da política de educação que enseja o trabalho de assistentes sociais, agora é o momento de entender o contexto específico da política social de educação que admite a contratação de assistentes sociais e que conforma o trabalho dessa categoria profissional.

Para Lukács (2013) a Educação é um dos complexos da vida social que forma o ser social. Num sentido amplo, a Educação capacita os homens para reagir adequadamente às ocorrências da vida, sendo um processo contínuo e ininterrupto. Entendendo a vida dentro de um contexto social, político e econômico, cada sociedade exige uma determinada quantidade de conhecimentos, habilidades, uma forma de pensar e agir, e a Educação supre essas necessidades. Assim sendo, a Educação conforma os seres humanos para viver numa sociedade específica, fazendo com que a mesma se reproduza. A Educação, portanto, participa da dinâmica da reprodução de relações sociais.

Neste sentido, Almeida (2013) aponta que, numa sociedade capitalista, que se apoia na contradição entre capital e trabalho, a função social da Educação também expressa essa contradição fundamental. Portanto, a Educação será atravessada pelas contradições, lutas e disputas próprias dessa sociedade, mas sem perder de vista o quanto a Educação está subsumida ao capital ou pelo menos o quanto o capital tentará subsumi-la (TONET, 2012). Assim sendo:

As bases de aceitação e manutenção deste modo de organização da vida social só são possíveis a partir da reprodução de mediações alienantes, nas quais as instituições formais de Educação cumprem uma função decisiva, mas que de forma alguma lhe é exclusiva ou se efetiva isoladamente das demais dimensões da vida social (ALMEIDA, 2013, p. 18).

Entendendo que a Educação corrobora para a reprodução deste modo de produção, é possível vincular a Educação e o trabalho – que sustenta o capitalismo. Neste sentido, a Educação formal educa para o mercado de trabalho, sendo isto um pressuposto da Educação (TONET, 2012).

Assim postas as coisas, é compreensível que a preparação para o trabalho seja vista como a função essencial da Educação. Pois, a exclusão do campo do trabalho tem, nesta forma de sociabilidade, uma função bastante parecida com o ostracismo para os gregos ou a excomunhão, para os cristãos [...]educar, portanto, seria uma atividade voltada, sob as mais variadas formas, para a preparação dos indivíduos para vida a social, entendendo por vida social a vida nos marcos, ainda que sempre em processo, desta forma de sociabilidade (TONET, 2012, p.17-18).

Lessa (2013) lembra que vivemos hoje numa sociedade que se pensa “futurista”, devido ao fato de que a ciência e a tecnologia, além de estarem superdesenvolvidas, estão mais próximas das pessoas através do consumo²². Por conseguinte, a visibilidade do papel da Educação é maximizada, pois se atribui a ela essas novas possibilidades da ciência.

Portanto, reforçada por organismos de financiamento mundial, como o Banco Mundial, a Educação passa a ser vista como um “bem econômico”, o principal recurso da economia globalizada. A Educação é um “novo capital”, que deve ser alcançado pelo empenho individual de cada pessoa.

Com esse ideário, se oculta o fato de que a Educação é uma relação social, atravessada por uma condição de desigualdade de classes entre os educandos. Então, quanto pior as condições de vida e trabalho, pior as condições em que se

²² O fato de estar mais próximo das pessoas não significa dizer que a tecnologia é democrática e que chegou à todas as pessoas.

realiza a aprendizagem, e pior a capacidade de mobilidade social via Educação. É o ciclo completo da pobreza.

Numa sociedade como a brasileira o aspecto dual é característica do sistema educacional no país: há um tipo de Educação para a classe trabalhadora e outro tipo para as elites. Há uma distinção social no que se refere a política de Educação. Ciavata e Ramos (2011) defendem esta ideia, sobretudo quando se debruçam sobre o ensino médio e profissional e informam que, primeiramente, aos escravos e depois aos trabalhadores livres eram destinados a aprendizagem para os ofícios manuais e para os filhos da elite eram destinadas as funções de mando e ensino superior.

Isso vai ao encontro do que Mészáros (2008) informa ser uma das principais funções da educação formal, que é a produção de “consensos”, a partir da “internalização” da legitimidade adquirida pelos indivíduos na hierarquia social.

Neste sentido percebe-se que os lugares na divisão social e técnica do trabalho não têm a ver com o mérito da qualificação pela Educação, pois a própria condição de classe já definia o que a cada pessoa estava destinado a aprender e, portanto, os papéis a serem desempenhados no mercado de trabalho. E a trajetória da Educação como direito constitucional e as leis de diretrizes e bases que as materializaram apontam para isso.

A Educação aparece como direito pela primeira vez na Constituição de 1934, que por sua vez somente se materializa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961 (lei nº 4.024/1961), ou seja, com um atraso de quase trinta anos. Nessa lei a palavra trabalho sequer é mencionada. A política de Educação tinha o intuito de formar uma elite que ocuparia os altos cargos no mundo do trabalho. A massa da população entrava no mercado com um conhecimento mínimo e aprendia o ofício no próprio espaço de trabalho.

Antes mesmo da promulgação da LDB, o então presidente Getúlio Vargas, com vistas à industrialização que ocorria no país, estabeleceu o Decreto Lei nº 4.048, em 22 de janeiro de 1942. Assim criava-se o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), com o objetivo de criar em todo o país escolas de aprendizagem para industriários. O SENAI seria dirigido pela Confederação Nacional da Indústria.

As próprias indústrias enquadradas na Confederação Nacional da Indústria eram obrigadas ao pagamento de uma contribuição mensal para montagem e custeio das escolas de aprendizagem, que deveriam ministrar cursos para o ensino de continuação e do aperfeiçoamento e especialização para trabalhadores industriários

não sujeitos à aprendizagem. Ou seja, as escolas de aprendizagem tinham um objetivo único de ensinar exclusivamente o ofício, de modo que não formavam para o mundo do trabalho de forma genérica.

O que deu origem aos CEFET's foram as escolas técnicas federais de Minas Gerais, com sede na cidade de Belo Horizonte; do Paraná, com sede em Curitiba; e Celso Suckow da Fonseca, com sede no Rio de Janeiro. Criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, tinham os seguintes objetivos:

- 1) Proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos;
- 2) Preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio (BRASIL, 1959).

As escolas de ensino industrial federais tinham um foco do ensino estrito no vínculo com o trabalho e poderiam manter três tipos de curso cujos graus de exigência técnica e acadêmica se elevam de forma crescente: cursos de aprendizagem, curso básico e cursos técnicos, respectivamente.

Ciavata e Ramos (2011) observam que desde os anos 1940 com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), se determinou a não equivalência entre os cursos propedêuticos e os técnicos, sendo este fato uma marca da distinção social intermediada pela Educação. Na fase de industrialização do país, onde vigorou o projeto nacional-desenvolvimentista e do pleno emprego a função profissionalizante do ensino médio se avultou em relação a sua função propedêutica. A equivalência entre os cursos só se deu plenamente com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961).

Conforme informa Lessa (2013) a industrialização brasileira se deu sem que a massa dos trabalhadores tivesse tido acesso a uma formação específica. Isso faz com que se pense que nem como “bem econômico” a Educação era considerada em momentos anteriores no país.

Sob a égide da ditadura civil-militar instaurada pelo golpe de 1964, uma nova Constituição Federal é promulgada no ano de 1967. Esta trata da Educação como um direito de todos, é obrigatória dos 7 aos 14 anos, em que instituições primárias oficiais a proverão. O ensino posterior ao primário, o então 2º grau, só será gratuito para aquelas famílias que, comprovadamente não disporem de recursos e para estudantes que comprovarem efetivo aproveitamento. É somente na Lei de Diretrizes e Bases da

educação Nacional de 1971 (Lei nº 5.693/71) que o trabalho é citado como uma das finalidades da Educação. A letra da lei expressa:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.
(BRASIL, 1971).

No entanto, ainda que tivesse o intuito de vincular Educação e o mundo do trabalho, para além das limitações de um período histórico mediado por um golpe e uma ditadura militar (que se observa claramente no uso da expressão “exercício *consciente* da cidadania”, grifo nosso), a massa da população estava excluída de fato do processo de formação para o trabalho que o 2º grau poderia dar. Afinal, o acesso gratuito a ele não era para todos, mas somente para estudantes que cumprissem as condicionalidades acima descritas ou para aqueles que pudessem pagar.

Na década de 1970, as escolas técnicas federais foram reformuladas e passaram a se chamar de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), com a criação dos CEFET's de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro a partir da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. As escolas que até então ofereciam apenas cursos de nível médio-técnico, passariam a ofertar também cursos de nível superior de curta duração, sempre atrelados às necessidades regionais e nacionais. No interior dos CEFET's atuavam duas escolas: cursos integrados ao ensino médio, que formavam técnicos em eletrônica, eletrotécnica, mecânica e construção civil; e uma faculdade de engenharia que oferecia cursos de engenharia mecânica e elétrica e cursos de pós-graduação. Portanto, Campelo (2007) ressalta que a marca da cefetização das escolas técnicas federais dos anos 70 foi o aumento das suas atribuições, que passam também a ofertar cursos de nível superior (CAMPELO, 2007, p. 4).

Dessa forma, quando se vincula a LDB vigente à época e a legislação dos CEFET's, ainda que se possa entender a criação dessas escolas como um ganho para a população brasileira, elas não atendiam a massa da população, mas uma parcela muito restrita: a uma “elite” da classe trabalhadora. Conseqüentemente, atendiam aos interesses do capital, porque formavam uma mão de obra que seria utilizada nas indústrias.

A segunda Lei de Diretrizes e Bases da história do país é a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), promulgada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Precedida pela Constituição Federal de 1988, em que, pela

primeira vez a Educação aparece como “direito de todos e dever do Estado e da família”. Percebe-se nela uma maior progressividade em relação as leis que a sucederam. No artigo primeiro, a Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Logo no primeiro artigo a Educação escolar é vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. Os princípios que norteiam a lei são o de liberdade e os ideais de solidariedade humana, e têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No artigo quarto, fica estabelecido que o dever do Estado com Educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17²³ (dezesete) anos de idade.

Segundo Ciavatta e Ramos (2011) o Decreto nº 2.208/97 que desvincula a Educação profissional do ensino médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais se basearam nas competências vinculadas estritamente “a comportamentos esperados em situações de trabalho”. As autoras reiteram que segundo esse decreto a Educação profissional é vista como destinada à classe trabalhadora e alternativa ao ensino superior. Elas destacam ainda que a ideologia da empregabilidade colocou sob responsabilidade dos trabalhadores sua colocação no mercado de trabalho, atribuindo à qualificação profissional um meio para se conseguir acesso a setores ocupacionais. Soma-se a isso a ideia da “pedagogia das competências” que tem como objetivo a adaptação psicofísica do trabalhador às condições do mercado flexibilizado e precarizado de trabalho.

Nos anos 1990 fez parte da reforma da Educação, a cefetização do ensino técnico no Brasil (CAMPELO, 2007) que consistiu na transformação em CEFET de todas as escolas técnicas federais e dez escolas agrotécnicas federais entre os anos de 1997 a 2002. Com a lei nº8948/94, regulamentada pelo decreto nº 2.406/97 a natureza dos CEFET foi alterada (BRASIL, 1994;1997), passando a ser “instituições especializadas em educação profissional”. Essa alteração tinha o objetivo de permitir que essas escolas ofertassem o ensino superior alternativo, seguindo recomendações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para América Latina e Caribe nos

²³ Se comparada a LDB anterior, a de 1996 estipula seis anos a mais de ensino obrigatório à população.

anos 1990, ampliando a oferta de cursos inferiores aos das universidades. Portanto, o que se tem é uma expansão quantitativa das vagas desse nível de ensino.

Isso significou, de um lado, a expansão do acesso à escola de um contingente que dela estava excluído; por outro, eram oferecidos cursos curtos e práticos para que egressos do ensino médio fossem inseridos no mercado de trabalho. Sendo assim, a Educação profissional nos anos 1990 era direcionada para “os pobres, os desvalidos da sorte” (CAMPELO, 2007, p.9).

Para Frigotto (2005), é preciso entender que como último período da formação básica, o ensino médio técnico é uma opção para milhares de jovens que precisam garantir a sua subsistência. Mas é preciso entender que para além da preparação para o mercado, é imprescindível que ao mesmo tempo, a Educação seja uma “mediação fecunda para a construção de um projeto de desenvolvimento com justiça social e efetiva igualdade” (FRIGOTTO, 2005, p. 73), e esse é um desafio para o ensino médio integrado.

O que, crucialmente, observam Ciavatta e Ramos (2011) é que em nenhuma perspectiva anterior os sujeitos eram o centro da atenção da Educação dos projetos do ensino médio ou Educação profissional. “Sua função formativa da Educação esteve sempre, historicamente, subsumida ao caráter economicista da Educação, que se tornou hegemônico na modernidade” (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 31).

Ou seja, ainda que o país tivesse uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação mais progressista frente as anteriores, no campo de batalhas de interesses sociais e frente a um contexto neoliberal dos anos 1990, a Educação brasileira permaneceu vinculada as necessidades do capital em detrimento das necessidades reais da população para sua emancipação.

O que há de mais atual, no âmbito da Educação, é o espraiamento dos Institutos Federais (IF's) no ensino técnico a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Prada (2015) observa que, em 12 anos de governos do Partido dos Trabalhadores foram criados mais de 412 institutos federais. Até 2003 a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica contava com 142 instituições no Brasil. No final de 2005, criou-se o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional a partir da lei de número 11.195 (BRASIL, 2005), revogando a lei número 8.948 (BRASIL, 1994) que proibia a criação de novas unidades de ensino profissional federais. O objetivo era “melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e

Tecnológica no país”²⁴. Especificamente, para o CEFET-RJ isso significou a abertura de sete unidades de ensino descentralizadas: sem contar com a sede no Maracanã.

Essa expansão também foi possível através da lei nº 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil (BRASIL, 2008a). A referida lei especifica que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET's); Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's); escolas técnicas vinculadas às universidades federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); e Colégio Pedro II. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação construiu e colocou em funcionamento mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da Educação profissional, totalizando 644 campi. Assim, nos últimos anos o número destas escolas quadruplicou, e hoje seus campi estão presentes em mais de 10% dos municípios brasileiros.

A expansão dos IF's²⁵ teve a característica da interiorização, regionalização e de levar essas instituições a municípios que não tinham sido contemplados, dessa forma os critérios assumidos foram técnicos e não políticos, algo positivo apontado por Prada (2015). De forma geral, a iniciativa teve como objetivos: consolidar e democratizar a Educação Profissional e Tecnológica para reduzir desigualdades de oportunidades entre os jovens; ofertar uma Educação alinhada com as necessidades locais; e estimular a fixação e a permanência de profissionais qualificados no interior do país.

²⁴ A realização desse objetivo é motivo de questionamentos na dissertação de Prada (2015) que questiona a democratização do acesso mostrando dados de que nas regiões mais pobres e populosas a extensão da rede federal não se deu na mesma proporção que em regiões menos populosas, mas mais desenvolvidas economicamente.

²⁵ Verificou-se no artigo de Faveri, Beterini e Barbosa (2018) que a expansão dos IF's tem um impacto nos municípios que recebem essas instituições. Os autores buscaram estimar os efeitos de curto prazo da implantação dos novos campi dos IFs sobre um conjunto de indicadores socioeconômicos dos municípios beneficiados. Em seu conjunto, os resultados apontam para um cenário em que a implantação dos campi de IF's tende a gerar maior impacto em municípios de menor tamanho (menos de 70 mil habitantes). Dentre alguns resultados foram encontrados impactos sobre o salário médio, a taxa de desocupação e a taxa do emprego de nível superior para municípios com campus implantado há mais tempo. Mas é necessário um tempo maior de implantação para verificar os impactos a médio e longo prazo.

Prada (2015) aponta que o documento “Diretrizes e Concepção” dos Institutos Federais cita o convênio com o Banco Mundial, assinado nos anos 1970, e possui algumas palavras chave:

Desenvolvimento local e regional; ação integrada; incubadora de políticas sociais, observatório de políticas públicas; rede social; autonomia; inclusão social; trabalho; progresso socioeconômico; todo social; cidadania, dignidade; justiça; qualidade social; equidade; dentre outras (PRADA, 2015, p. 74).

A autora considera que esses termos carecem de maiores explicações e problematização, mas numa primeira análise, parecem termos vinculados a uma visão progressista.

Em consonância com o horizonte de expansão da rede federal de ensino o governo instituiu o decreto nº 7.234, de 2010 (BRASIL,2010). Trata-se do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cuja finalidade é ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação superior pública federal. Para esse decreto as ações de assistência estudantil compreendem: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Outro marco importante para a rede federal de ensino é a lei nº 12.711 de 2012 (BRASIL, 2012) que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Essas instituições federais reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. E dentro dessa porcentagem, 50% devem ser reservadas a candidatos autodeclaradas pretos, pardos ou indígenas e 50% aos que, comprovadamente, tiverem renda mensal *per capita* inferior a 1,5 salários mínimo.

Tem-se, portanto, duas ações que, ainda que tenham seus limites, reconhecem as diferenças sociais e raciais da população e tomam uma iniciativa mais democrática no âmbito da Educação de nível federal, que, historicamente, sempre foi mais elitizada, conforme se pôde ver no breve resgate acima exposto. O que se percebe, afinal, é uma expansão da rede federal de ensino, sobretudo do ensino médio-técnico e superior. Uma expansão, em geral, em termos numéricos (de instituições e

matriculados), e também uma expansão em relação ao público alvo. O resultado da interiorização associada a chamada “lei de cotas” é a entrada inédita das camadas mais pobres da classe trabalhadora em instituições federais. É preciso mencionar que essa inserção não é universal, tendo em vista que o ingresso é feito por concurso público, em que são necessárias condições mínimas para aprovação. Entretanto, é uma expansão histórica se comparada a outros momentos da Educação no país.

Outro aspecto importante é o fato da expansão da rede federal de Educação profissional entrecruzar novas Instituições (como os IF’s) que apresentam uma organização própria e aquelas que pré-existent, como os CEFET’s e precisam lidar com as novas demandas trazidas pelo novo movimento da política e, por isso, apresentam as suas particularidades. E o objeto dessa pesquisa vai nesta direção: entender o que é particular nos CEFET’s em relação ao trabalho das equipes pedagógicas.

No que se refere a política de Educação brasileira é preciso pontuar o que Almeida (2013) observa: ela é uma forma de resposta à questão social, sendo uma estratégia do Estado, tensionado tanto pelo capital, para assegurar sua produção e reprodução, quanto pela classe trabalhadora que luta por seus direitos. A política de Educação na sua trajetória explicitou as desigualdades sociais no país, neste sentido, ela já “restringiu, expulsou e hoje busca a inclusão” das camadas populares na Educação escolarizada (ALMEIDA, 2013, p.19).

Segundo Almeida (2013), a Educação, no que se refere às requisições do capital, cumpre a função de fazer parte das suas necessidades metabólicas, mas, hoje, com um viés inclusivo, “num processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais”. Ou seja, da Educação infantil ao ensino superior, através de programas de assistência estudantil, mas também de programas de incentivo ao crédito, e transferência do fundo público para a Educação privada. Dessa forma, a política de Educação hoje não está vinculada ao ideal de fomentar um novo modo de pensar e agir, mas em garantir as formas de consenso social para a reprodução dessa sociedade.

Na última década houve um aumento do número de contratações²⁶ de assistentes sociais nas escolas federais de ensino de forma geral, tendência essa mantida no

²⁶ Prada (2015), contabilizou a existência de 532 assistentes sociais em Institutos Federais em todo o Brasil, até o ano de 2015. Deste contingente, 357 profissionais possuíam apenas dois anos de exercício profissional até julho de 2014. Evidentemente que IF’s e CEFET’s têm estruturas

CEFET-RJ. Entende-se que três fatores foram primordiais para a contratação de assistentes sociais no CEFET-RJ: 1) a expansão da rede federal de ensino (lei nº 11.892/2008) que também fez expandir o próprio CEFET-RJ²⁷, num movimento de abertura de novos campi, sobretudo, no sentido da sua interiorização que teve início nos governos petistas (2003-2016); 2) o decreto nº 7.234 de 2010, que estabeleceu parâmetros para assistência estudantil na rede federal de ensino; 3) a chamada lei de cotas (Lei nº 12.711/2012) que, a partir de 2013, fez ingressar massivamente nesta Instituição frações da classe trabalhadora que estavam à margem desse processo.

O CEFET-RJ conta com treze assistentes sociais, distribuídos pelos seus oito campi. Desses, onze profissionais ingressaram na Instituição a partir do ano de 2010, oito em 2014²⁸. Esse dado mostra que o aumento de contratações é fruto de um contexto específico da política de educação que permitiu a entrada de assistentes sociais na Instituição.

O assistente social é chamado para intervir nas escolas federais a partir de 2010, sobretudo, com os programas de auxílio estudantil. Eles ficam responsáveis por criar editais, pensar critérios de seleção, realizar entrevistas sociais, pareceres, estudos, propor modalidades de bolsas, dentre outras atribuições vinculadas, resumidamente, ao gerenciamento técnico-operativo e teórico-metodológico dos auxílios financeiros disponibilizados aos estudantes²⁹.

Além disso, são alocados em equipes pedagógicas, que traz novos elementos que compõe o processo de trabalho no qual esse profissional está incluído,

diferenciadas, mas esse número serve para mostrar como que, depois de 2010, o número de profissionais aumentou consideravelmente nas instituições federais de ensino.

²⁷ Como lembra Trindade (2019) o Cefet/RJ iniciou seu processo de expansão com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT). Até 2003, o Cefet/RJ era composto por apenas uma Unidade de Ensino – o campus Maracanã. A partir de então, a instituição deu início a implantação de Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs, hoje chamadas de Campi), um processo de expansão promovido pelo governo federal, chegando a oito campi em 2010. Com exceção dos campi Nova Iguaçu e Maria da Graça, todo os demais campi foram inaugurados após 2008. Hoje, a instituição conta com um campus-sede (Maracanã), e sete campi.

²⁸ Cabe destacar que 2014 foi um ano importante para o CEFET-RJ, houve o ingresso de mais de duzentos novos servidores, não somente assistentes sociais, mas pedagogos, nutricionistas, administradores, técnicos em assuntos educacionais, técnicos administrativos, dentre muitas outras categorias profissionais. Para mais informações ver: <http://www.cefet-rj.br/index.php/noticias/738-solenidade-de-posse-de-servidores-tecnicos-administrativos>.

²⁹ Nota-se que boa parte dos eixos da PNAES que poderiam ser transformados em serviços, se transforma em bolsas, o que deixa margem para reflexão, afinal, o valor das bolsas nem sempre é capaz de atender as reais necessidades dos usuários. Neste sentido, cabe ressaltar que o trabalho do assistente social pode estar também vinculado a esse movimento de “bolsificação” dos programas de assistência estudantil.

redinamizando o trabalho do assistente social numa perspectiva de trabalho multifuncional.

Mas, para entender a dinâmica acima, depende de entender como o Estado, o maior contratante de assistentes sociais, está gerindo a sua força de trabalho. É nesse sentido as reflexões do próximo ponto.

3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CEFET-RJ

3.1 O trabalho do assistente social na SAPED como parte do trabalho coletivo do CEFET-RJ

Nesta etapa da dissertação situaremos o trabalho do assistente social, a partir de partes do *roteiro de observação e descrição do processo de trabalho coletivo no qual se inserem assistente sociais*, elaborado pelo professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da UERJ Ney Luiz Teixeira de Almeida. Foram privilegiados os eixos força de trabalho, condições de trabalho e divisão social e técnica do trabalho e cooperação, entendendo que trariam elementos suficientes para tratar do trabalho do assistente social no trabalho coletivo do CEFET-RJ. O eixo trabalho profissional do assistente social, não foi trabalhado a partir desse roteiro, uma vez que se entendeu que os elementos desse trabalho estavam contidos no segundo eixo acima citado. A exclusividade sobre as atividades do assistente social foi explicitada unicamente a partir da apresentação das atividades que lhe eram exclusivas. Para a análise do trabalho do assistente social na SAPED também foram consultados documentos institucionais que orientam o trabalho desse setor.

O nosso ponto de partida é de que o assistente social não tem um processo de trabalho único e exclusivo. O profissional está envolvido num processo de trabalho coletivo (MARX,2017) do CEFET-RJ, especificamente, alocado na Seção de Articulação Pedagógica (SAPED). No primeiro capítulo compreendemos que nessa sociedade, o trabalho é cada vez mais social e coletivo (MARX,2017; LUCÁKS, 2013), a ponto de ser racionalizado através de uma divisão social e técnica do trabalho, portanto, o resultado final de um trabalho advém de trabalhos “combinados e cooperativos” (IAMAMOTO, 2011, p.421).

Em relação ao trabalho da SAPED, não há na instituição nenhum documento, normativa ou regimento que defina e sintetize todas as atribuições do setor de maneira oficial. Inclusive, quando nos debruçamos sobre os trabalhos de Pereira (2015) e Trindade (2019), ambas assistentes sociais do CEFET-RJ, podemos confirmar essa inexistência, porque, ao mencionarem esse setor, não fazem alusão a nenhuma documentação da instituição neste sentido.

Pereira (2015), que também analisa o trabalho do assistente social, mas com o foco no PNAES, deu uma definição própria ao setor, na época chamado Serviço de

Apoio Socioeducacional (SASE) – com uma configuração particular do Campus ao qual pertenciam³⁰- que se considera importante ser mencionado aqui, a saber:

O Serviço de Apoio Socioeducacional visa o atendimento da comunidade acadêmica, atuando em três segmentos distintos e integrados: discentes, docente e familiar, buscando priorizar a assistência ao estudante enquanto eixo fundamental do trabalho, e garantindo, desta forma, o acesso e a continuidade nos estudos (PEREIRA, 2015, p.11).

Mesmo com títulos diferentes, a SAPED tem trabalhado, na experiência cotidiana, na articulação de demandas vindas dos três segmentos acima citados - discentes, docentes e familiares - com as possibilidades de respostas institucionais ou extra institucionais, visando a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição.

A SAPED é um setor inaugurado no CEFET-RJ Itaguaí no final de 2014, com a entrada de novos servidores, admitidos na instituição nesse mesmo período. Consta no Organograma³¹ que o setor deveria ser composto por cinco profissionais: um pedagogo, um assistente social, um psicólogo e dois técnicos administrativos; porém, no período de tempo aqui analisado – dezembro de 2014 até abril de 2019 - a SAPED nunca contou nem com o número completo de profissionais, nem com todos os cargos indicados pelo documento.

É importante ressaltar que a alocação de um único profissional de Serviço Social na SAPED, segue uma tendência apontada por Serra (2001). A autora observou que é característica da realidade das empresas a contratação de um único profissional, no máximo dois, para atuarem naquele espaço. O que, para a autora, implica “a constituição de um profissional com múltiplas funções e habilidades para atender às diversas demandas” (SERRA, 2001, p. 171).

Assim que a SAPED começou suas atividades, em dezembro de 2014, o setor que deveria ser composto por cinco servidores, contava apenas com dois: um pedagogo e uma assistente social. Assim foi até abril de 2017, quando o setor recebeu uma psicóloga, e partir de então deu seguimento aos trabalhos com três servidores até outubro do mesmo ano, quando recebeu uma administradora. Portanto, no ano de 2018 foi o período que a SAPED conseguiu o maior número de servidores, totalizando o número de quatro profissionais, ainda assim, inferior ao previsto pela Instituição.

³⁰ Cabe ressaltar que a constituição própria desse setor se refere ao fato de que era composto por duas pedagogas, duas técnicas de assuntos educacionais e uma assistente social. Ver mais particularidades desse trabalho em Smith (2015) terceiro capítulo.

³¹ Ver organograma em Anexo B.

É preciso sinalizar que no ano de 2018 a assistente social entrou de licença parcial para mestrado, o que acarreta que essa servidora não estava com carga horária completa na Instituição. Cabe ressaltar que esse é um direito previsto no Regime Jurídico Único (RJU) (BRASIL, 1990). Para melhor visualização, ilustra-se com o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Constituição da equipe, segundo número e funções: SAPED/Itaguaí, 2014 a 2019

Ano	Número de servidores SAPED/Itaguaí	Funções
2014	2	Assistente Social e Pedagogo;
2015	2	Assistente Social e Pedagogo;
2016	2	Assistente Social e Pedagogo;
2017	3	Assistente Social, Pedagogo e Psicóloga;
2018	4	Administradora, Assistente Social, Pedagogo e Psicóloga;
2019	2	Assistente Social e Administradora.

Fonte: Elaboração da autora

Ressaltamos que durante o período analisado, todos os servidores da SAPED tinham cargos de nível superior. Ou seja, o processo coletivo de trabalho era realizado, exclusivamente, por profissionais considerados intelectuais. No entanto, nem todas as atividades do setor exigem alta qualificação. O processo de trabalho demanda também etapas menos elaboradas. Por isso, o organograma prevê cargos com menor grau de qualificação do trabalhador para realizar trabalhos menos complexos. Na ausência desse perfil de servidor, está subentendido que os trabalhadores de nível superior assumirão aquele trabalho, o que também sinaliza para a multifuncionalidade.

Sendo servidores públicos, sua carga horária semanal é 40 horas, na época, com controle de assiduidade por ponto manual. A SAPED conta com um chefe de setor, que, ao longo do período analisado foram, respectivamente o pedagogo e, com a sua saída, a psicóloga.

A SAPED é um setor que se vincula diretamente à gerência acadêmica, que, por sua vez, vem abaixo apenas da Direção. Dessa forma, não tem dependência com nenhum outro setor. Portanto, os outros setores acadêmicos, como Secretarias e Coordenações de Curso e Biblioteca, estão no mesmo nível hierárquico, subordinados, como mencionado, à gerência acadêmica.

Em agosto de 2018 o pedagogo saiu do CEFET-RJ para assumir cargo em outro concurso público e, em abril de 2019, o mesmo ocorreu com a psicóloga. Dessa forma, o trabalho coletivo na SAPED nunca teve o número e a composição minimamente adequados ao seu funcionamento, além de ter sofrido muitas irregularidades quanto ao seu processo de constituição. Isso influencia na continuidade e também nos resultados do processo de trabalho coletivo, na medida em que há mudanças constantes na sua organização.

Conforme indicado, a SAPED não possui nenhuma normativa interna que defina o seu trabalho, portanto, não há padronização desse setor na Instituição. No ano de 2017, iniciou-se uma política de mapeamento do processo de trabalho coletivo (internamente chamada de “Mapeamento de Processos”, que é uma técnica gerencial de procedimentos administrativos), em que cada setor, de cada Campi, deveria descrever as atividades realizadas, a fim de que a Instituição pudesse entender a dinâmica do trabalho coletivo, mas ainda não tivemos nenhum retorno sobre o assunto.

Na ausência de normativas oficiais sobre o gerenciamento do trabalho no conjunto CEFET-RJ, o processo de trabalho e as competências e atribuições dos setores, de maneira geral, e, conseqüentemente, dos trabalhadores a ele vinculados dependem, num grau maior do que o usual, das decisões das chefias, dos gerentes e da direção, o que pode pessoalizar as decisões institucionais, algo que vai de encontro tanto à gestão democrática (BRASIL, 1988), quanto à gestão gerencial que visa dar um caráter “eficiente” à coisa pública (NEWMAN; CLARKE, 2012).

Esse fato gera algumas reflexões: a primeira é que a “gestão gerencial” do CEFET-RJ ocorre de maneira muito peculiar, uma vez que o processo de trabalho da instituição não é conhecido de forma geral e organizada. De um lado, isso parece ir contra os valores de “eficiência e qualidade” almejados por diversas legislações e documentos internos que guiam o horizonte institucional “gerencial”. Por outro lado, é sugestivo pensar que essa configuração pode indicar que os resultados do trabalho coletivo são mais importantes que as especificidades dos trabalhadores que o constroem.

Ao mesmo tempo, trata-se de um espaço aberto para ser disputado pelos trabalhadores, que contam com autonomia relativa (IAMAMOTO, 2014) para propor as delimitações dos trabalhos, pensando tanto no norte de atendimento de cada setor, quanto nas especificidades dos cargos que o compõem. Para isso, é necessário um trabalho em conjunto, diálogo e organização dos trabalhadores não apenas a nível

local, mas pensando mesmo numa cooperação sistêmica que compreenda todos, ou o máximo dos atores envolvidos nesse processo. No entanto, essa ação depende de um ambiente minimamente democrático, valor abalado no CEFET-RJ atualmente, uma vez que não se tem uma direção democraticamente eleita³².

No entanto, além das legislações nacionais como a LDB (BRASIL, 1996) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), alguns documentos institucionais baseiam o trabalho da SAPED. Pode-se defini-los como documentos vinculados a ações estratégicas pedagógicas gerais. Um deles é o manual do aluno³³, que condensa os direitos e deveres dos estudantes na instituição. Esse documento não delimita o trabalho da SAPED, mas faz referência ao seu trabalho, delimitando para ele algumas atribuições. Por exemplo:

Art. 1º – O Conselho de Classe (COC) das turmas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (integrado, concomitante e subsequente) e do Ensino Médio, é composto pelo conjunto dos professores de cada turma, incluindo o representante da Divisão de Apoio Pedagógico ou Equipe Pedagógica responsável pela turma

Art. 3º - O Conselho de Classe reunir-se-á conforme estabelecido no calendário escolar. I - As reuniões do Conselho de Classe serão organizadas pela Divisão de Apoio Pedagógico (DIAPE) do Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET) na Unidade Sede ou pela Equipe Pedagógica nas Unidades; III - O representante da Divisão de Apoio Pedagógico ou Equipe Pedagógica será o Presidente da reunião do Conselho de Classe (MANUAL DO ALUNO, 2014, p.21 e 22).

Nota-se que o Manual do Aluno dispõe sobre algumas funções da SAPED no Conselho de Classe, mas não define os atores, estabelecendo, portanto, que o “representante da SAPED” presidirá o COC. Esse documento condensa a ideia da

³² Como destaca Trindade (2019) não há eleição formal para o cargo de direção do CEFET-RJ. No entanto, realiza-se uma consulta à comunidade acadêmica, a qual há anos o Ministério da Educação vem respeitando dando posse ao candidato mais votado dentro da lista tríplice enviado pelo Conselho Diretor que é a instância máxima de deliberação dentro da instituição. O fato representa o respeito à democracia e a autonomia das instituições. No ano de 2019, após a eleição ter como resultado a vitória de Mauricio Saldanha Motta, o segundo colocado Sérgio Roberto de Araújo questionou o resultado, e acionou o MEC com a justificativa de suspeita de fraude no processo eleitoral. Segundo ele, o Sr Mauricio Motta, que era também vice-diretor do CEFET-RJ, teria usado a máquina institucional” a seu favor no processo eleitoral. Como resposta o MEC suspendeu o processo eleitoral, e em 16 de agosto de 2019 nomeou uma direção temporária encabeçada por um nome estranho ao CEFET-RJ, o Sr Mauricio Aires Vieira, que até então era assessor e diretor de Programas substituto da Secretaria Executiva do MEC. Em 25 de outubro de 2019 um outro diretor *Pro tempore* foi nomeado, o professor do CEFET-RJ e engenheiro químico Marcelo de Sousa Nogueira. Não há previsão de quando sairá o resultado da sindicância aberta para investigar a denúncia de fraude que impossibilitou a posse do candidato eleito pela comunidade acadêmica, um processo que já dura mais de 9 meses.

Ver: http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=79141:mec-nomeia-diretor-geral-pro-tempore-do-cefet-rj&catid=212&Itemid=86
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35122>, acesso em 03/05/2020

³³ Ver Manual do Aluno em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/2015-06-12-17-56-40>. Acesso em 05/05/2020.

figura de um trabalhador coletivo indiferenciado, que não consta no documento deliberadamente. Representa, simbólica e sutilmente, a maneira como a instituição enxerga e lida com a sua força de trabalho. Ao não designar o pedagogo, ou o técnico em assuntos educacionais, como o presidente do COC, entende-se que qualquer servidor que estiver alocado no setor deverá assumir a função.

Essa nomenclatura é simbólica porque está imbuída das estratégias da gestão da força de trabalho no atual contexto do capitalismo: a captura da subjetividade com a promoção do engajamento do trabalhador no processo de trabalho (TAUJLE, 2001). Ao tratar dos servidores da SAPED como “representantes do setor”, se incute a ideia de que todos os servidores são igualmente responsáveis na realização desse trabalho.

Cabe destacar que a crítica³⁴ que se estabelece em relação à interdisciplinaridade, do ponto de vista das estratégias atuais de gestão e organização do trabalho, é que ela pode redundar, puramente, em polivalência - tem-se uma equipe multiprofissional, mas qualquer um de seus integrantes pode ocupar determinadas atividades indiferenciadamente - o que esvazia a complexidade da ideia do trabalho interdisciplinar e a torna um instrumento para baratear (e empobrecer) o processo de trabalho.

Quando se pensa na introdução da “gestão gerencial” no CEFET-RJ, através do PDI, percebe-se que se atribui uma responsabilidade ao servidor em relação ao sucesso da instituição. Portanto, há uma ideia implícita de que a qualidade dos serviços prestados e a “eficiência” da instituição depende do engajamento do trabalhador.

Num setor que trabalha com um número restrito de servidores, fica tácita a perspectiva de que para atingir os valores de eficiência e qualidade, é necessário um grau de cooperação entre os trabalhadores da SAPED, que requer um trabalho multifuncional (CESAR, 2006), sobretudo, quando se percebe o volume de tarefas demandas para o setor, o que será percebido mais à frente.

Outro documento (ANEXO C), enviado pelo Departamento de Ensino Médio Técnico do CEFET-RJ Maracanã, pontua o que são as atividades de orientação e supervisão pedagógica e como se deve colocá-las em prática. É como se fosse um manual de atuação para quem vai desenvolver essas atividades. Cabe ressaltar que

³⁴ Ver Mangini e Mito (2009).

não se sabe o ano do documento e nem se ele foi aprovado por algum conselho, no entanto, ele guia o trabalho da SAPED, por isso, se faz necessário citá-lo. Nele, o Serviço Social é citado, mas com o nome incorreto e com uma denotação ultrapassada: “As atividades de supervisão são sazonais (bimestrais, semestrais e anuais). O principal objetivo é fornecer os dados para que a GERAC, Coordenações, Orientação Educacional e Assistência Social possam atuar”.

O documento acima citado apresenta uma incongruência com a realidade vivida na SAPED, porque dá a entender que a supervisão e orientação pedagógicas serão realizadas por setores (ou momentos) diferentes e darão subsídios para as equipes pedagógicas, mas não é o que acontece. O único setor responsável por questões de articulação pedagógica da instituição é a SAPED. Portanto, a SAPED tem que fazer essas duas funções.

O documento dá a entender que o Serviço Social não deve prover essas ações, mas sim ter acesso aos dados para orientar o seu trabalho. Ao mesmo tempo em que informa que a Orientação Educacional também será suprida por esses dados. No entanto, no CEFET-RJ Itaguaí não há um setor ou servidor específico que faça o trabalho de supervisão, portanto, o documento dá informações desencontradas.

Especificamente em relação a atuação do assistente social, só há um documento institucional que cita a necessidade desse trabalho, que são os editais das bolsas de auxílio ao estudante. Sobretudo, porque informam aos estudantes que estes poderão ser convocados para entrevista social a qualquer momento do ano. Em particular, a categoria profissional é citada quando trata dos auxílios emergenciais, porque este é o único programa onde o parecer social é uma exigência para a concessão do auxílio. Os demais auxílios não dependem de avaliação exclusivamente social, mas de avaliação econômica que se dá através de verificação documental.

Um outro edital importante que norteia o trabalho do assistente social na SAPED é o das matrículas de “cotas”. Há uma polêmica em relação a ele, cujo argumento é de que não se especifica que o candidato passará por avaliação social, mas sim, que o mesmo deve entregar documentação que comprove renda inferior à 1,5 salário mínimo. O edital também não cita a necessidade de entrevista social, nem requer parecer social. Portanto, alguns profissionais entendem que essa seria uma etapa que qualquer profissional poderia realizar.

No nosso entendimento essa tarefa é competência profissional³⁵ porque se entende que não há apenas a verificação burocrática da documentação, mas há um atendimento ao usuário e, em casos de excepcionalidades, a opinião profissional do assistente social pode mudar o rumo da vida do usuário na instituição, seja no sentido de excluí-lo da possibilidade de matrícula, seja no sentido de incluí-lo. Portanto, o assistente social realiza os atendimentos dos candidatos a matrícula com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.

Em relação à infraestrutura da SAPED todos os profissionais trabalham numa mesma sala, sem divisórias. Uma das exigências da gerência acadêmica era que o setor se organizasse para que no máximo de dias da semana possíveis, os horários de atendimento cobrissem os três turnos que a instituição atende. Portanto, muitas vezes, os servidores se encontravam rapidamente entre o fim do expediente de um e o início do expediente do outro, sobretudo quando o setor continha apenas dois servidores. Por isso, os atendimentos privativos eram realizados sem grandes problemas. Quando a SAPED chegou a contar com quatro servidores, os atendimentos sigilosos passaram a ser realizados numa sala de aula que estivesse desocupada naquele momento.

É importante ressaltar que o setor trabalha de “portas abertas”. Portanto, para além daquele trabalho programado e previamente agendado, como entrevistas, atendimento aos alunos etc., há sempre os atendimentos que podem aparecer no decorrer do dia de trabalho. Nem todos esses atendimentos espontâneos que chegam ao setor são, de fato, para aquele setor. No entanto, entre acolher a demanda³⁶, apurar e encaminhar, há todo um trabalho a ser destrinchado, que demanda tempo e, algumas vezes, requer a criação de novas estratégias coletivas de trabalho para que aquelas demandas não sejam associadas ao setor.

O planejamento do trabalho coletivo na SAPED nunca se deu através da materialização de um projeto de intervenção coletivo. Ao longo do tempo a SAPED sofreu diversas alterações na sua constituição, seja para englobar servidores, seja no

³⁵ No ano de 2017 enviei ao CRESS-RJ uma orientação sobre a questão. Resumidamente, o CRESS-RJ respondeu que “realizar estudos socioeconômicos com usuários se configura como uma competência profissional para o qual a formação fornece subsídios teóricos-metodológicos, não sendo uma atribuição privativa de Assistentes Sociais”. Mas ressaltou que “atividades de caráter meramente burocrático/administrativo, desconectadas com o trabalho do Serviço Social, não se constitui uma competência ou atribuição da profissão de Serviço Social, dispostas na lei federal 8662/93”.

³⁶ Que pode ser desde a apresentação dos cursos da Instituição por um usuário que não a conhece, até socorrer alunos numa emergência de saúde, dentre outros.

sentido das suas saídas, o que dificultou a construção de um projeto, ainda que idealmente, notava-se um horizonte comum no sentido de pensar o setor. Portanto, o planejamento se dava a curto e médio prazo, com reuniões de equipe quinzenal, onde, em geral, traçávamos os trabalhos do período. Discutíamos as situações que o setor fora chamado a intervir e traçávamos um plano de intervenção para elas. Também discutíamos em que cada profissional poderia contribuir e o que deveria fazer.

Ou seja, nota-se que o setor não conseguiu traçar estratégias mais robustas de atuação, tornando-o ainda mais submetido às figuras “gerenciais” da instituição e das suas decisões a respeito das atribuições do setor. No entanto, o que define o ritmo do setor, a nosso ver, está muito mais vinculado aos documentos que situam o trabalho da SAPED, do que propriamente a gerência ou a direção.

Cabe ressaltar que a SAPED sempre contou com servidores públicos, então, no que toca a reprodução da sua força de trabalho, ela é regulamentada pelos parâmetros do Regime Jurídico Único. Neste sentido, esse setor não é atingido diretamente pela precarização do trabalho que sofre as empresas privadas, por exemplo, no que se refere a contratos frágeis de trabalho, que acarretam numa remuneração ruim. Esse dado vai ao encontro do que Serra (2001) apontava sobre a tendência do trabalho em serviços públicos federais contarem com melhores condições de trabalho.

Mas, o fato da Instituição não funcionar com o quadro de servidores minimamente necessário para o desenvolvimento do trabalho na SAPED, fruto de incessantes ataques ao serviço público, que começaram com a Reforma Gerencial do Estado, apontados no segundo capítulo, requer que esse fato seja analisado num contexto de precarização do trabalho no serviço público.

Iamamoto (2012) reconhece que as transformações no mundo do trabalho introduzidas pela “acumulação flexível” afetam o trabalho do assistente social, em todas as esferas. A saber:

Esse processo, que afeta a divisão social e técnica do trabalho, atinge o conjunto dos trabalhadores, inclusive os assistentes sociais. A necessidade de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas, com a terceirização dos serviços e a decorrente redução do quadro de pessoal, tanto na esfera privada quanto governamental (IAMAMOTO, 2012, p. 51).

Ainda que em termos de cargos, salários e possibilidades de ascensão na carreira, o serviço público seja, para assistentes sociais, um dos setores que

apresenta os melhores horizontes profissionais, assistentes sociais no serviço público já experimentam a precarização do trabalho (RAICHELIS,2018).

Trata-se da “precariedade subjetiva”, conceito trazido por Linhart (2014), característica da precarização dos trabalhadores assalariados com empregos estáveis. A autora enfatiza a “hiperpersonalização” (LINHART, 2014, p.46) em que se utiliza as competências mais íntimas do trabalhador, a fim de que mobilizem a sua intelectualidade e as suas emoções para encontrar soluções para os objetivos cada vez mais exigentes e desafiadores do trabalho (LINHART, 2014, p. 52). Objetivos esses que contam com trabalhadores que se veem sozinhos e, por isso, sentem a insegurança a respeito das suas competências profissionais.

Pensar um setor pedagógico com cinco profissionais numa instituição de ensino que tem cerca de mil alunos, com diferentes faixas etárias e modalidades de cursos, já seria um fato a ser questionado. Mas, saber que na maior parte do tempo o setor funcionou com menos da metade de servidores previstos, é algo que impacta diretamente no exercício profissional dos atores envolvidos, sem contar no serviço prestado à população usuária que sofre com o número reduzido de profissionais.

Isso gera um sentimento de solidão e insegurança nos profissionais e, ao mesmo tempo, o sentimento de responsabilidade para que esse trabalho seja cumprido. O conceito de hiperpersonalização trazido por Linhart (2014) vai ao encontro do entendimento de que o CEFET-RJ mobiliza a subjetividade dos profissionais que compõe o trabalho coletivo na SAPED como “representantes da SAPED”.

No período aqui analisado, o CEFET-RJ/ Itaguaí possuía, de maneira geral, cursos que abrangiam cursos técnicos integrado, concomitância externa³⁷ (ambos Técnico em Mecânica), e subsequente (Técnico em Portos) além de graduações (Engenharia Mecânica e de Produção), todos com ingresso através de concurso público³⁸. Portanto, o CEFET-RJ abre suas portas para estudantes a partir da faixa etária por volta dos 14 anos (que ingressam nos cursos técnicos), e não possui limite de idade. Tendo em vista que o ingresso é balizado por concurso público, ainda que metade das vagas de todos os cursos sejam reservadas para estudantes de escola pública, negros, pardos e indígenas, pessoas com deficiência e pessoas com renda

³⁷ O Curso Técnico em Mecânica se encerrou em 2015, porque foi substituído pelo curso técnico integrado ao médio. No entanto, havia turmas remanescentes desse curso até o ano de 2017.

³⁸ Além da possibilidade de matrícula através de transferência interna e externa e reingresso.

até 1,5 salário mínimo, o restante das vagas pode ser preenchido por quaisquer candidatos, o que torna o público atendido pela instituição muito diverso.

Sendo um setor de atendimento ao público, nota-se que há um universo de possibilidade de trabalho muito vasta para a SAPED. No entanto, essa possibilidade se choca com a disponibilidade de recursos humanos capaz de atendê-las. Cabe lembrar que as conformações das políticas sociais no capitalismo monopolista (CASTELO, 2012; BEHRING,2011), em especial, no neoliberalismo, atingem diretamente a dinâmica do atendimento ao público alvo da Instituição. O CEFET-RJ não é uma instituição de ensino com atendimento universal. Atende a um seletivo número de estudantes que foram selecionados através de concurso público, ainda que isso resulte num público grande e complexo para a instituição, como informado anteriormente.

No entanto, o modo como a política de educação conforma o processo de trabalho das instituições que a compõe, aqui em especial, o CEFET-RJ, e em particular a SAPED, impõe a necessidade de um novo recorte no público que a SAPED atende. Ou seja, a dinâmica da política articulada à composição institucional exige que a SAPED recorte, dentro do limite das possibilidades³⁹, um público específico para atendimento. Dessa forma, a conformação institucional faz com que esse setor não tenha como seu principal objetivo atender a universalidade dos estudantes.

A SAPED direciona o seu trabalho, principalmente, aos estudantes que entraram na Instituição por conta das políticas de expansão e que para permanecer, precisam de um trabalho específico. Ou alunos que, independentemente da maneira como entraram na Instituição, enfrentam problemas⁴⁰ que dificultam o seu processo

³⁹ No entanto, cabe ressaltar que, sobretudo os estudantes dos cursos técnicos todos eles devem passar por acompanhamento pedagógico, conforme consta no Manual do Aluno e quem realiza esse acompanhamento é a SAPED.

⁴⁰ Esses problemas podem ser por diversos motivos, que não conseguirão, aqui, ser esgotados. Mas, via de regra, acreditamos que podem ser divididos em cinco grandes grupos, que muitas vezes interagem entre si: 1) problemas de ordem de saúde, como por exemplo: estudantes que passam por alguma complicação na saúde ou gravidez e precisam entrar em regime domiciliar. Atualmente percebe-se que as doenças de saúde mental são as que mais afetam os estudantes; 2) problemas de ordem de relacionamento e sociabilidade, como por exemplo: estudantes que por questão de comportamento recebem algum tipo de sanção escolar, ou que sofrem/praticam bullying, que tem algum tipo de problema de relacionamento seja na relação entre alunos, seja na relação aluno/professor, etc; 3) por ordem financeira, ou seja, alunos que por motivos financeira deixam de frequentar os cursos e recaem no risco de reprovação, jubramento, etc. 4) por dificuldade de aprendizagem, em geral, apresentadas por alunos que vieram da rede pública de ensino, ou da rede privada popular, que apresentam um déficit de conteúdos, 5) o último aspecto, é vinculado mais especificamente ao ensino superior, e trata-se de problemas relacionados com a

de aprendizagem, ou que ferem as normas institucionais, o que pode resultar no seu insucesso acadêmico (reprovação, jubramento ou abandono).

A atuação da SAPED tem relação com o fato de que se faz necessário algum grau de reconhecimento por parte do Estado de que as expressões da questão social rebatem na escola (ainda que sejam vistos como “problemas sociais pessoais” ou “comportamentais”) e que o professor não consegue dar conta sozinho desse processo. Sendo necessário o enfrentamento dessas questões por um conjunto de diferentes profissionais, não sendo exclusividade de nenhum deles (ALMEIDA,2007).

Assim, a SAPED é o setor que vai selecionar e atender os estudantes, com os quais a Instituição precisa exercer um determinado tipo de controle a fim de tentar garantir sua permanência, mitigando as possíveis tensões dessa relação. Dessa forma, serão selecionados os estudantes que precisam de algum tipo auxílio estudantil ou atendimento social, apoio pedagógico, suporte psicológico, dentre outras demandas.

A partir do momento em que se inicia o ingresso, no CEFET-RJ, de uma população historicamente alijada da educação formal nos níveis de ensino disponibilizados pelo CEFET-RJ, conforme tratamos no segundo capítulo, é necessário que haja uma mediação entre as demandas desse novo público e os recursos institucionais disponíveis para atendê-lo. E à medida em que o atende, novas demandas vão sendo criadas e novas respostas precisam ser pensadas e oferecidas, o que vai gerando graus de complexidade cada vez maiores para o trabalho da SAPED, cuja função social é mediar essa relação.

Neste sentido, o Estado sinaliza, com a mediação do trabalho da SAPED, que é preciso que o investimento público seja minimamente eficiente, como requer as políticas gerenciais. O trabalho da SAPED tem um sentido de gerenciar a defasagem entre demanda e oferta de serviços, atendendo aos estudantes e familiares, que, em geral, por questões de cunho pedagógico, de saúde, social e econômico, veem sua permanência na instituição ameaçada. Quanto ao atendimento do segmento docente, o trabalho se relaciona, principalmente, àquelas dificuldades que se refletem no seu processo de ensino-aprendizagem. Esse público é apresentado e chega à SAPED de formas variadas, a saber:

dificuldade com os cursos de Engenharia , que, em geral, são cursos com baixíssimas taxas de conclusão dentro do prazo estipulado pelas faculdades.

- a) Na matrícula de “cotas”, para avaliação socioeconômica;
- b) Através da inscrição para as bolsas: em alguns casos o estudante também é chamado para entrevista social;
- c) Na aula inaugural dos cursos, onde é apresentado ao setor, e a partir daí alguns vêm espontaneamente para atendimento;
- d) No monitoramento (supervisão pedagógica) realizado pela SAPED aos alunos que apresentam “baixo rendimento”, para os quais se faz necessário um atendimento, que pode ser social, pedagógico ou psicológico, ou os três, dependendo da situação exposta pelo estudante. Nesse sentido seus responsáveis também podem ser chamados para atendimento para avaliarmos quais fatores influenciam no rendimento ao estudante, e, a partir daí, realizar encaminhamentos para outras políticas, se for o caso.
- e) Através do encaminhamento por algum setor, seja secretaria ou gerência acadêmica (em geral, são casos que requerem algum tipo de excepcionalidade em relação as normas vigentes, por exemplo: trancamento em disciplina fora do período, sobretudo, para apresentar uma justificativa) ou pelos próprios professores quando verificam que “algo está errado” com determinado aluno;
- f) Através do monitoramento de estudantes que apresentam problemas coma frequência escolar;
- g) Através da reunião de responsáveis.

O processo de trabalho que envolve a SAPED sempre se organizou em cima de dois pilares: os auxílios estudantis e os conselhos de classe. Eles podem ser considerados pilares porque deles dependem ações que duram todo o ano letivo. Portanto, boa parte do trabalho da SAPED é formulado a partir desses dois eixos de trabalho.

Resumidamente, no que se refere aos auxílios, o CEFET-RJ, possuía três tipos de bolsas: o Programa de Auxílio ao Estudante (PAE), o Programa de auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED) e o Programa de Auxílio Emergencial (PAEM). O primeiro é o programa com o maior número de vagas (aproximadamente 1.800 vagas em cada ano analisado) com seleção no início do ano, normalmente fevereiro até abril. O segundo programa, tem menos vagas (aproximadamente 20 vagas em cada ano

analisado), é aberto junto com o PAE e finaliza, normalmente, no meio do ano ou até preencher todas as vagas. O PAEM (com aproximadamente 75 vagas em cada ano analisado), por sua vez, iniciava-se em julho com seleção de candidatos até início de setembro.

Aqui cabe um outro destaque: juntos, esses programas somavam um quantitativo de aproximadamente duas mil bolsas, que eram divididas por todos os Campi. Especificamente o CEFET-RJ/Itaguaí ficava com um número total que girava em torno de 200 bolsas por ano. Tendo em vista o perfil das políticas sociais não universais do neoliberalismo, sempre tivemos um número maior de inscritos do que a quantidade oferecida de bolsas. Isso representa um volume de trabalho enorme. O número de inscritos, somente em Itaguaí, ao longo dos anos, girou em torno de 300 estudantes em cada ano.

É preciso pontuar brevemente que o trabalho com cada um dos auxílios estudantis, demanda muitas etapas, porque, não se realizam apenas o trabalho de avaliação socioeconômica, mas também de recepção e checagem dos documentos (que ocorrem em duas etapas, a medida em que o candidato tem a chance de entregar documentos faltantes), tarefas incorporadas ao trabalho profissional, avaliação de renda e ou social, entrevista social em determinados casos com deferimento de parecer social, sem contar as planilhas de escalonamento dos estudantes inscritos, confecção do consolidado, problemas com pagamento, atraso de bolsas, etc.

Os conselhos de classe dos cursos técnicos, por sua vez, ocorrem bimestralmente, normalmente, em abril, julho, outubro e dezembro. É preciso lembrar que o conselho de classe requer um trabalho anterior, de organização, e de acompanhamento e monitoramento dos estudantes e do seu desempenho acadêmico, em especial, daqueles que não alcançam a média adotada pela instituição para aprovação do aluno. Também é necessário reforçar que o volume de trabalho aqui é enorme. As turmas iniciais do TIM, por exemplo, têm 40 alunos cada. Em geral, mais da metade está abaixo da média em pelo menos uma disciplina, o que significa que muitos alunos precisarão passar por atendimentos pedagógicos, portanto, o que faz com que o número desses atendimentos pedagógicos seja muito alto. Além disso, outro tipo de atendimento pode ser realizado, como o atendimento do assistente social ou com o psicólogo, em casos específicos.

Como se pode perceber, o COC e os programas de auxílio ao estudante, são identificados como os fios condutores do setor, porque demandam trabalhos o ano inteiro e é a partir deles, que a execução do trabalho é determinada.

Resumidamente as atividades da SAPED são:

- a) Preparação e atuação nos Conselhos de Classe dos cursos: embora a figura responsável seja a do pedagogo, qualquer profissional deve trabalhar para realizar essa tarefa, por conta do alto volume de turmas (em 2016, com apenas dois servidores, o setor tinha 12 turmas para preparação de COC). Trata-se de analisar, caso a caso, o desempenho acadêmico dos alunos e selecionar os que passarão por atendimentos individualizados (com cada um dos profissionais), ou selecionar os que passarão por atendimentos coletivos (com mais de um profissional); e ainda, selecionar os estudantes cujos responsáveis também precisam ser chamados para atendimento. A principal questão é que as 12 turmas precisam ser analisadas no mesmo período, porque os COC ocorrem com a mesma periodicidade. Cabe ressaltar que a organização do COC dura o ano inteiro, porque, quando um acaba, trabalha-se para preparar o próximo;
- b) Atendimentos (social, pedagógico, psicológico) individuais e/ou coletivos a estudantes e responsáveis, dos cinco cursos ativos, (com maior enfoque nos cursos técnicos): aqui o trabalho é realizado pelos profissionais de cada área de atuação;
- c) Organização das inscrições e seleções das bolsas de auxílio ao estudante e monitoramento de pagamento: embora o enfoque seja na figura do assistente social, qualquer profissional pode realizar. Com a chegada da administradora, esse trabalho ficou dividido, principalmente, entre as duas profissionais;
- d) Participação e organização das reuniões pedagógicas trimestrais da instituição com professores: o objetivo era tratar de temas que tangenciam o ensino-aprendizagem. A figura central sempre era o pedagogo, com a chegada da psicóloga, essa atividade tinha os dois como foco. Mas todos participavam e os temas eram sugestão da equipe;

- e) Participação em grupos de trabalho (GT) internos e externos ou reuniões com equipes pedagógicas. Vários GTs aconteceram no Campi Itaguaí ou Maracanã. Ao longo desses anos os principais foram: da construção dos editais dos programas de auxílio; da construção da política de assistência estudantil no CEFET-RJ; da construção do projeto político pedagógico do CEFET-RJ de Itaguaí: todos poderiam participar, mas normalmente nos dividíamos, a fim de conseguir dar conta das demandas do setor;
- f) Reuniões entre SAPEDs de todos os Campi; Reuniões dos assistentes sociais de todo o CEFET-RJ: na primeira, todos podiam participar, mas, muitas vezes, essas reuniões ocorreram no mesmo dia; portanto, o pedagogo participava da primeira e o assistente social da segunda. Ambas atividades deixaram de ser realizadas a partir de 2017.
- g) Assessoria ao grêmio estudantil, em momentos de eleição ou quando solicitado: trabalho com os alunos para motivar a participação no grêmio estudantil. Assessoria em relação a construção do regimento e orientações quanto ao seu manejo;
- h) Organização do Projeto “Papo Reto”. Trata-se de um projeto da SAPED em que os alunos elegem temas de sua preferência para ser tratados e debatidos coletivamente. O setor organiza as discussões e debates. Algumas vezes trazíamos debatedores e/ou palestrantes externos, outras vezes, a própria equipe realizava a atividade, abordando temas como “Bullying”, “Respeito à diversidade”; “Suicídio”, “Métodos contraceptivos”, entre outros: os responsáveis tanto por pensar, como por executar a atividade, eram o pedagogo, psicólogo e assistente social;
- i) Reuniões gerais ou específicas da instituição; reuniões de equipes: todos participam;
- j) Desenvolvimento do trabalho burocrático que envolve as atividades acima citadas que são feitas exclusivamente pelos servidores do setor, como, contato e ligações, envio de e-mails, recepção, manejo e guarda de documentos: toda a equipe realiza;
- k) Organização do Projeto “CEFET-RJ vai às escolas”: projeto da

SAPED em que se realizam visitas às escolas municipais de Itaguaí para apresentar e divulgar a instituição e o edital do concurso, com o objetivo de ampliar o número de alunos da rede municipal de Itaguaí: pedagogo foi a principal figura da concepção do projeto, mas a realização ocorreu com a participação do assistente social;

As três atividades abaixo não são dependentes dos pilares do setor, são elas:

- a) Participação nas matrículas, realizando atendimento aos candidatos com perfil de renda até 1,5 salário mínimo. Essa é uma atividade cuja principal responsável é a assistente social. Como o volume de atendimento é muito grande com um prazo muito curto (por exemplo, somente nas matrículas de TIM, são 20 candidatos para serem analisados no mesmo dia). Muitas vezes há fila de candidatos esperando para ser avaliado. Entendendo essa atividade como competência, mas não como atribuição privativa, era sempre dividida com outro profissional, no começo com o pedagogo, depois com a administradora. Mas sempre com o assistente social coordenando o processo;
- b) Gerenciamento dos cartões de transporte escolar: trata-se de solicitar os cartões de transporte dos alunos e gerenciar as solicitações de segunda via. De todas as atividades que a SAPED realiza essa é a única que entende-se não ser competência do setor, e, embora tenhamos tentado argumentar diversas vezes com o gerente acadêmico, o mesmo entende como atribuição do Serviço Social, especificamente. Durante o período analisado, a responsável era a assistente social, mas todos realizavam. Quando a administradora chegou ao setor, ela também ficou como figura responsável dessa atividade;
- c) Atendimento aos estudantes inscritos na Comissão de Acompanhamento Discente (CADD): atendimento aos estudantes dos cursos superiores que estão em vias de serem jubilados: emissão de parecer dos estudantes com perfil de jubramento e que alegam problemas sociais, de saúde, familiar e/ou econômico como

justificativa para permanecer com matrícula ativa. Esses estudantes são encaminhados pela CAAD para atendimento específico com o pedagogo, assistente social ou psicólogo.

O que chama atenção em primeiro lugar, é que o processo de trabalho coletivo na SAPED compreende uma grande diversidade de atividades, cuja característica é demandar um grande volume de trabalho, com prazos curtos para a sua realização. Portanto, se os profissionais não se organizarem conjuntamente para sua realização, seria impossível cumpri-las no prazo.

Além disso, todas essas tarefas demandam trabalhos mais simples, como reservar o espaço da palestra, informar à gerência sobre as atividades, ligar para alunos ou responsáveis, enviar e-mail para um palestrante, pensar uma data, divulgar o evento, enfim, “trabalhos invisíveis” que demandam tempo e esforço, e que precisam ser dividido entre a equipe, na falta de servidores com esse perfil técnico-operativo.

Nesse sentido, percebe-se as características apontadas por (CESAR, 2006) sobre a intensificação e racionalização do trabalho na SAPED, que correspondem ao aumento do número de atendimentos do profissional e a seleção de atividades por prioridade. Entende-se que Raichelis (2018) aponta os dois fatores citados como “multiatividade”.

Internamente o setor tem o entendimento de que os pilares de sustentação do trabalho têm como foco as figuras do pedagogo e do assistente social. No entanto, nota-se que a maior parte das etapas do processo de trabalho coletivo não é exclusividade de nenhum profissional.

Rubin (1987) já apontava para a tendência da igualação de todos os trabalhos, por conta da preponderância do seu valor de troca na sociedade mercantil, o que dá centralidade ao trabalho abstrato em detrimento do trabalho concreto. Na SAPED isso resulta na rotinização do trabalho (SERRA, 2001), uma vez que se conta com um trabalhador coletivo pouco complexo, onde há poucos profissionais atuando no setor.

Ao mesmo tempo, diferentemente da tendência que Braverman (1987) identifica no capitalismo monopolista, da separação entre planejamento e execução do trabalho, na SAPED - ainda que se perceba uma tendência a rotinização do trabalho - seus agentes também precisam se envolver com as questões do planejamento e da proposição de políticas e programas do CEFET-RJ.

Os servidores da SAPED são convidados (outras vezes não há convite, os próprios servidores conseguiram propor a atuação coletiva para a construção de programas e políticas), a participarem da construção dos editais dos programas de auxílio, a construção da política de assistência estudantil, a comporem reuniões de planejamento, e, sobretudo nesses espaços, o valor de uso do profissional é imperativo, porque é baseado nele que o profissional pode contribuir singularmente para a materialização dessas políticas e programas.

É interessante refletir que, de alguma forma, os próprios servidores são convidados, dentro de um limite de atuação e autonomia relativa, a propor e definir o seu próprio trabalho, a partir da participação nas reuniões de planejamento, e de grupos de trabalho, entre outros. Cabe enfatizar que esses editais e políticas interferem diretamente no trabalho executado no interior das SAPEDs. Os editais das bolsas, por exemplo, definem prazos, modalidades de bolsas, público atendido.

Isso sugere que o trabalho na SAPED corresponde às indicações que TAUILE (2001) aponta sobre a tendência da corrosão entre as fronteiras de concepção e execução do trabalho no setor produtivo no contexto de “flexibilização” da gestão da força de trabalho.

A tendência acima apontada suscita algumas reflexões. A primeira é que se o assistente social participa de ações que norteiam o trabalho de toda a instituição, como o grupo de trabalho da construção da política de assistência estudantil⁴¹, por exemplo, significa dizer que, apesar da rotinização do trabalho, de políticas fragmentadas, não universais, enfim, apesar do assistente social conviver com a precarização do trabalho, ainda assim, ele conta com autonomia relativa em que tem a chance de escolher qual a direção ética e política que dará ao seu trabalho, sem esquecer de que isso ocorre com certos limites.

Por outro lado, ao ser chamado a planejar ações, políticas e programas, o profissional acaba, direta ou indiretamente, ditando o ritmo, a frequência e as atividades que ele mesmo executará. De certa forma, o trabalhador se torna um

⁴¹ A política de assistência estudantil do CEFET-RJ, é um bom exemplo do trabalho coletivo no CEFET-RJ, que foi capaz de suspender o cotidiano e ações rotineiras. Iniciada por grupo de trabalho (GT) em 2015, cuja primeira reunião contou com três assistentes sociais e um psicólogo, foi aprovada no final de 2019. Ao longo dos 4 anos de trabalho do GT outros membros foram sendo incorporados, e muitas etapas foram sendo requisitadas para a sua finalização, inclusive uma pesquisa quantitativa e qualitativa com os estudantes da instituição, que tinham o intuito de entender quais as prioridades que os estudantes apontavam em relação a formulação dessa política.

“déspota de si mesmo” (ANTUNES, 2018), exercendo, de alguma maneira, o cargo de chefia de si. Tendo em vista o reduzido trabalhador coletivo da SAPED, muitas vezes, o mesmo profissional é o que planeja e executa as ações. Neste sentido, a multifuncionalidade do trabalho além de ser uma estratégia de gestão, para diminuir custos com servidores, é também uma estratégia do consumo total do saber do trabalhador no processo de trabalho.

Se no setor produtivo o trabalhador transfere seu conhecimento às máquinas, tornando-as “mais inteligentes”, o que depois interfere no consumo da sua própria força de trabalho (ANTUNES, 2018); no âmbito do Estado, o assistente social divide o seu conhecimento com a instituição, que se utiliza dele para intensificar, posteriormente, o seu processo de trabalho.

Claro que não se pode esquecer do papel da gerência e da direção, que também influenciam na dinâmica do trabalho, mas na SAPED, a cobrança dos prazos dos documentos e editais são maiores do que a cobrança das gerências, que se guiam pelos mesmos documentos.

No que se refere às ações exclusivas do assistente social na SAPED, elas são:

- a) Entrevistas sociais: que darão subsídio para as avaliações sociais e/ou econômicas;
- b) Avaliação social e/ou econômica: que permite ao profissional compreender a realidade do estudante e seus familiares e formular uma opinião profissional que dará subsídio para a formulação dos pareceres sociais. Em geral as avaliações têm relação ou com os auxílios dos estudantes; ou às solicitações de “excepcionalidades institucionais”, que, via de regra, estão vinculadas à condição “social” do estudante (como, por exemplo, os pedidos de transferência entre os campi, as solicitações de revisão de situação de jubramento por motivo “excepcional” de alunos, etc);
- c) Elaboração de parecer social;

Percebe-se que o assistente social não perde a sua especificidade, a partir do momento em que suas atribuições privativas, tal como se apresentam no Código de Ética Profissional (BRASIL, 1994), se mantêm preservadas.

Chama atenção o fato de que suas atribuições privativas circundam a histórica função que o Serviço Social é chamado a realizar, a de “fiscalizador da pobreza” (IAMAMOTO, 2014, p. 121), no horizonte do controle social, porque os usuários

precisam apresentar sua condição social e econômica ao assistente social para que tenham o “crivo” do profissional que justifique a sua demanda, seja para receber um auxílio financeiro, seja para conseguir um parecer positivo que valide a solicitação de transferência, para citar breves exemplos.

Dessa forma, na SAPED, o trabalho do assistente social, mistura tanto funções tradicionais, que acompanham a profissão desde sua gênese, como funções novas, como por exemplo, o acompanhamento e a preparação para os COC, apontando a multifuncionalidade desse profissional

Cesar (2006), ao refletir sobre o trabalho de assistentes sociais nas empresas, observou novas características postas ao trabalho profissional que, a nosso ver, não se vinculam somente ao trabalho na área de empresas privadas. São características que correspondem fidedignamente à realidade experimentada na SAPED, a saber:

a) intensificação do trabalho, se expressa, sobretudo, no aumento do número de atendimentos feitos e na amplitude e variedade das situações para as quais é requisitada a intervenção do assistente social [...], b) a racionalização do trabalho se dá pela priorização das tarefas, mantendo-se as atividades-chave e eliminando tudo o que não pode ser mensurado ou considerado atividade essencial,[...] f) a multifuncionalidade, associada ao crescimento da participação do profissional em trabalhos em equipe, passa a exigir do profissional não apenas um maior domínio e conhecimento de tarefas dos demais trabalhadores da área e dos gerentes, como permite uma maior interdependência de responsabilidade e, quando necessário, a absorção de novas atividades (CESAR, 2006, p.135-137, grifos da autora).

A conformação do trabalho multifuncional tem a sua fagulha de explicação está naquilo que Marx (2017) aponta sobre o que é uma tendência em relação ao trabalho nesse modo de produção: o valor de troca é o que se sobrepõe ao valor de uso, portanto, o trabalho abstrato se sobrepõe ao trabalho concreto. Ou seja, a quantidade de trabalho que pode ser trocada por outro produto se sobrepõe a qualidade do trabalho. Em outras palavras, a capacidade do trabalho indiferenciado se sobrepõe ao trabalho qualitativo, a utilidade do trabalho. Mas é preciso realçar que quando falamos em sobreposição, falamos sobre o acréscimo de algo. Assim, não significa dizer que o trabalhador perca as suas especificidades, ao contrário, é que além delas, se faz necessário aglutinar outros trabalhos, assumindo novas demandas.

Por isso, ressaltamos que a multifuncionalidade do trabalho do assistente social na SAPED não significa a perda do que lhe é específico, mas do redimensionamento da utilização da sua força de trabalho no sentido de extrair dele tudo o que é possível dentro do seu grau de formação e qualificação.

O que pode ser explicado por TAUILE (2001), que enfoca na existência de uma nova concepção gerencial e mentalidade empresarial, na maneira de gerir a organização social da produção, no contexto de acumulação flexível. Segundo o autor foi o fator organizacional que fez toda a diferença para os ganhos de produtividade da acumulação flexível.

Neste sentido, o autor chama atenção para a atual tendência do capitalismo de romper com a clássica separação entre execução e concepção nos processos de trabalho. Para o autor, o capitalismo contemporâneo exige um trabalho mais dinâmico, por vezes multifuncional, que se dá através do engajamento total do trabalhador no processo de trabalho.

Nesse contexto, o caráter transitório da qualificação exigida do trabalhador, precisa ser analisado também em relação ao trabalho de assistentes sociais. Neste sentido, a concepção e execução tem o mesmo grau de relevância na caracterização do seu trabalho.

Um setor com pouquíssimos profissionais, submetidos a intensificação, racionalização do trabalho e a multifuncionalidade (CESAR, 2006), depende do engajamento do trabalhador, que se dá a partir da captação da sua subjetividade, que também é característica da organização do trabalho no capitalismo (ANTUNES, 2018).

O trabalho do assistente social na SAPED é, portanto, tangenciado pela lógica da nova gestão da força de trabalho do atual contexto do capitalismo, em que a identidade do trabalhador não está atrelada apenas às suas especificidades, mas a sua capacidade de cooperar, indiscriminadamente, para a obtenção dos resultados do trabalho coletivo. Portanto, os trabalhadores são entendidos como o “representante” de um setor, são “colaboradores” da instituição, não respondendo apenas pelo seu cargo e função.

3.2 Multifuncionalidade ou aparente polivalência? A análise do trabalho do assistente social na SAPED

O objetivo desse tópico é analisar o trabalho do assistente social vinculado ao processo de trabalho coletivo no CEFET-RJ, onde é alocado na SAPED. A multifuncionalidade requerida ao trabalho do assistente social neste setor, defendida como sendo a hipótese dessa dissertação, será confrontada com o conceito da

“aparente polivalência” (NETTO, 2011), o que traz novos elementos para a análise desse trabalho.

A recente contratação de assistentes sociais no CEFET-RJ, como vimos anteriormente de forma mais detalhada, tem a ver com a admissão, por parte do Estado, de que um determinado público que começa a ingressar massivamente nesta instituição precisa ser selecionado, avaliado e monitorado, garantindo, minimamente, sua permanência na instituição. É nessa lógica que o profissional é requisitado a desempenhar seu trabalho na SAPED: selecionando quem poderá ingressar na Instituição, os que serão atendidos pelos serviços sociais disponíveis e monitorando sua trajetória naquela política pública.

Sendo parte de um trabalhador coletivo, a particularidade do trabalho do assistente social pode ser analisada a partir de dois vieses. O primeiro viés é interpretá-lo como exercendo a clássica função do Serviço Social, no horizonte do controle social, enquanto “fiscalizador da pobreza” (IAMAMOTO, 2014, p. 121). Portanto, a contratação de um grande número de profissionais se deu, sobretudo, para realizar avaliações socioeconômicas, tanto dos auxílios de permanência estudantil, quanto na política de cotas para ingressar na instituição. O assistente social é o único profissional que tem essa competência regulamentada na Lei n. 8.662/93 (BRASIL, 1993), que dispõe sobre o exercício da profissão, no seu artigo 4º, em que lhe atribui o estatuto de competência profissional.

Aliás, mais do que isso, entendemos que o assistente social não é apenas contratado para realizar a avaliação socioeconômica dos estudantes que se candidatam à realização de matrícula ou auxílios. Para além dessa clássica função, o assistente social também é contratado para ser o “responsável pela fiscalização da pobreza” pois, está implícito que ele deve gerenciar e executar todos os processos vinculados a essas duas atividades.

Art. 16 - Todo o processo seletivo do PAED, do PAEm, e do PAE, será realizado durante o prazo de vigência deste Edital e executado pela Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAE, no caso de estudantes matriculados no Campus Maracanã, ou no órgão equivalente e especialmente designado em cada Campus, que serão responsáveis pela seleção dos candidatos que preencham os requisitos exigidos pelo Art. 4º e, respectivamente, pelas seções II, III e IV do capítulo II.

Art. 18 O candidato deverá preencher corretamente o Formulário Socioeconômico de Inscrição – 2016, Anexo I deste Edital disponível no portal oficial do CEFET/RJ (<http://www.cefet-rj.br>), na Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAE, no caso de estudantes matriculados no Campus Maracanã, **ou no órgão equivalente e especialmente designado em cada Campus e entregar no mesmo local**, impreterivelmente dentro do período estabelecido

no anexo II, em seus horários de funcionamento, em envelope devidamente identificado, os documentos previstos no anexo III.

Parágrafo 1º **A conferência da documentação no momento da inscrição ficará a critério dos setores envolvidos e de sua disponibilidade**, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação completa da documentação exigida no anexo III, entre os dias XXX, conforme cronograma disposto no anexo II deste edital, sob pena de indeferimento do pleito.

Art. 19 - **Os setores envolvidos no processo indicado no Art. 16 deste Edital, havendo necessidade, poderão convocar alguns candidatos**, e se menores, com seus responsáveis, para comparecerem pessoalmente à Instituição a fim de apresentarem documentos ou/e informações complementares ou para que sejam esclarecidas possíveis dúvidas com relação aos documentos apresentados. O não comparecimento do candidato (e seu responsável, se for o caso), sem a devida justificativa, implicará no indeferimento do pleito. (CEFET, 2016, grifo nosso)

Percebe-se, que o documento acima não cita diretamente que é o assistente social que deverá realizar exclusivamente todo o trabalho. Há o entendimento de que um setor fará o trabalho. No entanto, em 2016, a SAPED contava com apenas dois servidores. Nota-se que nos Campi, nem o setor responsável é nominalmente citado, uma vez que não existe uma unidade em relação a organização dos setores no CEFET-RJ. Na vivência do cotidiano profissional, sobretudo em reuniões com os colegas de profissão, em especial, os que estão alocados nos Campi (que trabalham em equipes reduzidas, ou até mesmo sozinhos) que existe uma ideia de que o assistente social é confundido com a própria assistência estudantil nas unidades em que trabalham. Ao nos debruçarmos sobre o documento, entendemos o motivo: com setores que contam com um trabalhador coletivo pouco complexo, há uma expectativa de que determinadas pessoas absorvam sozinhos determinados trabalhos. Por isso, trata-se aqui do assistente social como o “responsável pela fiscalização da pobreza”.

No mesmo caminho está a análise socioeconômica de candidatos das matrículas de cotas (Lei nº 12.711/2012) (BRASIL, 2012), o edital não diz qual é o profissional, nem o setor que fará a análise dos candidatos, mas fica implícito que é o assistente social, até porque, ainda que no início do documento se mencione a “comprovação” de situação de renda, mais embaixo, coloca-se “análise socioeconômica”.

Os candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo deverão comprovar essa condição por meio da seguinte documentação: - comprovante de rendimentos do candidato e dos demais componentes da família (residentes no mesmo imóvel, com a mesma dependência financeira); ou cartão NIS (Número de Identificação Social) do responsável legal. - Documentos comprobatórios da situação socioeconômica, conforme relação a seguir; ou cartão NIS (Número de Identificação Social) do responsável legal

1. Para a realização da análise socioeconômica, considera-se: a) família, a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente

ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em uma mesma residência; b) morador, a pessoa que tem a moradia como local habitual de residência e nela reside na data de inscrição do estudante no concurso seletivo da instituição federal de ensino; c) renda familiar bruta mensal, a soma dos rendimentos brutos recebidos por todas as pessoas da família; d) renda familiar bruta mensal per capita, a razão entre a renda familiar bruta mensal e o total de pessoas da família (CEFET, 2019).

Especificamente sobre os programas de auxílio, o resultado da equação, de entender o assistente social como sendo a própria assistência estudantil, e de que esta é reduzida apenas aos auxílios financeiros, tem como resultado a ideia de que esse profissional deve dar conta de todo o trabalho que envolve a concretização do acesso a este benefício, que conta com diversas etapas, que vai desde o trabalho intelectual de pensar e propor o edital baseado nas demandas dos usuários, na realização de entrevistas e pareceres sociais, e na seleção e exclusão de alunos, até o enorme trabalho burocrático, como, por exemplo, a recepção e verificação de documentação, construção de planilhas, verificação de pendências documentais, entrega de documentação para abertura de conta corrente.

Sabendo que o volume de trabalho com os programas de auxílio é enorme, todos os anos a Diretoria de Extensão (DIREX) – que é a diretoria responsável pelos programas de bolsas - envia um e-mail aos diretores de Campi ressaltando a importância da participação de mais servidores para “ajudar” na realização desse trabalho. Em Itaguaí, isso resulta nos próprios servidores da SAPED trabalhando para cumprir as etapas do edital.

Em relação as matrículas de cotas, o setor, entendendo a emergência da atividade, ou seja, que as documentações precisam ser analisadas e no mesmo dia precisa haver o resultado de deferimento do pleito, o setor coopera para que essa atividade seja realizada, mas entendendo o assistente social como o responsável por ela.

Não queremos dizer que ser o responsável pela assistência estudantil ou pela análise de candidatos das “cotas de renda” seja um aspecto incompatível com as atribuições e competências do assistente social na instituição, ao contrário. Entendemos que este profissional talvez seja o mais capacitado⁴² no CEFET-RJ para

⁴² Basta ver o perfil profissional dos assistentes sociais do CEFET-RJ, traçado por Smith (2015), em que nos deparamos com uma categoria profissional com perfil generalista, formada em universidades públicas, a metade deles com mestrado.

assumir esse papel⁴³. A questão é que existe uma diferença entre ser o responsável - que se vincula a uma ideia de liderança desse trabalho, baseada nas competências profissionais - e executar todos os trabalhos a ela vinculados.

Portanto, analisando apenas o trabalho do assistente social com os programas de auxílio estudantil, já consideramos que esse profissional vem atuando como um trabalhador multifuncional. A realização dessa atividade é de responsabilidade do assistente social, que divide algumas etapas com a equipe de trabalho, por conta do alto volume de trabalho. Como mencionado no tópico anterior, nosso entendimento é de que a avaliação socioeconômica dos candidatos a matrícula de cotas é competência profissional. A ressalva é de que há um grande volume de candidatos para serem analisados no mesmo dia. No entanto, nota-se que há espaço para uma mudança da metodologia da análise, sendo necessário um diálogo com o setor de concursos.

O segundo viés em relação ao trabalho do assistente social na SAPED, se vincula com o que Almeida (2007) aponta sobre o reconhecimento por parte do Estado de que as expressões da questão social rebatem na escola, ainda que sejam vistos como “problemas sociais individualizados” que precisam de uma equipe especializada para serem “resolvidos”. Cabe lembrar que o setor não tem uma definição oficial sobre suas funções, o que é um problema para sua atuação, à medida que fica vulnerável a diversas e particulares interpretações sobre suas atribuições. É preciso que os servidores disputem esse lugar na instituição, o que só será efetivo de forma sistêmica, uma vez que a SAPED é um setor que existe em todas as Campi, ainda que conte com diferentes composições da equipe.

A multiplicidade de fatores em relação ao “novo público” do CEFET-RJ explica a formação ampliada do setor pedagógico. Admitindo a complexidade da realidade social que se manifesta na escola, é compreensível que o setor pedagógico englobe, além de pedagogos, outros profissionais, como assistentes sociais e psicólogos, para compor a equipe. Ou seja, a diversidade da composição da equipe é compatível com a complexidade experimentada na materialidade da vida social. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que, embora seja prevista uma diversidade quanto aos cargos, no Campus Itaguaí, a SAPED, nunca teve uma equipe completa.

⁴³ No entanto, cabe ressaltar, que o assistente social não ocupa o cargo de diretoria, nem de chefia na DIREX.

Essas questões são cruciais para entender a alocação da maioria dos assistentes sociais nas SAPED's e não em setores específicos de Serviço Social, por exemplo. Essa configuração do setor é a que vai operacionalizar uma política que amplia o acesso, engloba um novo público alvo e novas demandas, que redinamizam a Instituição, que, por sua vez, precisa trabalhar no sentido de buscar atendê-las (ainda que minimamente), mas que não é universal.

Assim, a SAPED é o setor que vai selecionar e atender os estudantes que precisam ser “assistidos mais de perto” pela Instituição. Dessa forma, serão selecionados os estudantes que precisam de algum tipo auxílio estudantil ou atendimento social, apoio pedagógico, suporte psicológico, dentre outras demandas. O público alvo do atendimento é, prioritariamente, os estudantes cuja Instituição precisa exercer um determinado tipo de “controle” a fim de tentar garantir sua permanência, mitigando as possíveis tensões dessa relação.

O trabalho do assistente social, neste horizonte, tem a ver com a questão trazida por Iamamoto (2014), que entende que é típico do capitalismo a busca pelo “consensus social”. É preciso uma unidade mínima no que se refere a aceitação dessa ordem social, política e econômica pela sociedade. Não havendo sociedade baseada exclusivamente no uso da violência, se faz necessário recorrer a distintos “mecanismos normativos e adaptadores que facilitem a integração social dos cidadãos e a redução do nível de tensão que permeia relações antagônicas” (IAMAMOTO, 2014, p.115). Sendo o Estado a principal força do exercício do controle social, se faz necessário uma intermediação entre ele e os usuários dos serviços. O Serviço Social é uma das tecnologias utilizadas na operacionalização de medidas de controle social. Nas palavras da autora:

O controle social não se reduz ao controle governamental e institucional. É exercido, também, através de relações diretas, expressando o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente. Entre esses agentes institucionais encontra-se o profissional do Serviço Social (IAMAMOTO, 2014, p.116).

Portanto, a reflexão da autora sobre a função social da profissão na reprodução das relações sociais vigentes, ajuda a pensar e a desvelar as requisições do trabalho do assistente social junto à SAPED, e a entender que elas vão ao encontro de demandas sociais e institucionais que são transversais à profissão nessa sociedade, portanto, são demandas “clássicas” ao Serviço Social.

No entanto, o ponto crucial para o entendimento desse trabalho é que ele é exercido num setor, cuja equipe de trabalho possui menos trabalhadores do que se prevê em organograma. Na realidade, em mais da metade do tempo se trabalhou com apenas dois profissionais. Ou seja, o trabalhador coletivo na SAPED possui um baixo grau de complexidade. O que resulta na intensificação e na racionalização do trabalho (CESAR, 2006) do assistente social, e da equipe de forma geral.

Sendo assim, na ausência de uma equipe de trabalho completa e complexa, os trabalhadores que a compõe precisam dividir o trabalho entre si, para que as atividades possam acontecer dentro dos prazos previstos. Nesse sentido, o trabalho é realizado por prioridades do setor, e não por prioridades de cada profissional dentro de suas especificidades. Há, então, uma discrepância entre o que é previsto na política e a realidade material na operacionalização das políticas sociais que rebate no CEFET-RJ/Itaguaí, influenciando diretamente no processo de trabalho em que se encontram assistentes sociais, e que impõe algumas questões para a categoria profissional, sobretudo, no que se refere a atribuição e competência profissional (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p.75).

Especificamente no que se refere a assistentes sociais a premissa é de que, nas equipes pedagógicas, o assistente social não perca a sua especificidade, mas, em determinadas atividades o profissional é solicitado a assumir um trabalho indiferenciado. Dessa forma, entende-se que o valor de uso (MARX, 2017) do assistente social é fundamental para o desempenho de seu trabalho na SAPED, afinal, suas atribuições privativas e competências dependem dessa característica. Mas o valor de troca, para a SAPED, exige a sua capacidade de realizar trabalhos genéricos e indiferenciados. Marx (2017) já apontava para a preponderância do valor de troca do trabalho no modo de produção capitalista.

Não havendo documento que condense nem as atribuições do setor, nem as atribuições do assistente social e na ausência de um projeto de intervenção explícito do setor, os servidores ficam vulneráveis às exigências das chefias e da emergência das questões do cotidiano, portanto, de prazos e editais que estabelecem que o trabalho deve ser feito, mas não atribui seu resultado a nenhum profissional.

Deste modo, a cobrança por um trabalho multifuncional não se materializa em nenhum documento. Trata-se de um aspecto implícito que, a nosso entender, também envolve a subjetividade dos servidores. A responsabilidade sobre a realização das atividades do setor, a partir do momento em que são divididas entre esses servidores,

acabam sendo a responsabilidade de todo o setor. Essa forte imbricação na cooperação entre os servidores para a realização das atividades nos remete a um comportamento engajado (TAUILE, 2001) do trabalhador nesse momento de reestruturação flexível, que traz rebatimentos para o trabalho no âmbito do Estado.

A “concepção gerencial e a mentalidade empresarial” (TAUILE, 2001), que ensejam o consenso entre empregador e empregado, se materializam no CEFET-RJ através do PDI (que, como se viu, enfoca na figura do servidor o sucesso pela eficiência da instituição) se reflete na forma com que esse trabalhador internaliza as demandas institucionais. Ressalta-se que o desempenho do servidor será avaliado institucionalmente, podendo ou não progredir na carreira, a partir de critérios que relacionam a sua capacidade de colaborar com o setor, quando, no artigo 23 da resolução 57/2018 sobre o Regulamento de Avaliação em Desempenho do CEFET-RJ, informa que “iniciativa, produtividade e responsabilidade” são critérios de avaliação, por exemplo. O que se quer enfatizar é que, sem definições sobre o setor, cargos e atribuições, esses fatores serão avaliados sob condições não muito claras.

Entendemos que o fato desse profissional ser identificado como o “responsável” pelas bolsas, ou o “representante” da SAPED traz à tona a ideia de um trabalhador comprometido integralmente com o trabalho, engajado com a Instituição (TAUILE,2001). Entendemos que esse é um fator que contribui para um trabalho multifuncional à medida em que o engajamento parece atribuir ao trabalho a noção de causa, portanto, engajar-se no serviço público significa “aderir a causa do bem comum” e, para isso, é necessário que o trabalhador faça tudo o que estiver ao seu alcance.

TAUILE (2001) chama atenção para a transitoriedade das qualificações que se requer da força de trabalho na atual conjuntura da gestão do trabalho, com uma tendência de rompimento com a clássica separação entre execução e concepção nos processos de trabalho. O que explica que o assistente social tenha tanto que trabalhar formulando os editais dos programas de auxílio estudantil quanto no exercício das funções burocráticas, por exemplo.

A análise do trabalho do assistente social passa, então, pela constatação da “precariedade subjetiva” (LINHART,2014), que enfatiza a “hiperpersonalização” do trabalhador no processo de trabalho. É necessário que se mobilize suas competências mais íntimas a fim de encontrar soluções para os objetivos do trabalho (LINHART, 2014, p. 52). Quando trabalhadores se veem sozinhos, precisam lidar com a

insegurança a respeito das suas competências profissionais. Ao mesmo tempo e que têm o sentimento de responsabilidade para que esse trabalho seja cumprido.

Não se pode esquecer que o assistente social é um profissional regulamentado por meio de legislação, sendo passível recorrer ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) para assegurar o cumprimento de suas atribuições e competências. Mas aqui entra uma outra questão: se estamos falando sobre um novo tipo de trabalhador, agora, com um “perfil engajado”, as questões subjetivas, como o senso de responsabilidade em relação ao trabalho da equipe, serão um fator decisivo em relação a tomada (ou não) daquelas medidas. Ou seja, mesmo que se saiba que é possível reivindicar o cumprimento exclusivo de atribuições privativas e competências profissionais, diante do contexto em que está inserido, sabendo das necessidades do setor, a preocupação do assistente social também perpassa essas questões.

É necessário incluir na problematização acerca da multifuncionalidade do trabalho do assistente social, os argumentos de Netto (2011) que, baseado na tese da existência de uma estrutura sincrética da profissão, reflete que prevalece uma ideia de “aparente polivalência” no exercício profissional. O autor aponta que por não ter especificidade, o assistente social entende o seu trabalho como polivalente, o que, segundo ele, não seria verdadeiro.

Sendo assim, a tese do autor vai de encontro com aquilo que se defende nessa dissertação que o trabalho do assistente social é requisitado como um trabalho multifuncional na SAPED. Na nossa interpretação, o trabalho multifuncional é possibilitado na SAPED porque, para além do reduzido tamanho do trabalhador coletivo, está incutido no trabalhador o ethos do engajamento ao trabalho (TAUILE, 2001) do contexto da reestruturação produtiva, fazendo com que as necessidades do trabalho sejam também as necessidades do trabalhador.

Quando se observa as atividades da SAPED, a maior parte requer a especificidade do trabalho do Serviço Social. São atividades que demandam ações dos cargos específicos. Por exemplo, quando se realiza a atividade “Papo Reto”, qualquer profissional pode desenvolvê-la, até mesmo, um profissional que não é do setor. No entanto, o seu desenvolvimento depende de um conhecimento prévio sobre o público alvo e um determinado domínio sobre os assuntos a serem abordados que só a SAPED tem. E, cada profissional vai acrescentar a essa atividade o olhar próprio da sua área de conhecimento. Portanto, essas atividades são enriquecidas, com o

que cada servidor adiciona a elas, e isso se vincula a elementos do seu campo de atuação.

Quando Almeida (2007) reflete sobre a inserção de assistentes sociais nas escolas, e pontua que, os rebatimentos da questão social não podem ser enfrentados apenas pelos professores, está se pressupondo que nenhum profissional dará conta sozinho desse enfrentamento, por isso, a existência de um setor como a SAPED.

Cabe lembrar que, os poucos documentos que dialogam com trabalho da SAPED são inespecíficos, por vezes, não mencionam sequer esse setor como o que realizará o trabalho. E isso traz consequências para os servidores cujos trabalhos são afetados por eles. É como se os documentos tratassem dos seus servidores indefinidamente. Neste sentido, quando se depara com atividades com grande volume de trabalho a ser desenvolvido em um curto prazo de tempo, e que são regidas por documentos (edital dos programas e manual do aluno, respectivamente) que envolvem diretamente os atores da SAPED, em especial, os programas de auxílio estudantil e os conselhos de classe, a própria equipe de trabalho divide entre si as atividades, introjetando em si a característica inespecífica dos documentos.

Ao mesmo tempo a especificidade dos cargos faz com que seja atribuído a alguns servidores a responsabilidade por determinadas atividades. O assistente social como o “responsável pela fiscalização da pobreza”, então, se vincula a ele todas as atividades que envolvem esse processo. Na impossibilidade de cumprir o prazo do edital realizando-as sozinho, recebe a “colaboração” da equipe de trabalho, em etapas que não são sua atribuição. O mesmo ocorre nos COC. Na impossibilidade, de prepara-los sozinho, o pedagogo precisava dividir com o setor essa atividade, ainda que ele seja entendido pela equipe como o responsável por ela.

A diferença é que, quando se trata de COC, a própria instituição estabelece a figura do “representante” da SAPED, que responsabiliza todos os servidores do setor para contribuição da realização dessa atividade, inclusive, presidindo o COC, se for necessário. Entendendo que no ano de 2018 e 2019 sequer tínhamos pedagogo, essa tarefa precisou ser dívida totalmente com a equipe. Abaixo trechos do Manual do Aluno:

Art. 3º - O Conselho de Classe reunir-se-á conforme estabelecido no calendário escolar.

I - As reuniões do Conselho de Classe serão organizadas pela Divisão de Apoio Pedagógico (DIAPE) do Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET) na Unidade Sede ou pela Equipe Pedagógica nas Unidades;

III - O representante da Divisão de Apoio Pedagógico ou Equipe Pedagógica será o Presidente da reunião do Conselho de Classe. Art. 4º - No início do Conselho de Classe, será apresentado um relatório, feito por um membro da DIAPE ou Equipe Pedagógica, com base no resultado do levantamento e conclusões dos itens abaixo, após consulta prévia aos alunos da turma (CEFET-RJ, 2005).

Segundo Netto (2011) a confusão da categoria profissional, que entende o trabalho como polivalente, remonta à natureza medularmente sincrética da profissão (NETTO, 2011, p. 92).

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua forma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social (NETTO, 2011, p.92).

O autor atribui a três fundamentos, a estrutura sincrética da profissão: o primeiro é o “universo problemático” em que são apresentadas suas demandas históricas, ou seja, o fato do Serviço Social ser convocado a trabalhar com as expressões da “questão social” (NETTO, 2011, p.92/93). Segundo o autor, esse termo possui uma “multiplicidade problemática”, que, por conta das múltiplas refrações da questão social, pode gerar o entendimento de que todos os segmentos da vida social são passíveis da intervenção profissional do assistente social. Netto (2011, p.93), aparentemente, entrega um tom depreciativo a definição sobre o trabalho do assistente social, a medida em que informa que “qualquer” segmento pode ser “recortado” para atuação do Serviço Social. Ao mesmo tempo, o autor não oferece nenhuma definição alternativa.

Outra questão levantada é em relação a apreensão fragmentada da questão social. Sendo convocado a intervir sobre alguns aspectos daquela refração, a partir de políticas sociais, sob uma “ótica preventiva/corretiva”, o assistente social deve responder aos fenômenos que se lhes apresentam e a sua profissionalidade é medida através da possibilidade de responder as expressões “caleidoscópicas” da questão social, e que possuem diversos eixos de atuação, realizando procedimentos burocráticos-administrativos que os desvinculam.

Um outro fundamento é que “o horizonte” da intervenção profissional é o cotidiano e o seu material é a “heterogeneidade ontológica do cotidiano” (NETTO, 2011, p. 95-96). Neste sentido a funcionalidade histórico-social da profissão se encontra em ser uma “tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da

cotidianidade de grupos sociais determinados para ressitua-los no âmbito desta mesma estrutura do cotidiano” (NETTO, 2011, p.96). Ou seja, o cotidiano e suas questões emergenciais são o ponto de partida e de chegada do horizonte do exercício profissional, tendo em vista as exigências institucionais, e o profissional não consegue dele se desvincular.

Não é possível discordar do autor quanto ao contexto e horizonte sincrético que atravessam o trabalho do assistente social, que é chamado a intervir em políticas sociais fragmentadas e voltadas para a “resolução dos problemas do cotidiano”. No entanto, o trabalho multifuncional, que defendemos como sendo uma requisição profissional, passa pela mediação de um trabalhador inserido num trabalho coletivo, e as formas de gestão desse trabalho rebatem no exercício profissional do assistente social. Ou seja, quando nos deparamos com documentos que entendem os trabalhos de forma inespecífica, isso gera uma requisição igualmente inespecífica para o trabalhador coletivo, em que está inserido o assistente social.

Os dois fatores apontados acima pelo autor implicam no terceiro ponto sobre o fundamento da profissão, que é a “modalidade específica de atuação” (NETTO, 2011, p.92) em que o foco está na sua “função executiva” (NETTO, 2011, p.96), de “manipulação de variáveis empíricas” (NETTO, 2011, p.97), a ponto de que se a intervenção profissional não culmina em tal manipulação, sua atuação é vista como “inconclusa” (NETTO, 2011, p.97).

O autor vai além e entende que o fundamento sincrético da natureza da profissão rebate numa “prática indiferenciada”, que não assumiu uma “operacionalização prática” verdadeiramente distinta da protoforma da profissão. Ou seja, ainda que idealmente a profissão tenha estabelecido uma nova forma de inserção do assistente social nas instituições, profissionalmente, não se percebeu alterações consideráveis quanto aos “resultantes” da sua nova inserção.

Os pontos destacados por Netto (2011) apontam o que é a principal requisição pelo trabalho do assistente social: a sua função executiva que deve atender às expressões difusas da questão social para recoloca-las sem perder de vista a sua atuação sobre o cotidiano. Em outras palavras, a requisição institucional por esse trabalhador deve responder apenas as questões mais emergenciais do cotidiano, e para isso, é necessário, segundo a lógica do contratante, apenas a “manipulação de variáveis empíricas”. Na realidade, a função executiva é, sem dúvida, a maior requisição para o trabalho da SAPED, não apenas para o assistente social. Tanto é

que todos os servidores precisam se dividir nas atividades, em especial, naquelas que demandam um trabalho burocrático e indiferenciado. No entanto, muitas atividades que dependem da manipulação das variáveis empíricas, dependem antes, de um trabalho de concepção. É o caso dos programas de auxílio, por exemplo.

Ao longo dessa dissertação constatamos que para o atual mercado de trabalho, as funções de concepção e execução estão sendo demandadas ao mesmo trabalhador (TAUILE, 2001). E isso também se nota no trabalho do assistente social na SAPED. Não fosse assim, a operacionalização das bolsas não seria possível, uma vez que os programas de auxílio precisam ser pensados, antes de serem operacionalizados.

Mas a interlocução com Netto (2011) aponta algo importante: a demanda pelo trabalho de concepção do assistente social na SAPED pode estar sendo entendida pela instituição, como uma função auxiliar da função executiva. Neste sentido, a “função executiva”, para o CEFET-RJ ainda é a mais importante. Havendo, então, uma discrepância entre como o assistente social e a instituição percebem esse trabalho.

Portanto, de um lado o assistente social entende seu trabalho como sendo requerido como multifuncional, abarcando atividades que implicam tanto a concepção e a execução de atividades que podem envolver ou não envolvem suas competências. Ao passo que a instituição, reduz esse cenário às funções executivas do profissional, portanto, a função de concepção, acaba sendo entendida simplesmente como uma função subsidiária da execução; e aquilo que o profissional entende como não sendo sua competência, a instituição entende como sua principal função.

Netto (2011) acredita que a “prática indiferenciada” se deve a dois fatos: às condições do exercício profissional e a funcionalidade do Estado na maneira de responder as expressões da “questão social”. (NETTO, 2011, p.100). Para o autor, a sociedade burguesa instaura uma falsa objetividade no padrão fenomênico de suas relações, alicerçado por uma razão teórica capaz de validá-lo. Portanto, a forma de pensar e de intervir na realidade possui uma positividade própria dessa sociedade que não supera a imediaticidade, e esse sequer poderia ser o seu objetivo, tendo em vista que se trata de uma profissão cuja a gênese se vincula ao capitalismo monopolista.

Para Netto (2011), os fundamentos para as crises de identidade da profissão são: por um lado os usuários validam a identidade profissional a partir do ponto de vista das suas protoformas. Por outro lado, os contratantes legitimam a profissão à medida em que os profissionais consigam responder aos seus objetivos. Isso resulta,

para o profissional, em dúvidas acerca da sua especificidade, que, por vezes, justificam o fato, a partir da explicação de uma requisição difusa ou polivalente. Ou seja, por não ter uma identidade profissional consistente pensa-se existir uma requisição polivalente para o exercício profissional.

Sobre a tese de Netto (2011), pesam algumas críticas elaboradas por Iamamoto (2011). Cabe destacar a principal delas: segundo a autora, o autor parece desconsiderar o trabalho do assistente social como trabalho, ou seja, uma atividade remunerada pela qual, através de um contrato de trabalho (ou termo de posse, no caso do serviço público), o profissional assume seu cargo tendo em vista as condições (e expectativas e demandas) de exercício profissional impostas pelo empregador. O que a autora nos aponta é que os fundamentos do sincretismo são, na realidade:

[...]determinantes indissociáveis do ordenamento social sob a égide do capital: a questão social e suas refrações que impregnam a totalidade das expressões da vida cotidiana; as ações direcionadas a reproduzir e sancionar a heterogeneidade ontológica do cotidiano, por meio da manipulação das variáveis empíricas- interferir para re-arrajar no âmbito da vida cotidiana-, visto que as políticas sociais não têm poder de reverter às desigualdades e não são capazes, pela sua própria natureza, de propiciar a suspensão da cotidianidade nos níveis da vida destacados pelo autor: a arte, a ciência, o trabalho criativo (IAMAMOTO, 2011, p. 280).

Não entender o exercício profissional do assistente social como trabalho, é o principal limite do diálogo dessa dissertação com o autor. O principal argumento sobre o trabalho multifuncional do assistente social é a sua inserção num trabalho coletivo pouco complexo. Ou seja, ainda que se admita que as questões que envolvem a especificidade sobre a profissão possam ser consideradas como um dos fatores ao exercício de uma “prática indiferenciada”; o que se defende aqui é que esse trabalho sofre as consequências que alteram a dinâmica do gerenciamento da força de trabalho no atual estágio do capitalismo. Neste sentido, tendo assumido a característica do engajamento, própria da acumulação flexível, o assistente social abarca competências que não são as suas, uma vez que ele é partícipe de um trabalho coletivo, e o sucesso do setor em que está inserido, depende da sua “contribuição” na realização das atividades.

Os argumentos do autor (NETTO, 2011), ainda que compreendam que os problemas da “prática indiferenciada” sejam exógenos ao Serviço Social, são trazidos para o âmbito da profissão, de modo que parece que a profissão tem que resolver um problema que não é criado por ela. Quando se compreende que esses problemas são próprios de um trabalho, e da consequente relação de assalariamento,

e que a profissão é perpassada por relações contraditórias, compreende-se que o exercício profissional está subordinado à lógicas que não são desenhadas pela categoria profissional.

No entanto, em outro texto, Netto (1996) reconhece que novas conjunturas societárias implicam em alterações profissionais, que podem fazer surgir, inclusive, novas atividades ou ramos profissionais no âmbito do Serviço Social. Nesse sentido, o autor cita a passagem do modelo fordista-keynesiano para a era da globalização econômica e de flexibilidade capitalista; as mudanças no nível social e as alterações na composição das classes sociais e da emergência de novos protagonistas em especial mulheres e jovens; as alterações do mundo do trabalho e a tendência do “trabalho autônomo” (NETTO, 1996, p.94); as mudanças a respeito do redimensionamento do Estado burguês com a diminuição da sua ação reguladora.

Como apontou Iamamoto (2011, p. 281), Netto (1996) estabelece um tratamento diferenciado em relação à “prática profissional”, na comparação com o texto anteriormente citado. Agora, o autor percebe o exercício profissional tensionado pelos distintos projetos de classes vigentes na sociedade. Reconhece também a existência de uma nova dinâmica trazida ao mercado de trabalho, em que sua preocupação não é a “preservação de espaços profissionais”, nem mesmo “o atendimento ou não das suas demandas” (NETTO, 1996, p. 123), mas sim no fato de entendê-la sob a ótica de novas competências e de como respondê-las.

Mas a afirmação sobre novas competências, segundo o autor, depende da qualificação da intervenção profissional, no horizonte do projeto ético político do Serviço Social. A preocupação do autor é em relação a qualidade do exercício profissional, frente às novas demandas do mercado de trabalho. Neste sentido, Netto (1996) entende como necessária uma formação profissional contínua, dando acesso aos profissionais já formados a se afinarem com as novas questões colocadas pelo mundo do trabalho. Netto (1996) também entende que no âmbito da graduação, a formação de novos profissionais precisa ser repensada para atender as novas requisições do mercado. Para isso, a melhor saída seria a manutenção do perfil generalista, exigindo uma especialização para o exercício profissional.

Dessa forma, além de não negar as tendências do mundo do trabalho que tencionam e atingem a profissão, Netto (1996) se preocupa com a maneira de enfrentá-las. Ou seja, sua preocupação não repousa apenas na nova dinâmica do

trabalho, mas sim, nas ferramentas para tencioná-las, deixando tácita a ideia de que a categoria deve encará-las como uma realidade.

Novas competências profissionais são os sinais do tempo convergindo na profissão, mostrando que ela tem legitimidade. A questão é pensar quais serão as respostas mais qualificadas, do ponto de vista técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político, afinal, a “resposta direta, pura e simples, instrumental-operativa, às demandas do mercado é o caminho mais rápido para a neutralização dos conteúdos críticos da cultura profissional” (NETTO, 1996, p.123-124).

Para o autor, só será possível entender as novas questões que circundam a profissão como ganhos profissionais, se o Serviço Social conseguir antecipá-las, analisando teoricamente as tendências implícitas que se colocam no mercado de trabalho. Para isso é necessária uma forte conexão entre formação e campos de intervenção, entre “vanguardas acadêmicas e a massa dos profissionais” (NETTO, 1996, p.109).

Ainda que o autor não tenha invalidado a tese do sincretismo profissional (NETTO, 2011), em outro momento Netto (1996) admite que as tendências do mundo do trabalho tangenciam a profissão e devem ser encaradas como novas competências profissionais (NETTO, 1996). Se num primeiro momento o autor (NETTO, 2011), apresenta uma reflexão que a princípio vai de encontro com a nossa principal hipótese, a de que o assistente social é chamado a realizar, frente a falta de outros atores do trabalho coletivo, um trabalho multifuncional. Em momento posterior, abre-se espaço para tal reflexão (NETTO, 1996), ainda que, é preciso ressaltar, o autor não tenha explicitado diretamente a questão da multifuncionalidade nessa nova abordagem.

Cabe abordar algo sobre a especificidade do Serviço Social e, aqui, os dois autores parecem convergir, mas não sem também divergir. Tanto Netto (2011) quanto lamamoto (2014) entendem que o assistente social trabalha respondendo às refrações da questão social. Uma das críticas do texto de Netto (2011) é que o Serviço Social é uma profissão inespecífica, o que causa uma crise de identidade profissional. lamamoto (2014, p.87), por sua vez, reconhece que há uma “indefinição ou fluidez do ‘que é’ ou do ‘que faz’ o Serviço Social”, mas, para ela, esse é o aspecto positivo da profissão porque é o que possibilita a ultrapassagem das demandas meramente institucionais. Nota-se que, se a indefinição da profissão é um ponto em comum entre os autores, os entendimentos sobre esse aspecto são contrários, uma vez que o

primeiro entende que essa situação gera uma crise nesta categoria profissional, ao passo que a segunda a percebe como sendo a que dá margem à ampliação de seu campo de atuação.

Tendo em vista que o mundo do trabalho possui uma tendência à desespecialização do trabalhador (ANTUNES,2007), o Serviço Social, como profissão “fluida e inespecífica”, com certa “imprecisão” em relação à delimitação das suas atribuições (IAMAMOTO, 2014, p.129), pode apresentar um perfil que responde adequadamente ao que o mercado de trabalho almeja. E, talvez, o trabalho na SAPED possa ser interpretado dessa maneira. Na ausência de um trabalhador coletivo complexo, o assistente social, com características profissionais “imprecisas”, e, já tendo internalizado subjetivamente as exigências institucionais, corresponde a elas de uma forma favorável.

Através das reflexões trazidas pelos autores, sugerimos que é possível que o Serviço Social precise lidar, então, com dois tipos diferentes de “multifuncionalidade”: a primeira é a “aparente polivalência” defendida por Netto (2011) causada por uma confusão a respeito da identidade profissional, e a outra é a multifuncionalidade própria da nova dinâmica entre capital e trabalho que exige novas habilidades ao trabalhador.

Para todas as competências profissionais, novas ou antigas, é necessário que o profissional esteja qualificado para respondê-las, sem perder de vista o norte profissional balizado pelo Projeto Ético Político do Serviço Social. Para Netto (1996, p.128) é necessário que o exercício profissional siga caminhos que “transcendam o horizonte da ordem do capital”. Mas, é preciso enfatizar que transcender ao mercado é uma ideia que não pode ser encarada a despeito da análise das condições objetivas de trabalho, caso contrário, ela se coloca muito distante da realidade vivida por profissionais nos seus exercícios profissionais.

Ao mesmo tempo, sendo uma profissão cuja trajetória se pauta pela fluidez do perfil de seus profissionais, sendo os assistentes sociais “técnicos em relações humanas por excelência” (IAMAMOTO, 2014, p.124) é factível que a própria categoria profissional venha acumulando experiência na vinculação dessas características, e elas apenas precisam ser socializadas e analisadas à luz do acúmulo de conhecimento do Serviço Social, para que se possam desvelar os horizontes profissionais da categoria profissional e afiná-los com o projeto ético político profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é fácil ter o próprio trabalho como objeto de estudo. Esse é o primeiro apontamento que se chega ao finalizar a dissertação. Isso acontece porque a forte implicação entre o pesquisador e o objeto traz momentos desconfortáveis ao pesquisador, sobretudo, porque a pesquisa trata do trabalho do assistente social a partir dos meandros do cotidiano. E o cotidiano confunde, mas, também serve de ponte para o conhecimento. Conhecer o trabalho do assistente social para compreender os requisitos, as possibilidades e o limite de sua atuação é uma necessidade que depende da cooperação de toda a categoria profissional.

A imbricação entre objeto e pesquisador é, seguramente, um dos maiores limites dessa dissertação, porque trata-se de uma análise que parte de uma experiência e, conseqüentemente, de um ponto de vista sobre o trabalho, muito particulares.

O ponto de partida dessa dissertação, e toda a argumentação construída ao longo dos capítulos, se colocam no sentido da defesa de que ao assistente social é requisitado um trabalho multifuncional junto ao trabalho coletivo da SAPED. Para além do valor de uso da profissão, sobretudo, para suprir a falta de servidores do setor em que o profissional está alocado, a condição de assalariamento requer que esse trabalhador assuma um trabalho multifuncional (CESAR, 2006, p.136), ou seja, um trabalho que tem a característica de apresentar a “interdependência de responsabilidades e a capacidade de absorver novas atividades”.

Chamamos atenção, portanto, para o fato de que a multifuncionalidade está vinculada a uma experiência profissional que se depara com um trabalhador coletivo pouco complexo. Ou seja, essa característica ocorre porque o setor em que o assistente social está alocado possui, na maior parte do período analisado, muito menos trabalhadores do que o que prevê a própria instituição. Não sendo possível, portanto, estender essa característica a todos os trabalhos profissionais em equipes pedagógicas.

A fim de perseguir os objetivos, a dissertação se dividiu em três capítulos. No primeiro, foi possível compreender a discussão crítica sobre a categoria trabalho. Portanto, entendeu-se que o trabalho é uma atividade social e coletiva, que, capturada por esse modo de produção, passa a ter uma racionalidade que subordina a força de trabalho. Dessa forma, cada momento desse modo de produção apresentará

condições específicas da realização do trabalho. Isso deu suporte para que se compreendesse o contexto em que se deve compreender a profissão e as requisições profissionais na atualidade. Especificamente sobre a multifuncionalidade, entende-se que essa característica passa a ser requerida do trabalhador, no momento de reestruturação produtiva, que deve se adaptar às necessidades “flexíveis” dos processos produtivos.

No segundo capítulo, tratou-se das bases materiais que requerem, definem e sustentam o trabalho do assistente social no CEFET-RJ. Portanto, o capítulo versou sobre as políticas sociais no capitalismo, em especial, nos governos petistas, em que se percebe que seu perfil não dá conta de tratar todas as expressões da questão social, mas sim, a um público que se apresenta em “situação de vulnerabilidade”, com programas fragmentados; como a forma de gestão das empresas se inseriram no serviço público através do gerencialismo, que, em última instância, responsabiliza o servidor pela eficiência desse setor, portanto, o gerencialismo é uma das formas da captura da subjetividade do trabalhador, que molda a sua relação com o trabalho e as condições em que o trabalho é realizado; e qual o contexto recente da política de educação que recrutou assistentes sociais, ou seja, alguns fatores foram determinantes para a contratação desses trabalhadores, e, com eles se observa que a dinâmica do trabalho gira em torno do atendimento à um público alvo, que esteve historicamente alijado da possibilidade de ingressar na instituição, portanto, considera-se que as demandas para o assistente social passam pela permanência estudantil em amplo sentido.

No terceiro capítulo, fez-se uma análise do trabalho do assistente social na SAPED, situado num processo de trabalho coletivo, vinculando-o às categorias teóricas debatidas nos primeiros capítulos. Posteriormente, teceu-se uma discussão que se contrapunha à hipótese defendida sobre o trabalho multifuncional. Se observou que, tendo em vista a baixa complexidade do trabalhador coletivo, o assistente social realiza um trabalho multifuncional. Em especial, em atividades que demandam um grande volume de trabalho que precisam ser desenvolvidas por prazos estabelecidos em documentos (edital dos programas de auxílio e matrícula de “cotas” e manual do aluno, respectivamente).

Dessa forma, entendemos que a particularidade do trabalho do assistente social na SAPED no CEFET-RJ, a partir do contexto de expansão da Rede Federal de Ensino, durante o período de 2014 até 2019 - quando o trabalho coletivo se

formulou, em mais da metade desse período com menos da metade dos servidores previstos para compor o trabalho coletivo – é que se exigiu do profissional, além da especificidade do cargo, a sua utilização como um trabalhador multifuncional.

Um dos objetivos traçados nesta dissertação era analisar a relação entre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e seus efeitos no trabalho do assistente social alocado na Seção Pedagógica do CEFET-RJ. Aqui cabem alguns esclarecimentos. Este objetivo tinha como pressuposto, que o trabalho do assistente social na SAPED teria relação exclusiva com a PNAES, quando, essa relação pode até ser considerada prioritária, mas não exclusiva, uma vez que outros fatores influenciaram para a contratação desses profissionais. No segundo capítulo chegou-se à consideração que, a alocação de assistentes sociais na SAPED, se deu pela associação de três fatores: a lei nº 11.892/2008, sobre a expansão da rede federal de ensino; o decreto nº 7.234 de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil estabelecendo condições mínimas de permanência aos estudantes pobres; e a lei nº 12.711/2012, a chamada “lei de cotas”, que, a partir de 2013, fez ingressar massivamente nesta Instituição frações da classe trabalhadora que estavam à margem desse processo.

Como vimos no terceiro capítulo, o CEFET-RJ recebe um “novo público” que precisa ser “monitorado” pela instituição, para que, em última instância, o investimento público realizado na ampliação da instituição seja, minimamente, bem-sucedido. Portanto, havia a necessidade de um setor que pudesse fazer a mediação entre as demandas desse novo público e os recursos institucionais existentes. É, a nosso ver, essa a lógica da contratação de profissionais como os assistentes sociais para trabalharem em equipes pedagógicas, sendo o PNAES (decreto nº 7.234), um dos fatores para a contratação de assistentes sociais, mas não o único.

Outro objetivo era realizar uma reflexão acerca da relação entre os rebatimentos da reestruturação produtiva e as requisições profissionais para assistentes sociais. É preciso pontuar que, entre a reestruturação produtiva e os rebatimentos para o exercício profissional do assistente social na SAPED, muitas mediações precisaram ser estabelecidas, e isso está materializado, nos dois primeiros capítulos. Cabe ressaltar que reestruturação produtiva muda a forma de gerir a força de trabalho no modo de produção capitalista, e, junto com o estabelecimento do neoliberalismo, trouxeram uma nova forma de gerenciamento do serviço público, acarretando mudanças para as requisições profissionais de todos esses profissionais,

inclusive, assistentes sociais. Portanto, a associação simplificada entre reestruturação produtiva e o trabalho do assistente social no âmbito do serviço público, como fizemos na introdução dos nossos objetivos, revela uma concepção muito estreita sobre esse processo, que pôde ser revista ao longo da dissertação.

O terceiro objetivo desta dissertação era o de examinar o processo de trabalho no qual os assistentes sociais se inserem na Seção de Articulação Pedagógica no CEFET-RJ, que se deu no último capítulo. Nesse sentido, entende-se que o trabalho do assistente social na SAPED apresenta características que se comparam as do trabalho nas empresas privadas, no que se refere ao gerenciamento da sua força de trabalho. O âmbito empresarial foi onde primeiro se observou, na literatura a respeito do Serviço Social, a multifuncionalidade (CESAR,2006) como uma das tendências postas ao trabalho dessa categoria profissional.

É importante ressaltar que o processo de trabalho coletivo na SAPED compreende uma grande diversidade de atividades, cuja característica é demandar um grande volume de trabalho, com prazos curtos para a sua realização, fatos que demandam que os profissionais se organizem seguindo uma determinada racionalidade: selecionando quais atividades são as suas prioridades. Portanto, na SAPED, outras duas características apontadas por Cesar (2006) também puderam ser observadas: a intensificação e racionalização do trabalho, que significam, respectivamente, o aumento das situações e do volume para as quais é requisitado . Cabe ressaltar que tudo indica que o que Cesar (2006) chama de “intensificação do trabalho”, Raichelis (2018) intitula “multiatividade”.

Merece destaque que, na SAPED, a “multifuncionalidade” (CESAR, 2006, p. 135-137) e a “intensificação do trabalho”, rebatem no trabalho do assistente social, tanto no que se refere ao trabalho simples, quanto ao trabalho complexo. Em outras palavras, a diversidade de atividades para as quais é requisitado compreende atividades que demandam um trabalho intelectual, e as que demandam um menor grau de conhecimento. Fato que sugere que o trabalho na SAPED corresponde às indicações que TAUILE (2001) aponta sobre a tendência da corrosão entre as fronteiras entre concepção e execução do trabalho no setor produtivo, no contexto de “flexibilização” da gestão da força de trabalho

Exige-se do assistente social na SAPED um “engajamento” próprio da nova concepção gerencial e “mentalidade empresarial”, da maneira de gerir a organização social da produção, no contexto de acumulação flexível (TAUILE, 2001). Isso só é

possível à medida em que a subjetividade do trabalhador deve estar à disposição do trabalho. Trata-se da “precariedade subjetiva”, conceito de Linhart (2014), que trata da precarização dos trabalhadores assalariados com empregos estáveis. A autora enfatiza a “hiperpersonalização” (LINHART, 2014, p.46) em que se utiliza as competências mais íntimas do trabalhador a fim de que mobilizem a sua intelectualidade e as suas emoções para encontrar soluções para os objetivos, cada vez mais exigentes e desafiadores, do trabalho (LINHART, 2014, p. 52). Entendemos que a mobilização da subjetividade desse profissional ocorra pelo fato de ser identificado como o “representante” do setor, entregando-lhe responsabilidades próprias de cargos de maior nível hierárquico.

O trabalho do assistente social na SAPED, portanto, relaciona-se à lógica da nova gestão da força de trabalho do atual contexto do capitalismo, introduzida pela reestruturação produtiva, que precisa de um trabalhador flexível, cuja identidade se atrela não apenas às suas especificidades, mas a sua capacidade de cooperar, indiscriminadamente, para a obtenção dos resultados do trabalho coletivo. Portanto, o assistente social é entendido como o “representante” de um setor, assim como os outros servidores.

O último objetivo era trazer uma contribuição teórica à categoria profissional. Neste sentido, a dissertação condensa, no final do primeiro capítulo, textos de assistentes sociais que abordam a profissão tendo em vista as principais mudanças do mundo do trabalho nos últimos anos, trazendo um panorama dinâmico, ainda que breve, sobre as principais tendências e desafios para o exercício profissional do cenário contemporâneo.

Mas, principalmente, traz uma discussão sobre o trabalho do assistente social sob o aspecto da multifuncionalidade, que muitas autoras do Serviço Social (CESAR, 2006; SERRA, 2001) já haviam pontuado como sendo uma das características do trabalho do assistente social na era da flexibilização da força de trabalho. Esse debate pode fazer com que outras assistentes sociais se identifiquem com a particularidade do trabalho na SAPED, uma vez que é tendência do mercado de trabalho a contratação de poucas assistentes sociais por setor (SERRA, 2010).

No entanto, entende-se que há a contribuição para a discussão sobre o trabalho no serviço público de maneira geral, em especial, destinada aos servidores do CEFET-RJ. Com a introdução da discussão sobre a “precarização subjetiva” (LINHART, 2014) e a associação do conceito com a experiência vivida na SAPED,

muitos servidores podem ser suscitados à reflexão sobre seu trabalho. É possível que tenhamos traduzido em conceitos o que muitos servidores vivem no cotidiano institucional. Assim, podem refletir sobre a criação de estratégias de atuação que tencionem as atuais relações de trabalho no serviço público.

A hipótese da pesquisa era a de que, ainda que seja característica da identidade da profissão a “fluidez e indefinição” (IAMAMOTO, 2014), a multifuncionalidade (CESAR, 2006) requerida ao assistente social na SAPED, no nosso entender, não estava vinculada a questões endógenas à categoria, ou seja, não se tratava de uma confusão do profissional quanto suas especificidades. Entendemos que a multifuncionalidade é uma condição do trabalho colocada pelo CEFET-RJ. Portanto, no nosso entender, não se trata de uma “aparente polivalência” fruto do sincretismo profissional (NETTO, 2011), conforme discutimos no final do terceiro capítulo.

No entanto, não se pode deixar de pontuar que é possível que a característica de “fluidez e indefinição” possa dialogar com a multifuncionalidade, potencializando-a. No entanto, isso não é uma afirmação, mas sim uma questão, que merece ser pesquisada com mais acuidade.

Algumas perguntas estavam colocadas no início da dissertação, e, sabendo que essa dissertação é um estudo de caso, entende-se que elas não conseguiram ser respondidas definitivamente. No entanto, podemos trazer elementos para problematizá-las.

A primeira girava em torno da dúvida se a multifuncionalidade aumentava o espectro das competências profissionais do assistente social, ou se elas diminuía. Dos autores analisados nesta dissertação, que pontuaram que a multifuncionalidade ou polivalência é uma requisição profissional, nenhum deixou claro se os rebatimentos ampliariam o leque das competências profissionais. O único autor que aborda sobre a requisição de novas competências profissionais é Netto (1996). No último tópico do terceiro capítulo pode-se perceber que o autor tem o entendimento de que o contexto do mercado de trabalho, à época, demandava novas requisições sobre as competências profissionais. Mas o mesmo não aborda quais seriam essas novas competências. Entendendo que em momento anterior, o mesmo autor (NETTO, 2011), trabalha com a tesa da “aparente polivalência” fruto do sincretismo profissional, é difícil afirmar, tendo em vista a literatura sobre o trabalho do assistente social consultada, que a “multifuncionalidade” aumenta as competências profissionais.

Contudo, entendendo que competências profissionais “expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de nenhum profissional” (IAMAMOTO, 2012) e que a multifuncionalidade significa abarcar novas atividades, pode-se vislumbrar que a multifuncionalidade traga sim novas competências profissionais. Porém, essa relação depende de maior investigação.

A segunda questão seria se a multifuncionalidade pode ser considerada um aspecto positivo para a valorização da força de trabalho da categoria profissional além de reconhecimento institucional e outros horizontes para profissão. Netto (2011), reconhece, conforme mostramos no terceiro capítulo, que a “inespecificidade” própria da profissão já vem sendo utilizada como estratégia profissional, possibilitando a ascensão à espaços profissionais mais reconhecidos. A questão é que com a ascensão, é possível que esse profissional venha sendo destituído do cargo de assistente social. Portanto, se isso for verdadeiro, a multifuncionalidade pode trazer vantagens individuais, mas não coletivas para a categoria profissional, sendo assim, o aumento dos horizontes profissionais é relativo.

Netto (1996) aponta, que além da necessidade de se conhecer o mercado de trabalho é preciso qualificar os profissionais de Serviço Social. É preciso que a categoria profissional de Serviço Social se antecipe às demandas do mercado e das estratégias de gestão e organização dos processos de trabalho, para saber como lidar com elas. Dessa forma, mais importante do que saber “quais” é necessário saber “como” lidar com as requisições do mercado. Desse modo, é importante que haja uma associação cada vez maior entre aqueles profissionais que pensam a profissão e a massa dos assistentes sociais. Neste sentido, tendo sido apontada como nova característica das requisições do mercado de trabalho para assistente sociais, a multifuncionalidade demanda à categoria competência profissional, afinal, ela parece ser uma realidade posta à profissão.

É impossível, ao final dessa dissertação, não mencionar o tempo presente, rodeado por vírus sanitários e políticos, o que traz o desafio da sobrevivência para todos, mas, principalmente, para os usuários de serviços sociais que, mais do que nunca, precisam e dependem do trabalho dessa categoria profissional.

Aliás, nesse contexto pandêmico em que se vive, o assistente social revela-se como categoria essencial. Não apenas porque trabalha em áreas decretadas essenciais pelos órgãos competentes, como saúde e assistência social, por exemplo,

mas, principalmente, porque lida diretamente com o público alvo das políticas sociais, que está mais empobrecido, sem trabalho formal, com fome e doente.

Neste sentido, é mister discutir as relações de trabalho as quais estão submetidas a categoria profissional, a fim de nos qualificarmos para enfrentar as tensões do mercado, mas, principalmente, como aponta Netto (1996) para nos anteciparmos a elas. Quando se associa conhecimento sobre a profissão com o conhecimento do mercado é possível pensar em estratégias de trabalho coletivas que sejam capazes de trazer um mínimo de valorização da profissão e dos profissionais. E, principalmente, que nos permitem pensar estratégias de trabalho que contribuam para a efetivação e ampliação de direitos e melhorem os serviços prestados à população. Esperamos que a dissertação possa contribuir para esse horizonte. Não esquecendo que, velhas ou novas, as demandas para o trabalho do assistente social sempre terão, como pano de fundo, as contradições próprias da sociedade de classes em que se vive.

O trabalho do assistente social é trabalho em processo, portanto, ele é cambiante, transitório, passível de intervenções e de mudanças. Mudanças essas que dependem de um contexto externo (político, social, econômico e institucional), mas, depende também da tomada de decisões profissionais, pautadas pela autonomia relativa e, se guiadas pelos valores do Projeto Ético Político do Serviço Social, podem contribuir para um horizonte baseado na justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. 2007. Disponível em: http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 28 ago. 2017.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira *Retomando a temática da Sistematização da Prática em Serviço Social*. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: 2006. Disponível em: <http://www.potere-social.com.br/site/wp-content/uploads/2017/08/3O4LPT4.pdf>. Acesso em: jun. 2019

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. *Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação*. Brasília, setembro de 2013. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

AMARAL, A.; CESAR, M. J. *Do feitiço da ajuda à fábrica de consensos*. In: *O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa*. P.151-175, Cortez, 2010.

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Crise Capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho*. In: *capacitação em Serviço Social e política social: módulo 1*. Brasília: CEAD, P. 17-31.1999.

ANTUNES, Ricardo. *O trabalho e seus sentidos*. In: *Revista Interdisciplinar de sociologia e direito* v. 10, n1, 2008, pp.43 a 61.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*. Boitempo editorial, 2018.

ANTUNES, Ricardo, ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo; POCHAMANN, Marcio. *A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil*. In: *Produção da pobreza e desigualdade na América Latina*. 2007, pp.198/199. Disponível: <http://biblioteca-virtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100517090935/08antu.pdf>>. Acesso em: jun. 2019.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. Biblioteca Básica do Serviço Social. v.2. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine. *Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais*. In: BEHRING, Elaine. ALMEIDA, Maria (Orgs.) Trabalho e seguridade social. São Paulo: Cortez, p. 152-174, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Acumulação capitalista, fundo público e política social*. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, p. 44-63, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. *A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil*. 2016. Disponível em : <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/421y2S7XN6T30Z93f973.pdf>>.

BOSI, Maria Lucia M. *Cidadania, Participação Popular e Saúde na Visão dos Profissionais do Setor*. Um Estudo de Caso na Rede Pública de Serviços. Cadernos de Saúde Pública, n.10. Rio de Janeiro: 1994. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/1994.v10n4/446-456/pt>> Acesso em 01 de junho de 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília: DF, 22 jan. 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4048.htm. Acesso em: 11 de abr. de 2019.

BRASIL. Lei no 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília: DF, 16 fev. 1959. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109459/lei-3552-59>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 09 de abr. de 2019.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília: DF, 11 ago. 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 de abr. de 2019.

BRASIL. Lei no 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília: DF, 30 jun 1978. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109760/lei-6545-78>>. Acesso em: 10 de abr. de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09 de abr. de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília: DF, 20dez. 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.> Acesso em: 11 de abr. de 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 11.091/2005 Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 02 de junho de 2020.

BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília: DF, 19 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 09 de abr. de 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília: DF, 29 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 11 de abr. de 2019.

BRASIL. *Decreto no 5.225, de 2004*, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Revogado pelo Decreto nº 5.773, de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5225.htm

BRASIL. *Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 3.796, de 1º de novembro de 2005. *Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – RJ*. Disponível em: http://www.cefet-rj.br/attachments/article/2388/novo_estatuto.pdf

BRASIL. *Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação

básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm

BRASIL. Decreto Nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm.

BRASIL. Decreto nº 5.224 de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5224.htm.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987. Pp 213-316.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Pequena história da reforma gerencial de 1995*. Apêndice A. In, 2010. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.23.Pequena_hist%C3%B3ria_reforma_gerencial_1955.pdf. Acesso em: 11 de abr. de 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Democracia, estado social e reforma gerencial*. Revista de Administração de Empresas, v. 50, n. 1, p. 112-116, 2010.

CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. *Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial*. Educação e Sociedade, v. 32, n. 116, p. 745-770, jul./set. 2011.

CAMPELLO, Ana Margarida. *Cefetização das Escolas Técnicas Federais: projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990*. Educação Tecnológica. Belo Horizonte, v.12, n1, p. 01-09, jan./abr. 2007.

CASTELLO, Rodrigo. *O social liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia de bem-estar social*. In; MOTA, A.E. (ORG.) Desenvolvimentismo e construção da hegemonia. Crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo. Cortes, 2012.

CEFET-RJ, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckhow da Fonseca. Regulamento de Qualificação e Capacitação dos Servidores Técnico-administrativos em Educação do CEFET/RJ. Resolução 58/2018. Disponível em: [http://www.cefet-rj.br/attachments/article/3727/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20058-2018%20Regulamento%20Qualifica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Capacita%C3%A7%C3%A3o%20TAEs%20\(Anexo\).pdf](http://www.cefet-rj.br/attachments/article/3727/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20058-2018%20Regulamento%20Qualifica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Capacita%C3%A7%C3%A3o%20TAEs%20(Anexo).pdf). Acesso em 05/05/2020

CEFET-RJ, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckhow da Fonseca . Manual do Aluno. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/2015-06-12-17-56-40>. Acesso em 05/05/2020.

CESAR, Mônica de Jesus. *Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional*. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *A nova fábrica de consensos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHEVALIER, Jean-Jaques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*, RJ, Agir, 1980.

CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. *Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação*. In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.br>>. Acesso em: abr. de 2019.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. *Os serviços sociais na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços*. In: MOTA, A.E (org.). *A Nova Fábrica de Consensos*. São Paulo, Cortez, 1998, pp 97-114.

DA SILVA, Givanildo; DA SILVA, Alex Vieira; DOS SANTOS, Inalda Maria. *Concepções de gestão escolar pós-LDB: O gerencialismo e a gestão democrática*. Retratos da Escola, v. 10, n. 19, p. 533-549, 2017.

FAVERI, Dinorá Baldo de; PETTERINI, Francis Carlo; BARBOSA, Marcelo Ponte. *Uma avaliação do impacto da política de expansão dos institutos federais nas economias dos municípios Brasileiros*. Revista Planejamento e Políticas Públicas. IPEA: 2008. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/742/464>>. Acesso em: abr. de 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio*. In: Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo. 3.ed. Cortez, 2012.

GUERRA, Yolanda. *A dimensão investigativa no exercício profissional*. In: CFESS/ABEPSS (orgs.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, Yolanda. *Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social*. In: Serviço Social e Sociedade, n. 62. São Paulo, Cortez, 2000.

GUERRA, Yolanda. *Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva profissional: significado, limites e possibilidades*. In: Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (Org.). *Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. CRESS-RJ: Rio de Janeiro, 2013.

HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEITICH, Leandro Fontoura. *Choque de gestão petista? Repensando a relação do PT com a reforma gerencial*. Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política, v. 39, n. 2, 2019.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. *Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação*. Revista RBPAAE – v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade*. In: CFESS (org.). Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão. Brasília: CFESS, 2012 (1ª edição ampliada).

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica*. 41. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IASI, Mauro Luis. *Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática)*. Granemam, Sara (Org.). Teoria Social, formação social e serviço social: pesquisas marxistas em debate. Coletânea Carlos Nelson Coutinho. IV, UFRJ, 2018.

KONDER, Leandro. *Nota preliminar sobre a dialética*. In: Derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 1-18.

LESSA, Simone. *A Educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para o debate*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.113, p.106-130, jan./mar. 2013.

LINHART, Daniele. *Modernização e precarização da vida no trabalho*. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Ricardo Antunes (Org.), SP: Boitempo, 2014.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAFFEZZOLLI, Eliane Cristine; BOEHSS, Carlos Gabriel. *Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa*. In: Revista FAE, v.11, n.1. Curitiba: 2008. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/262/180>> Acesso em julho de 2019.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os economistas). pp. 265-307

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. *Mandel, Ernest. O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), p. 333-350, 1982.

MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa; MIOTO, Regina Célia Tamasso. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho. **Revista Katálisis**, v. 12, n. 2, p. 207-215, 2009.

- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003. pp.225-246.
- MARX, Karl. Capítulo VI Inédito de O Capital. *Resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, Karl. *O Capital [Livro I]: crítica da economia política*. O processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. *Trabalho Alienado*. In: Manuscritos Econômicos Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008, pp. 79-91.
- MESZÁROS, Istvan. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- MESZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. BOITEMPO, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Ângela Santana do. *Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social*. In: MOTA, A. E. (Org.). *A Nova Fábrica de Consensos*. São Paulo, Cortez, 2006.
- MOTA, Ana Elisabete. *O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa*. Cortez, 2010.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo. *Transformações societárias e serviço social*. Revista Serviço Social e Sociedade São Paulo: Cortez, p. 87-132, 1996.
- NEWMAN, Janet; CLARKE, John. *Gerencialismo*. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n2/03.pdf> 29/01/2020.
- PEDROSO, Nair Cerdote. *A Formação do Novo Trabalhador Frente à Reestruturação do Trabalho e da Produção*. Sociedade em Debate, Pelotas, 13(1):121-137, jan.-jun./ 2007.
- PEREIRA, Priscila dos Santos Smith. *A política de assistência estudantil e o trabalho do assistente social no CEFET/RJ*, 2015. 147f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional). Programa de pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Social. Escola de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2015.
- PRADA, Talita. *O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

RAICHELIS, Raquel. *Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo*. A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, p. 25-65, 2018.

ROSANVALLON, Pierre. *A Nova Questão Social: Repensando o Estado providência*. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

RUBIN, Isaak Llich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Pólis, 1987.

SEGNINI, L. R. P. Racionalização do Trabalho no setor de serviços: uma contribuição ao debate teórico. In: X Encontro de Estudos Populacionais, 1996, Caxambu. Anais do X Encontro de Estudos Populacionais, 1996. v. 1. p. 605-638. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/732> Acesso em: abril de 2019.

SERRA, Rose. *Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional do Serviço Social*. Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens- Cortez editora/PETRES/URJ/FSS-São Paulo/rio de Janeiro-Agosto de, p. 151-177, 2001.

SILVA, Luiz Gustavo Alexandre da; ALVES, Fábila Miriam. *Gerencialismo na escola pública: contradições e desafios concernentes à gestão, à autonomia e à organização do trabalho escolar*. RBPAE - v. 28, n. 3, p. 665-681, set/dez. 2012

TAUILE, José Ricardo. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: contraponto, 2001.

TONET, Ivo. *Educação contra o capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2 ed. 2012.

TRINDADE, Arlene Vieira. *A Permanência Estudantil: Uma análise da primeira turma de ensino médio integrado e a política de assistência estudantil no Cefet/RJ-campus Maria da Graça*. 2019. Programa de pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Social. Escola de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2019.

VOSS, Dulce Maria. *O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): contextos e discursos* Dulce Mari da Silva Voss. Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [38]: 43 - 67, janeiro/abril, 2011.

XAVIER, Bernardo, *A mobilidade funcional e a nova relação do art. 22 da LCT*. Revista de Direito e Estudos Sociais, nº s 1-2-3, 1997.

ANEXO A – Roteiro de observação e descrição do processo de trabalho coletivo no qual se inserem as assistentes sociais

Eixo: Unidade e população.

- ✓ A unidade de serviço (instituição) é responsável por prestar que tipo de serviço? Qual a sua função social e legal no âmbito da política social? A qual política social está vinculada e como se insere na mesma? Com quais políticas sociais setoriais se articula formal e institucionalmente?
- ✓ Qual a população-alvo da unidade? Quem ela deve atender prioritariamente?
- ✓ Qual a população efetivamente atendida? Quais os critérios de elegibilidade?
- ✓ Qual a população que é atendida pelo Serviço Social?

Eixo: Força de Trabalho.

- ✓ Quantos e quem são os profissionais que atuam na unidade?
- ✓ Composição da equipe por: categoria, formação acadêmica, carga horária, dias de trabalho, modalidade de contratação, remuneração e função exercida.

Eixo: Condições de Trabalho.

- ✓ Descrever as instalações físicas e ocupação do espaço pelos profissionais (dias, horários, rotinas, sistema de trabalho- plantão ou outro-, rodízios, atividades desenvolvidas). Pode fazer um desenho do local com estas informações para facilitar.

Eixo: Divisão social e técnica do trabalho e cooperação.

- ✓ Descrever o fluxo de atendimento da população. Identificar todo o percurso da população desde a porta de entrada do serviço até a sua saída (pode ser de um dia de atividade ou de um ciclo completo de atendimento, no caso, este último é o mais recomendável). Indicar por quais profissionais ela passa e quais são as atividades das quais ela participa.
- ✓ Descrever como está organizado o processo de trabalho coletivo indicando os momentos dos quais os assistentes sociais participam. Eles atuam sozinhos? Atuam com outros profissionais?
- ✓ Indicar qual a lógica que organiza este processo de trabalho e como é justificado o relacionamento entre os diferentes profissionais no fluxo de atendimento à população do ponto de vista técnico. O trabalho está organizado por área profissional, projetos, programas, setores, divisões, atividades, etc? Pode ocorrer de o trabalho combinar mais de uma das possibilidades indicadas.

Eixo: Gestão técnica e administrativa da força de trabalho.

- ✓ Quem coordena o processo de trabalho coletivo do ponto de vista técnico e do ponto de vista administrativo? Existem setores, coordenações, projetos, programas, etc?
- ✓ Como se dá o planejamento do trabalho coletivo?
- ✓ Descrever os procedimentos de avaliação, registro, controle e

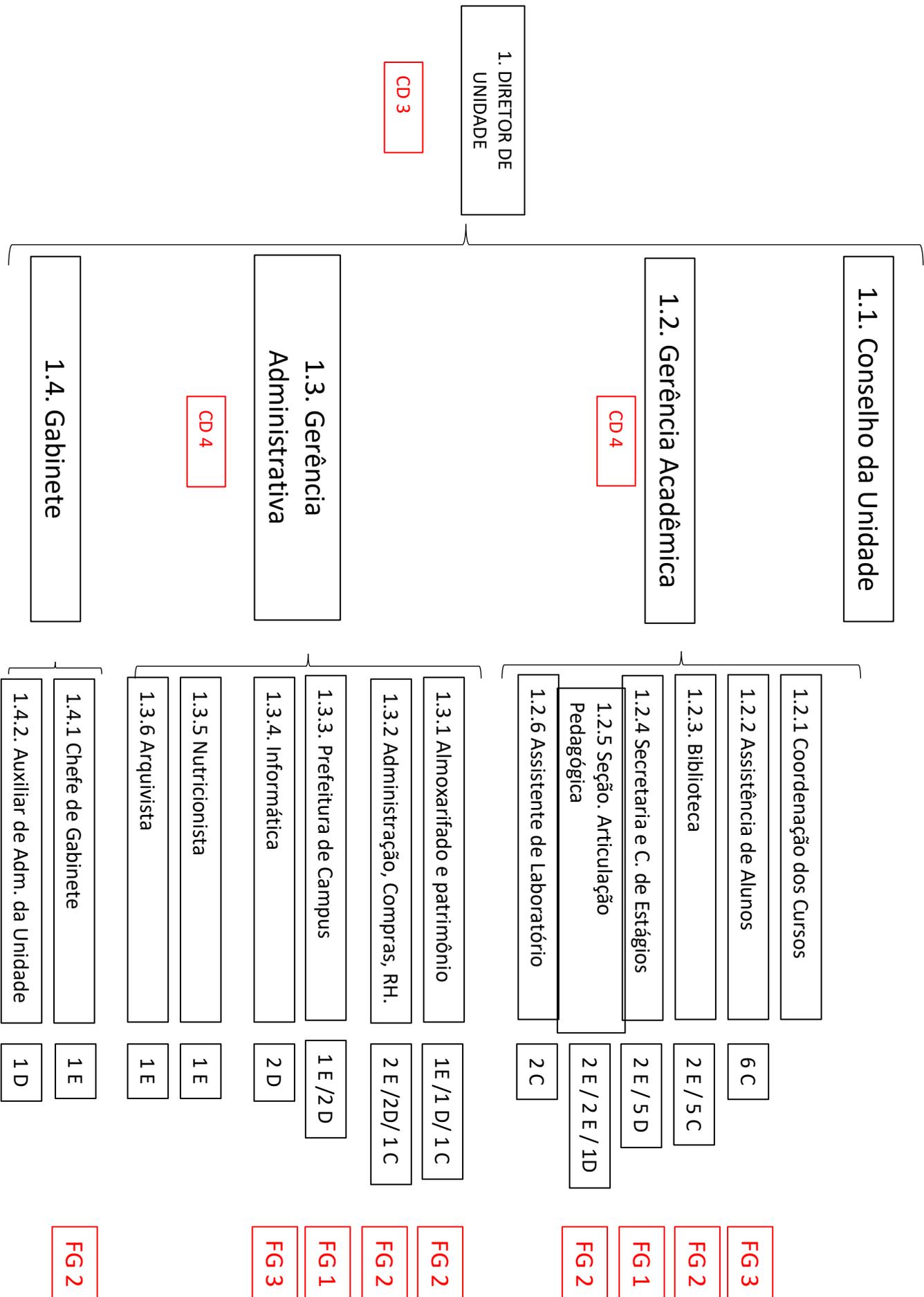
sistematização existentes.

Eixo: Trabalho profissional do assistente social.

- ✓ Descrever as atividades das quais o Serviço Social participa, indicando se elas lhes são exclusivas ou não.
- ✓ Indicar os instrumentais utilizados e a forma de condução técnica em cada uma delas.
- ✓ Descrever a rotina de trabalho por atividade ou dia de trabalho.
- ✓ Descrever os conteúdos que estão presentes na intervenção profissional.
- ✓ Descrever as ações interinstitucionais e o grau de dependência das mesmas com relação à unidade e seus setores e profissionais.
- ✓ Descrever as situações sobre as quais o assistente social é chamado a atuar e se elas lhes são exclusivas ou não.
- ✓ Descrever os procedimentos de caracterização da população, registro, planejamento, avaliação e sistematização presentes em seu trabalho e se eles lhes são exclusivos ou não.
- ✓ Descrever como os assistentes sociais pensam os focos de sua atuação e os resultados de seu trabalho. Descrever qual a relação que eles identificam entre estes focos e resultados e os focos e resultados do trabalho coletivo da unidade.

Elaborado por: Ney Luiz Teixeira de Almeida – Doutor em Educação pela UFF e professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

ANEXO B - Organograma



ANEXO C - Atividades de orientação e supervisão educacional

Atividades de supervisão

As atividades de SUPERVISÃO são sazonais (bimestrais, semestrais e anuais). O principal objetivo é fornecer os dados para que a GERAC, Coordenações, Orientação Educacional e Assistência Social possam atuar.

Atividades da supervisão para TODOS os cursos.

- a) Entrar no boletim de cada aluno (TIM e PORTOS) e verificar as disciplinas que estão abaixo da média, anotando-as na planilha de controle.
- b) Imprimir os boletins dos alunos com baixo rendimento.
- c) Entrar no boletim de cada aluno e verificar as faltas (TIM e PORTOS), anotando-as na planilha de controle.
- d) Atualizar a cada semestre a proporção de reprovação de cada disciplina (TIM, PORTOS, Eng. Mecânica, Eng. Produção). Após, comunicar aos coordenadores.
- e) Atualizar a planilha de atendimento domiciliar, casos de alunos que estão estudando em casa. Após a atualização, comunicar aos coordenadores.
- f) Atualizar a planilha de atestados médicos, conforme chegarem na SAPED. Após, comunicar aos coordenadores.
- g) Atualizar a cada semestre a planilha "Déficit de vagas", especialmente na graduação, através do relatório enviado pelo DTINF dos alunos que não conseguiram vaga na disciplina. Após, comunicar aos coordenadores.
- h) Atualizar a cada semestre a planilha Coeficiente de rendimento (TIM, PORTOS, Eng. MECânica, Eng. Produção). Aplicação SIE de CR por curso e por aluno. Após, comunicar aos coordenadores.
- i) Atualizar a a planilha "Aprovados pelo COC" (anual para o TIM e semestral para Portos). Após, comunicar aos coordenadores.
- j) Baixar do SIE a cada semestre a planilha com endereços/email/telefones dos alunos de todos os cursos. Após, comunicar aos coordenadores.
- k) Atualizar a cada semestre as planilhas formas de ingresso e evasão (TIM, PORTOS, Eng. Mecânica, Eng. Produção). Aplicação SIE, RELATÓRIO DE FORMAS DE EVASÃO.

- l) Baixar a cada semestre a planilha "horário dos cursos" (TIM, PORTOS, Eng. Mecânica, Eng. Produção).
- m) Baixar a cada semestre a planilha "Períodos dos estudantes" (TIM, PORTOS, Eng. MEcânica, Eng. Produção). Após, comunicar aos coordenadores.
- n) Baixar a cada semestre a relação dos alunos que não renovaram a matrícula. Após, comunicar aos coordenadores.
- o) Verificar o lançamento de notas e o cumprimento dos prazos pelos professores. Após, comunicar aos coordenadores.

Atividades de orientação educacional

As atividades de orientação educacional são cotidianas. Com os dados levantados Atividades de orientação e supervisão educacional pela supervisão, realizar as seguintes ações:

- a) Entrar em contato com as famílias para entrega dos boletins e conversar sobre o desempenho acadêmico dos alunos.
- b) Notificar os responsáveis das ausências dos alunos. Propor ações para conter atrasos e faltas.
- c) Atualizar nas planilhas do Conselho de Classe as informações colhidas junto às famílias.
- d) Acompanhamento dos alunos com baixo rendimento (abaixo da média 6).
- e) Acompanhamento dos alunos que foram aprovados pelo COC no ano anterior.
- f) Elaboração de ações, junto à coordenação e GERAC, para diminuir o excesso de reprovações em determinada disciplina.
- g) Acompanhamento do atendimento domiciliar junto ao estudante e à família.
- h) Acompanhamento dos estudantes que estão com atestado médico.
- i) A partir da identificação das disciplinas que precisam de novas vagas, elaborar, junto com a coordenação e a GERAC, um plano de ação para regularizar a distribuição de vagas (principalmente na graduação).
- j) A partir dos dados relativos aos coeficientes de rendimento, verificar se o curso, de forma geral, está apresentando melhoria de desempenho cognitivo.
- l) Discutir com os responsáveis (TIM) a importância dos horários de atendimento e monitoria.

- m) A partir dos dados relativos aos estudantes que não renovaram a matrícula, chamar cada um para um atendimento individualizado, a fim de tentar reverter o abandono e tentar compreender os motivos que levam à evasão.
- n) Discutir com os coordenadores e Gerac o resultado das entrevistas realizadas com os alunos em evasão para traçar ações.
- o) Atendimento aos docentes: reuniões pedagógicas e discussões sobre problemas dos alunos.
- p) Atendimento dos alunos da CADD (Graduação).